



FALE
FACULDADE
DE LETRAS

UFMG

Curso de Especialização em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Texto

MARIA ELIZABETE DE OLIVEIRA E SOUZA

A DRAMATURGIA DO BOI: ABRAM ALAS QUE O BOI QUER PASSAR!

Belo Horizonte

2025

MARIA ELIZABETE DE OLIVEIRA E SOUZA

A DRAMATURGIA DO BOI: ABRAM ALAS QUE O BOI QUER PASSAR!

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Especialização em Língua
Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de
Leitura e Produção de Texto da Faculdade de
Letras da UFMG.

Aluna: Maria Elizabete de Oliveira e Souza

Orientadora: Prof. Dra. Leiva de Figueiredo
Viana Leal

Coordenador: Prof. Dr. Luiz Dias

(VERSÃO CORRIGIDA)

Belo Horizonte

2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA

FACULDADE DE LETRAS

ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA: Teoria e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos

Realizou-se, no dia 28 de fevereiro de 2025, às 09:30 horas, de forma remota, a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado A DRAMATURGIA DO BOI: ABRAM ALAS QUE O BOI QUER PASSAR!, apresentado por MARIA ELIZABETE DE OLIVEIRA E SOUZA, número de registro 2023666370, como requisito parcial para a obtenção do certificado de Especialista em Língua Portuguesa: Teorias e Práticas de Ensino de Leitura e Produção de Textos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, perante a seguinte Comissão Examinadora: Profa. Leiva de Figueiredo Viana Leal - Orientadora, Prof. Vicente Aguiar Parreiras (CEFETMG), Profa. Cristiane Dias Gonçalves Paula, Profa. Luana Carla Martins Campos Akinruli.

A Comissão considerou o Trabalho:

(X) Aprovado

() Reprovado

Finalizados os trabalhos, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos membros da Comissão.

Belo Horizonte, 28 de fevereiro de 2025.

Profa. Leiva de Figueiredo Viana Leal (Doutora)

Prof. Vicente Aguiar Parreiras (Doutor)

Profa. Cristiane Dias Gonçalves Paula (Mestra)

Profa. Luana Carla Martins Campos Akinruli (Doutora)



Documento assinado eletronicamente por **Leiva de Figueiredo Viana Leal, Usuário Externo**, em 05/03/2025, às 16:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Dias Gonçalves Paula, Usuária Externa**, em 05/03/2025, às 18:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luana Carla Martins Campos Akinruli, Professora do Magistério Superior**, em 06/03/2025, às 21:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vicente Aguiar Parreiras, Usuário Externo**, em 10/03/2025, às 18:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador 3958790 e o código CRC 0E16FA7D.

Às gerações do porvir.

Ao boi,

fenômeno e anfitrião da folia de uma cidade
inteira a cantar, dançar, sonhar e fantasiar.
Que nos faz crianças e encanta nossas crianças;
que brilhando espalha alegrias, sentimentos,
poesias; que funda memórias afetivas e
pertencimentos... que costura com o fio dourado
do afeto os multicoloridos retalhos das
diversidades, e das divergências...

A professora e orientadora Dra. Leiva Leal,

que se deixou cativar por esse boi maravilha,
que dividiu com ele seus encantadores
maravilhamentos, com a vida, as pessoas, a
democracia e a educação.

A minha Luisa,

que me permitiu dedicação exclusiva a este
trabalho, e ainda ofertando-me deliciosas
comidinhas e afetuosos cuidados; que sempre
abriu alas à passagem do boi com seu carisma de
foliã, com seu amor pelas crianças, com sua
capacidade virginiana de reunir pessoas, de
organizar e realizar o barracão do boi.

AGRADECIMENTOS

Redes de apoio são mimos de Deus, fios que sustentam, fortalecem, orientam e inspiram. Gratidão a Ele.

Em minha atuação abrindo alas para o Boi passar, esses fios foram (**e são**), as milhares de crianças e os milhares de adultos, que o mantiveram (**e o mantém vivo**) até aqui; foram os pais e alunos do Barracão infanto-juvenil do CERC/Voo Livre e seus oficineiros, em especial Vilma Coelho e Jânio Tanaka; e os entrevistados desta pesquisa.

Esses iluminados fios, também foram (**e são**) muitas outras lindezas de pessoas amorosas e bondosas que abriram alas para viabilizar este trabalho, entre elas:

Meus pais, exemplos de integridade e amor incondicional, que incentivaram em mim a liberdade e a responsabilidade de abraçar oportunidades profissionais, inclusive as de natureza voluntária;

Confins e seus moradores, que tanto acolhimento, oportunidades de trabalho no campo da cultura e crescimento pessoal me proporcionaram;

Senhor Ricardo Simões, empresário apoiador de nossas ações no campo sociocultural, exemplo de linda gentileza, humildade e simplicidade;

Luísa, minha brisa refrescante, gentil cuidadora, meu amor, minha companheira de vida e de realização de sonhos;

Raquel Abreu e Michelle Rodriguez, amigas e colegas de classe no PROLEITURA, meus olhos, nos momentos em que literal e simbolicamente, eles me faltaram;

Marco Antônio de Oliveira Machado Lara, meu terno amigo de alma “100% Cotton”, meu leitor consciencioso, dedicado, primeiro e ideal;

Ana Clara dos Reis Martins, minha estrelinha guia, desde que, aos cinco anos de idade, na inauguração da sede do Cerc/Voo Livre, entrou casa adentro anunciando o que esperava daquele lugar: “diz minha vó que tem livros nesta casa. Cadê eles? ”.

Professora Doutora Leiva Leal, minha querida ‘personal deusa Athena’, generosa, afetuosa e perspicaz orientadora, que guardo em mim envolta em imensa admiração, como uma honra recebida, como um “amor de vida” e um “amor de toda vida”;

Professor Dr. Luiz Dias, primoroso e objetivo coordenador do PROLEITURA, e toda a sua atenciosa equipe de professores e de apoio administrativo, Cacilda e Ricardo.

Os membros da banca, privilégios especiais, meus, e da memória do boi de Confins.

“Um livro de memórias pode ser a única maneira de se estabelecer o encontro entre o que nunca pode ser falado e o que **agora** pode ser escrito” (Aragão, 1992).

RESUMO

Esta pesquisa faz parte do desejo de garantir sobrevida a um patrimônio imaterial da cidade de Confins, espaço-tempo desse estudo- o Boi de Mantas de Confins, que habita o imaginário das crianças, dos adolescentes e de adultos que por esse Boi também se apaixonaram. Como participante dessa memória, pudemos confirmar a necessidade de buscar caminhos e situações que contribuam para o renascimento desse bem imaterial que vem perdendo força ao longo dos anos. Assim, optamos por traçar, como objetivo de nosso estudo: analisar a memória multimodalizada do Boi da Manta em Confins, considerando a interação entre vozes narrativas, registros históricos e imagens, como ferramentas para a (re) construção e a construção de identidades culturais. A pesquisa focaliza, em especial, o papel das mulheres e de crianças na preservação e transmissão dessa memória. A presente pesquisa é de base qualitativa e se inscreve como Pesquisa Narrativa de Caráter Temático, realizando 12 entrevistas e operando com a Análise de Conteúdo (AC) para destacar recorrências temáticas nas vozes da pesquisa, sem perder de vista alguns pontos básicos da Análise do Discurso (AD), tais como: discurso, interdiscursividade e enunciação, visto que esses conceitos permitem interpretar as vozes narrativas e entendê-las como resultado de uma relação interativa entre entrevistadora e entrevistado, sem, contudo, usar a metodologia da Análise do Discurso. O referencial teórico desse estudo ancora-se, do ponto de vista da pesquisa narrativa, em Pollak (1992), Halbwachs (1968), Benjamim (1994), Leal (2006/2014), Ornelas e Pereira (2007) e, para a contextualização de fundamento histórico do município de Confins, Coutinho, Cardoso e Lessa (2018). Foram 360 horas de transcrição e de revisão do que estava escrito/transcrito. Por se tratar de uma memória em movimento, muitas foram as deduções dessa investigação, em especial sobre o papel da linguagem como constitutiva da consciência, bem como de identidades, confirmando a importância da Pesquisa Narrativa. Em vista disso, optamos por apresentar um ensaio de conclusões e inserir, como apêndice, fatores dificultadores da continuidade e da preservação desse patrimônio imaterial que é o Boi da Manta, bem como outro apêndice com Sugestões de ações junto à comunidade para que haja a continuidade e a preservação desse bem imaterial.

Palavras-chave: Linguagem; Memória; Pesquisa Narrativa; Patrimônio Imaterial; Boi da Manta.

ABSTRACT

This research is part of the desire to guarantee the survival of an intangible heritage of the city of Confins, the space-time of this study - the Boi de Mantas de Confins, which lives in the imagination of children, teenagers and adults who have also fallen in love with this Boi. As a participant in this memory, we were able to confirm the need to seek ways and situations that contribute to the rebirth of this intangible asset that has been losing strength over the years. Thus, we chose to outline, as the objective of our study, the reconstruction, through multimodal memory (voices, texts, images, records) of the history of the greatest cultural asset of Confins, which is the memory of Boi da Manta, with a view to re (constructing) and constructing identities and subjects in this historical, cultural and political scenario, taking as a focus the role of women and the role of children in this process. This research is qualitative and is classified as Narrative Research, carrying out 12 interviews and operating with Content Analysis to highlight the voices of the research, without losing sight of some basic points of AD, such as: discourse, interdiscursivity and enunciation, since these concepts allow the interpretation of narrative voices and understanding them as a result of an interactive relationship between interviewer and interviewee, without, however, using their DA methodology. The theoretical framework of this study is anchored, from the point of view of narrative research, in Pollak (1992), Halbwachs (1968), Benjamin (1994), Leal (2006/2014), Ornelas and Pereira (2007) and, for the contextualization of the historical foundation of the municipality of Confins, Coutinho, Cardoso and Lessa (2018). There were 360 hours of transcription and review of what was written/transcribed. Since it is a moving memory, there were many deductions from this investigation, especially regarding the role of language as a constituent of consciousness, as well as identities, confirming the importance of Narrative Research. In view of this, we chose to present an essay of conclusions and include, as an appendix, factors that hinder the continuity and preservation of this intangible heritage that is the Boi da Manta, as well as another appendix with Suggestions for actions with the community.

Keywords: Language; Memory; Narrative Research; Intangible Heritage; Boi da Manta.

LISTA DE SIGLAS

AIBH	Aeroporto Internacional de Belo Horizonte
AITN	Aeroporto Internacional Tancredo Neves
CCR	Companhia de Concessões Rodoviárias
CERC	Centro de Referência Cultural
CMPC	Conselho Municipal de Patrimônio Cultural
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
COOPERFINS	Cooperativa de Transporte Individual e Coletivo e Região Metropolitana de Belo Horizonte Ltda.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
LGBTQIAPN+:	Se refere a um grupo de identidades de gênero, inclui: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não binárias e ‘+’ (o sinal mais representa identidades de gênero e orientações sexuais que possam existir além dessas).
ONG	Organização Não Governamental
PIB	Produto Interno Bruto
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Objetivo Geral.....	16
1.2. Objetivos específicos.....	16
2. CONFINS, UMA CIDADE “COM FINS”: o espaço da pesquisa	18
3. BOI DA MANTA DE CONFINS - PATRIMÔNIO IMATERIAL EM CONSTRUÇÃO	32
4. MEMÓRIA, HISTÓRIA e TRANSFORMAÇÃO	38
4.1. Linguagem e Memória	38
4.2. Construção coletiva em constante transformação no diálogo com lembranças e esquecimentos	39
4.3. Tipos de Memória e/ou como ela se organiza internamente	42
4.4. A intrincada relação entre memória (ato de rememorar) e a metodologia (como rememoramos)	44
4.5. Memória na perspectiva do patrimônio imaterial	46
4.6. A Memória do boi sendo metodologia para sua compreensão e registro histórico.	49
4.7. Das entrevistas: sujeitos e contextos	54
4.7.1. O processo de transcrição das entrevistas.....	57
5. A ANÁLISE DOS DADOS	60
6. A NARRATIVA DA MEMÓRIA: SUJEITOS, VOZES E SENTIDOS.....	65
6.1. Passado valorizado e amado: o papel do imaginário no contexto de valorização do Boi da Manta.	70
6.2. Presente amado	73
6.3. Futuro dolorosamente incerto (anunciado por um presente contestado).....	74
6.4. O contexto cultural como berço da memória e da resignificação do boi amado.....	88
6.4.1. A cultura do boi como ação política e as relações democráticas como berço da memória da cultura do boi.....	89
6.4.2. Um contexto E um processo de registro e patrimonialização que não embala o berço da cultura do boi.....	91
6.4.3. Memória e o papel das crianças	104
6.4.4. Memória e um olhar sobre o gênero.....	111

6.4.5	Memória e o olhar sobre a escola.....	117
6.4.6	Boi da manta: um legado cultural do patrimônio imaterial e sua influência na identidade social do município	124
7.	MEMÓRIAS DE MIM E MEMÓRIAS DE MIM COM OS OUTROS	129
8.	LINHA DO TEMPO DO BOI DA MANTA DE CONFINS	135
	ENSAIANDO CONCLUSÕES.....	139
	REFERÊNCIAS	145
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA.....	148
	APÊNDICE B - ORIENTAÇÃO AO ENTREVISTADO	151
	APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA (VISÃO DE FORA).....	152
	APÊNDICE D – UMA “FUTURA CASA DE CULTURA” INAUGURADA SEM A PRESENÇA DO ÚNICO BEM IMATERIAL DO MUNICÍPIO.....	153
	APÊNDICE E – MINUTOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL.....	154
	APÊNDICE F - SUGESTÕES DE AÇÕES COM VISTAS À (RE) CONSTRUÇÃO DE UM CONTEXTO BERÇO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL BOI DA MANTA DE CONFINS	159
	APÊNDICE G - FATORES DIFICULTADORES DA (RE) CONSTRUÇÃO NO PRESENTE CONTEMPORÂNEO, DE UM CONTEXTO BERÇO DO PORVIR DO BOI DA MANTA DE CONFINS	161

1. INTRODUÇÃO

“ (...) Você testemunha grandes e pequenos episódios que estão acontecendo à sua volta. Um dia será chamado a contar também. Então verá que o tecido das vidas mais comuns é atravessado por um fio dourado: esse fio é a história. ” (Bosi, 2003, p. 10.)

Em Confins, então distrito de Lagoa Santa, construímos, em 1990, uma casinha para desfrutar dos fins de semana. Durante a semana nosso trabalho era o de Assistente Social no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em Belo Horizonte. Aos sábados, em nosso saudoso fusquinha branco, vendíamos retalhos de tecido e roupas. E logo passamos, eu e minha esposa, de ambulantes a comerciantes estabelecidas, inaugurando, em 1992, uma papelaria e armarinho - pequena loja de materiais escolares, brinquedos, roupas, etc. Essas atividades nos permitiram conhecer, de imediato, quase toda a população local, cerca de 3.200 pessoas.

Anos depois, em 1999, junto com outros moradores, fundamos uma associação cultural, sem fins econômicos, o Centro de Referência Cultural (CERC), da qual fomos presidenta, gestora e produtora. Essa associação ofereceu, durante 18 anos, ampla programação cultural para o público infanto-juvenil, por meio de oficinas contínuas em diversas linguagens artísticas, manutenção de agendas culturais e espaços adaptados para as artes cênicas. A entidade contou, a partir de 2006, com a parceria e o aporte financeiro do Voo Livre Arte e Educação, projeto inicialmente da pessoa física Marco Antônio de Oliveira Machado Lara, sucedido por Luisa Helena de Jesus, minha esposa. Esse projeto teve, em 10(dez) de suas treze edições, o patrocínio da Mineração Lapa Vermelha Ltda., por meio da Lei Estadual de Incentivo à Cultura¹.

Na agenda, incluímos o incentivo ao tradicional Boi da Manta, organizado por um grupo, que era de natureza informal, até o ano de realização desta pesquisa. A ele, a partir deste parágrafo, nos referiremos como Grupo Folclórico do Boi da Manta de Confins (GFBMC)². Esse incentivo teve início com a realização de oficinas de boizinhos de caixa, durante eventos culturais de rua, antes da instalação da sede do CERC e do lançamento do Voo Livre. Com a instalação dela, a partir de 2005, várias ações foram realizadas por meio da apresentação de danças inspiradas no Boi Bumbá e outros folclores nacionais (grupos

¹A Lei Estadual de Incentivo à Cultura (Leic), criada em dezembro de 1997, é um mecanismo de apoio à produção cultural do Estado para incentivo à execução de projetos artístico-culturais por meio de dedução do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Atua na forma de mecenato, no qual todo contribuinte que apoiar financeiramente projeto cultural poderá deduzir do imposto devido o valor destinado ao projeto.

². Esse grupo, segundo informação, verbal e não gravada, de pelo menos três de seus membros, manteve-se juridicamente informal, até o ano de 2024, quando foi registrado em cartório com o nome de Grupo Folclórico do Boi da Manta de Confins.

Coltec/UFMG, Sarandeiros, alunos da Escola de Dança do Palácio das Artes, entre outros), oficinas de dança folclórica apresentações, confecção de máscaras, maquiagem, bonecas gigantes. A seguir, em duas edições do Voo Livre, disponibilizamos verba para confecção de armações para as alegorias de boi, que foram doadas ao GFBMC. Ainda em 2024, estas eram as armações que a cada ano são cobertas de chitão para a festa do boi.

O CERC e o Voo Livre, atentos à presença do Boi da Manta no imaginário infanto-juvenil e à ausência de ações, naquele período histórico, que proporcionassem a esse público a vivência e a aprendizagem dos saberes e fazeres da manifestação, passou a realizar, inicialmente, o Barracão Infanto-juvenil do Boi da Manta. A partir de 2008, em algumas edições, integrou a ele o cortejo do boi, para a mesma faixa etária.

Assim, o Barracão do Boi ofereceu, anualmente, no período de 2007 a 2018, oficina baseada em multi-linguagens artísticas, com programação abrangendo o artesanato, a musicalização, o desenho, a pintura, a troca de causos, de histórias, de técnicas, de conhecimentos populares na confecção de bois, boizinhos, bonecões, máscaras, estandartes e adereços diversos. Ao final da oficina, seus produtos eram apresentados à comunidade em um Cortejo Infanto-juvenil. Esses produtos eram, então, doados aos participantes do barracão. Desta forma, tanto os produtos do barracão (alegorias de bois, máscaras, estandartes, etc) como as próprias crianças e adolescentes participantes dele, passavam a integrar a tradicional manifestação do Boi da Manta organizada pelo ainda informal GFBMC.

Em 2018, o CERC/Voo Livre, atendendo alegada necessidade do GFBMC, ainda sem registro civil, que lhe permitisse participar de processos de licitação pública, fez a gestão da manifestação. Também realizou, como de costume, o Barracão e Cortejo Infanto-juvenil. Ambos, dessa vez, em parceria com a Secretaria Municipal de Cultura e apoio da Secretaria Municipal de Educação.

Nesse ano, a programação do Barracão CERC/Voo Livre propôs e realizou uma pesquisa da história do Boi da Manta no município, pesquisa essa sem finalidade acadêmica, mas para registro histórico. A pesquisadora entrevistou alguns dos organizadores do Boi da Manta, na linha retroativa do tempo. Este trabalho foi realizado por Ana Clara dos Reis Martins- ex-aluna de diversas oficinas do Cerc/Voo Livre, dos 4 aos 18 anos de idade - então contratada para integrar a equipe do Barracão e Cortejo Infanto-juvenil do Boi da Manta, na função de Auxiliar de Produção e Contadora de Histórias. Ela também sintetizou em contos de sua autoria, essas vozes. Os contos foram apresentados pela própria autora, na programação do Barracão Infanto-juvenil e, posteriormente, nas escolas municipais.

Em 2018, o CERC e o Voo Livre encerraram suas atividades. Coube-nos a responsabilidade de sermos a guardiã de todos os seus acervos, neles incluso o que dizia respeito ao Boi da Manta. São vídeos das entrevistas com líderes do GFBMC, citadas no parágrafo anterior, material gráfico, vídeo-fotográfico, impressos, documentos, entrevistas, etc. Tudo isso, somado a nosso acervo pessoal de registros, constitui, logicamente, material de interesse público.

A partir disso, com vistas a embasar e organizar uma publicização desse acervo, este trabalho acadêmico deu um primeiro passo no sentido de ampliar nossa visão sobre esse patrimônio cultural. Ao mesmo tempo, essa incumbência iniciou a realização de um desejo, por nós acalentado, por pouco mais de três décadas: o de contribuir para o preenchimento da lacuna do registro da trajetória do Boi da Manta de Confins. Esse é o núcleo da presente pesquisa.

Assim, as narrativas colhidas pela pesquisa realizada pelo CERC/Voo Livre em 2018, conforme já citado, fazem parte do nosso inventário, acrescido de entrevistas novas que realizamos, construindo um maior conjunto de dados que, por sua vez, foram analisados. Por meio delas, visitamos o passado, identificando os sentidos que lhe foram atribuídos no passado e os sentidos produzidos no presente, pelos narradores, somados aos sentidos que eles, entrevistados/as, também, atribuíram ao presente e ao futuro, a partir de seus lugares de experiência e de fala.

Desta forma, pudemos produzir a linha do tempo ‘Caminhos do Amado Boi de Confins - passado glorioso, presente contestado, porvir dolorosamente duvidoso’ (capítulo 6 deste trabalho), e o vídeo ‘Memórias para quê?’, conforme previsto nas ações programadas. Esse vídeo pode ser acessado no link: <https://youtu.be/jXBvzreEADQ?si=Cu2CIYPERg75LCAx>

Nossa posição de cidadã e de protagonista de ações culturais, vinculadas ou não, ao Barracão Infanto-juvenil do Boi da Manta, nos atribuiu, para além da função de pesquisadora, o lugar de fonte de informações e de sujeito de experiência. Isso orientou nossa opção pelo método da análise narrativa. E nos vimos, algumas vezes, instigada a narrar nossas vivências, porque fazemos parte da memória do boi. Foi esse lugar que nos levou a participar de dois eventos ocorridos na vida cultural da cidade, enquanto realizávamos esta pesquisa. Eles nos trouxeram importantes corroborações ao que já havíamos interpretado a partir das vozes narrativas, **nos capítulos 5 e 6 deste trabalho** e, além disso, contribuíram no sentido de caracterizar o contexto em que o patrimônio imaterial -objeto de nosso estudo- estava inserido, no presente contemporâneo desta pesquisa.

Desse modo, narramos esses dois eventos e o que deles pudemos interpretar, em apêndices deste trabalho (APÊNDICE E - Inauguração da “futura” casa de cultura de Confins) e (APÊNDICE F – Minuto do Patrimônio). Nós o fizemos com a consciência de que esse não era um objetivo dessa pesquisa, mas à moda de um diário de bordo, que contribuiu, como dissemos acima, para contextualizar o tempo - espaço em que ela estava inserida. Percebendo esse tempo-espaço, reforçou-se o quanto se faz urgente a devolução dos resultados deste trabalho à sociedade.

A título dessa mesma contextualização, não pudemos nos abster de uma brevíssima consideração, feita nos parágrafos finais do APÊNDICE F, a respeito do dossiê de registro do Boi da Manta de Confins junto ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA).

A análise narrativa, aliada à nossa condição de cidadã imersa na cultura local, também nos licenciaram a produzir o APÊNDICE ‘G – Sugestões de Ações com vistas à (re) construção do patrimônio imaterial Boi da Manta de Confins’. E o APÊNDICE ‘H– Fatores dificultadores da (re) construção do Boi da Manta de Confins, no presente contemporâneo e no futuro’. O envolvimento em transformar as palavras, fazendo nascer os acontecimentos, nos faz afirmar que alcançamos o lugar da experiência, tal qual a concebe Larossa:

A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. (...) o saber da experiência: o que se adquire no modo como alguém vai respondendo ao que vai lhe acontecendo ao longo da vida e no modo como vamos dando sentido ao acontecer do que nos acontece. No saber da experiência não se trata da verdade do que são as coisas, mas do sentido ou do sem-sentido do que nos acontece. (BONDIA, 2002, P.21).

Assim, elaboramos os seguintes objetivos:

1.1. Objetivo Geral

Analisar a memória multimodalizada do Boi da Manta em Confins, considerando a interação entre vozes narrativas, registros históricos e imagens como ferramentas para a (re) construção e a construção de identidades culturais. A pesquisa focaliza, em especial, o papel das mulheres e crianças na preservação e transmissão dessa memória.

1.2. Objetivos específicos

1. Analisar, na multimodalidade das expressões do boi da manta e das vozes narrativas sobre ele, o papel da linguagem como interação e produção de sentidos, por meio da

utilização de entrevistas semiestruturadas e análise da interação discursiva entre os entrevistados;

2. Compreender a memória como construída e marcada pela multimodalidade discursiva (operando à moda da Análise de Conteúdo para mapear padrões e recorrências nas narrativas;)
3. Refletir sobre as experiências vividas pelos entrevistados, no que se refere à participação no Boi da Manta, através do uso da Pesquisa Narrativa, considerando as experiências individuais como parte de um processo coletivo de construção da memória;
4. Captar e analisar a importância do Boi da Manta para as pessoas da comunidade, bem como seus sentimentos de pertença a essa memória; identidade e pertencimento;
5. Estabelecer relações entre a história do Boi da Manta e as políticas públicas de cultura no município; a partir de vozes legitimadas: as que têm dentro de si a memória do Boi da Manta;
6. Elaborar prospecções variadas que contribuam para o debate sobre como garantir a continuidade e a preservação do Boi da Manta;
7. Contribuir com o resgate da história do município de Confins, na expectativa de que esse resgate ganhe existência futura em espaços dinâmicos de cultura, de sujeitos e de vida;
8. Potencializar o patrimônio imaterial Boi da Manta, como exemplo de histórias e de experiências que merecem ser vividas e ressignificadas nos contextos de cada presente contemporâneo dos sujeitos cidadãos.

2. CONFINS, UMA CIDADE “COM FINS”: o espaço da pesquisa

“As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.”

“Jamais se deve confundir uma cidade, com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles. ” Ítalo Calvino (1990)

Sendo o município de Confins ainda muito jovem, encontramos pouquíssimos trabalhos científicos e referências historiográficas que nos ajudassem a caracterizá-lo. A esta pesquisa, o que importou foi contextualizar, do ponto de vista sociocultural, o espaço-tempo Confins, por onde vinha caminhando o Boi da Manta. Nesse sentido, o objetivo foi pontuar as alterações que veem ocorrendo no modo de vida de seus moradores, a partir da instalação em sua área geográfica do Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (AIBH). E, nesse aspecto, estudos e publicações são também raros, limitando-se, salvo engano, às referências citadas neste trabalho. Portanto, a caracterização que fizemos do município fundamenta-se no entrecruzamento e na interpretação de alguns dados e em nossa observação e vivência enquanto cidadã.

Segundo o IBGE¹, o distrito de Confins, originalmente, pertencente à cidade de Santa Luzia foi legalmente criado pelo estado em 1953, quando já passara a pertencer à Lagoa Santa (outro município). Ele também registra, que a cidade abriga lagoas e grutas – que sabemos, ainda em 2024, sem infraestrutura que as habilite para exploração turística. Elas fazem da cidade importante referência para os estudiosos de arqueologia, paleontologia e de formações minerais. Ainda, segundo o IBGE, a partir de 1835 essas grutas foram pesquisadas pelo paleontólogo Peter Wilhelm Lund. O Museu de Copenhague na Dinamarca guarda o crânio que ficou conhecido como 'O Homem de Confins', encontrado na Lapa Mortuária. Seu banco de dados também registra que, nela, ainda hoje de propriedade particular, norte-americanos, em 1950, encontraram 44 esqueletos pré-históricos, que integram o acervo do Museu de História Natural da Quinta da Boa Vista, no Rio de Janeiro. Antes disso, o pesquisador Peter Lund havia ali achado três esqueletos. Outra importante área de estudo é o sítio paleontológico e arqueológico Lapa do Galinheiro, situado no centro da cidade, onde foram encontrados utensílios pré-históricos. A Igrejinha antiga de São José, no centro da cidade, foi inaugurada em 1879, conforme inscrição em seu interior. Em torno dela, das festas natalinas e da Folia de Reis, os mais antigos narram ter tido início o tecer da vida social do povoado.

¹Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/confins/historico> Acesso em 19/02/2024

Baseado na narrativa de entrevistados nascidos em 1938 e 1939, encontramos narrativa de que “as paqueras aconteciam impreterivelmente, durante o leilão da igreja. As moças ofereciam prendas (...) e os rapazes arrematavam-nas, (...) e as ofereciam às moças pelas quais estavam interessados. ” (SÁ, 2018, P.58).

Ao citar a narrativa de uma moradora nascida em 1922 e colhida em 2017, Sá (2018, P.51), afirma destacar-se a folia de reis “que acontecia no período de dezembro a janeiro (após o nascimento de Jesus). “Chovia sem parar! O grupo ia passando e cantando em todas as casas”, lembra Dona Mariquita.”. E, às páginas 55, acrescenta referência à narrativa do Sr. José Rodrigues, nascido em 1938, “A festança era tão boa, que nem sempre terminava no dia seis, dia de reis, como manda o costume e sim, no dia 20 de janeiro.”. SÁ (2018, P. 51 e 55).

Sá (2018. P. 66 e 67) também registra a partir de dados colhidos em entrevistas realizadas em 2017, com confinenses nascidos entre 1922 e 1950 que, na década de 1950, o lugar contava com cerca de 500 (quinhentos) habitantes e que,

Nas últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, a economia do município baseava-se na agricultura, predominando o cultivo de feijão, milho, mandioca, cana de açúcar e uma pequena criação de gado. A produção artesanal de farinha de mandioca foi considerável, gerando excedentes comercializados na região (...) os engenhos produziam basicamente melaço e rapaduras, que também eram comercializados. (...) A partir das primeiras décadas do século XX, ocorreram mudanças (...) com o crescimento da pecuária de leite, o desenvolvimento da indústria de cal e a instalação de vários fornos a partir de 1913. (...) esse setor entrou em decadência a partir dos anos de 1960.

(...) A partir dos anos 70, (...) os engenhos de farinha entraram em franca decadência, passando a mandioca em sua quase totalidade a ser comercializada na CEASA, em Belo Horizonte. (SÁ, 2018, P.66 e 67).

Sá (2018) também informa que, “Em meados dos anos 80, as atividades agropecuárias estavam praticamente abandonadas, deixando a população com pouquíssimas alternativas de trabalho. As únicas alternativas existentes, se davam na indústria extrativa em São José da Lapa e Pedro Leopoldo.”. (SÁ, 2018, P. 67).

Esse historiador não faz qualquer associação do processo de desapropriação de terras que viabilizou a implantação do AIBH na área geográfica do município, com a ocorrência que descreve como “atividades agropecuárias estavam praticamente abandonadas”, embora siga, às páginas 68, informando que “Em meados dos anos 70, a região de Confins foi escolhida para a implantação do Aeroporto Internacional Tancredo Neves ”. (SÁ, 2018, P. 67).

No entanto, a partir dessa política desenvolvimentista, com vistas ao desenvolvimento de Minas Gerais e da Região Metropolitana de Belo Horizonte, o estado desapropria no ainda

distrito de Lagoa Santa, enormes extensões de suas terras - originalmente ocupadas, em grande parte, por posseiros, impactando fortemente a economia e o modo de vida da população.

Interessou-nos neste trabalho, como já dissemos, sobretudo, pontuar essas alterações que veem ocorrendo no modo de vida dos moradores, a partir desse projeto de desenvolvimento imposto à cidade. O AIBH, a partir de 1980, foi crescentemente implementado; impactando, de forma permanente e contínua, a sociedade local, pelo intenso movimento migratório que traz à cidade. Isso vem provocando um acelerado processo de aculturação, e por outro lado, configurando, em vários aspectos, um novo perfil da população. A imprensa noticiou, na época, o que acontecia no município. Em 1990, proprietários ainda estavam na justiça negociando valores a receber. Vale destacar que no ano de 1984 o aeroporto já havia construído a pista de voo e estava inaugurando o terminal de passageiros.

Tanto essas imposições, como outras, advindas de seu patrimônio arqueológico natural e de seu relevo geológico cárstico², impactam e enquadram as possibilidades de desenvolvimento sociocultural. Como sabemos, em toda cidade, suas próprias especificidades impõem ou direcionam essas possibilidades. Em Confins, as características que citamos são fortemente delimitadoras do uso de seu território geográfico. Tratam-se, naturalmente, de condições a serem exploradas, respeitados os limites e as possibilidades, tanto do projeto de estado, quanto dos seus atributos geológicos e arqueológicos. Quiçá, em benefício de seus habitantes. O nome Confins, segundo registrado pelo IBGE, é uma referência à sua localização nos extremos de fazendas da região, à época de sua origem, quando o local, situado entre lagoas, era ponto de parada de tropeiros e bandeirantes. O título deste capítulo, grafado como um trocadilho - Confins, uma cidade “com fins”, ou seja, que tem finalidades, foi justamente uma referência à situação descrita no parágrafo anterior. O pouco que pudemos obter de dados para caracterizar o município, reforçou nossa forte impressão de uma cidade com finalidades delimitadas, pelas características geológicas de seu solo e por sua localização geográfica. Sua topografia, pequeno contingente populacional, baixa prospecção de crescimento e desenvolvimento, tipo de ocupação e apropriação da terra sem registro e escritura, menor preço dela no mercado imobiliário, fizeram do município o lugar ideal para as desapropriações com vistas à implantação do AIBH no território da Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH).

² Relevo geológico cárstico é o “caracterizado pela dissolução química (corrosão) das rochas, que leva ao aparecimento de uma série de características físicas, tais como cavernas, dolinas, vales, cones cársticos, rios subterrâneos,” (SÁ, 2019, p.87).

Também contribuiu a existência, em Lagoa Santa, desde 1974, de um parque de material aeronáutico da Força Aérea Brasileira.

Conforme vozes narrativas dos mais antigos e de informação em registros do IBGE, em grande extensão das terras havia plantações de abacaxi. Essa informação foi corroborada por SOUSA, em vídeo do canal Youtube³: *Aviões e Músicas*, intitulado “Aeroporto que fica 63% numa cidade e 37% em outra – Confins”. Cita ainda a existência de uma pequena granja, informação também confirmada por narrativas e registros trabalhistas locais.

O que restou como propriedade particular permaneceu até os dias atuais, na posse de herdeiros dos posseiros originais. Em sua maioria, elas ainda estavam, no ano de 2024, em processo de regularização fundiária, empreendido pela administração municipal.

Em síntese, as ocupações predominantes na localidade eram a agropecuária, a agricultura familiar de subsistência, a exploração artesanal de fornos de cal, os empregos domésticos em sítios e casas de fim de semana, o plantio, a colheita e a comercialização de abacaxi.

A partir de 1970, o trabalho em pedreiras, mineradoras, indústrias cimenteiras e de pré-moldados também fazia parte das ocupações de trabalho no município. Naturalmente, os hábitos socioculturais eram os próprios a uma população imersa nesse universo de ocupação produtiva.

Com a implantação do AIBH em sua área geográfica, a população passa a conviver com uma série de impactos de desconexão identitária.

Como apontam Coutinho, Cardoso e Lessa (2018),

O município de Confins foi visto e tratado tão somente como área/território para atender ao expansionismo da Metropolitana, priorizando, assim, apenas a uma perspectiva e demanda econômica, deixando de lado seus registros históricos de atividades socioeconômicas e as demandas socioculturais. (COUTINHO, CARDOSO E LESSA, 2018, s.p.).

De 1980 a 1984, as obras de terraplanagem e a construção da pista de pouso e do terminal, trouxeram para a região um enorme volume de migrantes temporários - com costumes e culturas diversificadas, acomodados em canteiros de obra. Muitos deles, iniciando relações afetivas com moradores locais, que terminaram ou não, na constituição de novas famílias. Segundo Sousa, no mesmo vídeo no canal Youtube: *Aviões e Músicas*, “para a construção do terminal de pouso foram contratados 1.700 operários” – ou seja, o equivalente a cerca de 70% da população de Confins, então um distrito com aproximadamente 2.440 habitantes. E ele era o povoado mais próximo da obra. Em 1982, esse vídeo registra que, concomitante à construção do terminal de passageiros, o aeroporto começou a operar, principalmente, recebendo voos de

cargueiros transportando materiais para sua própria obra.

A utilização, neste trabalho, de uma fonte de informação dessa natureza (postagem no Youtube) foi necessária, uma vez que não localizamos outros registros historiográficos sobre o município.

Em 1995, cerca de treze anos após a inauguração da pista do AIBH, o distrito de Confins passou a município. Em 1997 foi instalada a primeira administração municipal. Os processos eleitorais inicialmente causaram cisões políticas no seio das famílias, trouxeram à cidade novos atores sociais, nas categorias de prestadores de serviços, profissionais liberais, políticos, etc. As alianças político-partidárias com cidades vizinhas, ou não, influenciaram definições de interesses nem sempre comprometidos com o desenvolvimento econômico e sociocultural da pequena e cobiçada Confins. Novos eleitores, também se somaram aos migrantes. A prefeitura começou a se delinear de forma crescente como grande empregador. A vulnerabilidade social aumentou. Desde a primeira administração, tanto no âmbito do executivo, como no âmbito de legislativo, iniciou-se uma sucessão de gestões de atento controle e cooptação pela via eleitoral, dos movimentos e iniciativas socioculturais da sociedade civil.

Em 2000, o AIBH vivia aguda escassez de voos, enquanto a população de Confins assistia, atônita, ao aumento da violência, do uso de drogas e do envolvimento da população, notadamente de seus adolescentes, em contravenções de várias naturezas.

Esse contexto social vai se agravando e, nos anos de 2003 e 2004, esse era o assunto que se discutia nas esquinas, nas reuniões sociais e nas casas das famílias. As políticas públicas nas áreas da educação, qualificação profissional, cultura, assistência social praticamente inexistiam. A sociedade civil, leiga e religiosa, discutiu, em uma série de reuniões das quais participamos enquanto representante do CERC, a necessidade de ações socioculturais contínuas junto ao público infantil e juvenil. A partir dessas discussões, propusemos, em 2005, o projeto Voo Livre, para ser executado na casa do CERC, cuja sede havia sido instalada em 2004 mediante cessão gratuita dos proprietários e vinha sendo mantida por voluntários e com trabalho de oficinairos também voluntários.

Em sua inauguração, a associação já passou a atender cerca de duzentos participantes, em oficinas de arte nas áreas da música, dança, contação de histórias, capoeira, teatro, artesanato, etc. Esse número de participantes foi sendo ampliado até atingir entre os anos de 2007 a 2012, quase todos os alunos da rede de ensino formal do município.

Ao mesmo tempo, a população iniciou, nos primeiros anos da década de 2000, uma escalada em busca da elevação de seus patamares de escolarização. Ela seguiu crescentemente

vitoriosa superando uma estatística, apresentada em 2005 pela Secretaria Municipal de Educação em reunião na Câmara Municipal, que computava, àquela época, entre os filhos de Confins com curso de graduação universitária, cerca de seis pessoas.

No entanto, até 2004, o aeroporto não decolou. Era tido como um “elefante branco”, assim como sua via rodoviária de acesso, sem passageiros e sem voos. O terraço estava sempre mais lotado que o piso de embarque. Moradores de Belo Horizonte e RMBH, o tratavam como um ponto turístico: observavam-se aeronaves pousadas ou o decolar dos raros voos diários; crianças corriam pelo enorme espaço vazio.

A cidade de Confins seguia sofrendo os impactos socioculturais, de uma cada vez mais intensa migração temporária de trabalhadores de todas as regiões do Brasil. Em sua maioria, mão de obra pouco qualificada e de baixa remuneração. Longe de suas famílias, viviam em alojamentos coletivos, montados em casas de um só banheiro, pequenas e superlotadas. A maioria operários das empreiteiras envolvidas nos projetos de construção vinculados à infraestrutura aeroportuária, e outros, que se instalavam na região atraídos pelo desenvolvimento em curso.

Em 13 de março de 2005, conforme Lito Sousa, no já citado vídeo no canal Youtube, o AIBH passou a receber 120 voos diários, (aumento de 85%), quase 650% de passageiros a mais que nos anos anteriores. Cresceu sua demanda por mão de obra.

A população de Confins, ainda sem a adequada qualificação profissional, enfrentou dificuldades em conseguir, até mesmo, as medianas remunerações. Ocupou assim, majoritariamente, as vagas de limpeza e serviços gerais. O precário e caro serviço de transporte público até o aeroporto era outro alegado fator dificultador, encarecendo contratações e ampliando o tempo gasto pelos trabalhadores para chegar até lá. A concorrência com trabalhadores mais bem qualificados, de outras cidades da região, ocorria em desvantagem.

A Cooperativa de Taxi de Confins (COOPERFINS), fundada em 2004, enfrentou dificuldades para se estabelecer no aeroporto. Ela concorreu em situação de enorme desvantagem com a cooperativa do município de Lagoa Santa, onde fica alocado 37% da área geográfica do AIBH. Sua cooperativa, foi fundada em 1982, pouco mais de duas décadas antes da de Confins, sendo logicamente melhor qualificada e equipada,

Os taxistas de Confins eram inexperientes até mesmo para dirigir em Belo Horizonte, inclusive por desconhecerem as rotas em tempos sem GPS. Além disso, enfrentaram retaliações por parte de taxistas de Belo Horizonte, em tentativas de impedir que os de Confins retornassem ao aeroporto lotados ou circulassem na capital. Essas corridas, diante do ainda precário volume

de trabalho gerado no AIBH, eram importante complemento de renda.

Foram registrados, à época, vários episódios de agressão a taxis com placa de Confins. Eles também estavam, em grande percentual, ainda precariamente qualificados quanto às condutas profissionais da categoria de taxista prestadora de serviços aeroportuários.

Em 2003, uma outra iniciativa, desta vez de caráter religioso, instala no território da cidade, o Santuário Tabor da Liberdade. Da mesma forma que o público do AIBH, esse movimento religioso conhecido como “Mãe Rainha”¹, recebe milhares de pessoas que pouco ou quase nada circula e/ou interage com a cidade, embora o local seja muito frequentado pelos habitantes de fé católica.

Mais uma vez, reiterando o uso da cidade quase exclusivamente como área território, cresceu a instalação de grandes casas de festa, incompatíveis com o poder aquisitivo da grande maioria da população local. Elas trazem à cidade um público que, como o do aeroporto e o do santuário, pouco ou nada convive com a população local. Mas, da mesma forma, acenam e encenam para a juventude um mundo de possibilidades de consumo e inserção social, ainda distante da realidade de sua maioria.

Em 2013, o governo federal leiloou o aeroporto para concessão privada. A Companhia de Concessões Rodoviárias (CCR) transformou o AIBH no primeiro aeroporto industrial do Brasil, oferecendo aluguel de galpões com os benefícios de zona franca. A prefeitura de Confins passa a ter direito à sua cota no Imposto Sobre Serviços (ISS), antes indevido, por ser administradora a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO), uma empresa pública. Começa uma era de “esperanças” de inclusão socioprodutiva, de oportunidades de qualificação e de melhoria dos serviços e infraestrutura para a cidade e para a população.

Infelizmente, até o presente contemporâneo a esta pesquisa, passados dez anos, tal esperança ainda não foi concretizada, embora se perceba maior empregabilidade da população, junto às empresas prestadoras de serviço aeroportuário.

A prefeitura continua sendo grande empregadora de mão de obra, assim comprometendo sua receita. Seus gastos com locação, compra e manutenção de imóveis são também significativos.

As iniciativas de qualificação profissional, esportivas, culturais e de lazer mantêm algum vínculo com grupos políticos, perdendo atributo enquanto política pública planejada, de

¹ O Movimento Apostólico de Schoenstatt pertence à Igreja Católica Apostólica Romana e faz parte da Obra Internacional fundada em 18 de outubro de 1914, pelo Pe. José Kentenich, em Schoenstatt, na Alemanha.

qualidade, continuada e representativa dos interesses da maioria. As “políticas públicas” continuam deficitárias e descontinuadas.

A cada mudança de gestão, muitas vezes, a alegação foi falta de recursos devido a dívidas deixadas pela gestão anterior e, ainda, ao sucateamento da infraestrutura que exige gastos para seu retorno a funcionamento.

O Estado esteve, e continuava, em 2024, ausente quanto a medidas efetivas que incluam, no seu projeto desenvolvimentista, as necessidades educacionais, culturais e de qualificação profissional da população. Grande parte dos migrantes que permaneceram na cidade, também careciam, ou seguem carecendo, de oportunidades de educação e de qualificação.

A tabela abaixo, elaborada por Coutinho, Cardoso e Lessa (2018) e por nós atualizada quanto aos anos de 1980 e 2023, tendo como **fonte o IBGE Censo Demográfico 2023**, nos aponta as significativas taxas de crescimento da população desde 1980. Este crescimento populacional e a forma como ele aconteceu, guarda relação com a forma como nasce no município a manifestação do boi da Manta; e com o modo como ele vem sendo mantido.

Registramos que em 1959, quando o Boi da Manta nasce, a população do distrito era de aproximadamente 500 (quinhentas) pessoas.

Tabela 1 – População

População, Taxa e Média de Crescimento Decenal – 1980 a 2023								
POPULAÇÃO/CONFINS					TAXA MÉDIA CRESCIMENTO DECENAL (%)			
1980	1991	2000	2010	2023	1980-1990	1991-2000	2000-2010	2010-2023
1.700	3.183	4.880	5.943	7.350	87,24	53,31	21,78	23,67

A observação dos hábitos de consumo, sem qualquer comprovação por meio de estudos e dados estatísticos, nos levou a perceber, notadamente na última década, um significativo aumento do poder aquisitivo da população em geral. No entanto, do ponto de vista do desenvolvimento educacional e sociocultural, como sabemos, o tempo histórico decorrido ainda foi e é curto para consolidar mudanças.

O investimento na estruturação de políticas públicas em todas as áreas e, de forma especial nas áreas da educação, qualificação profissional, acesso sociocultural e, em infraestrutura de serviços, feito até aqui, pelo município e pelo estado, é ainda precário.

Existe uma desvantagem do município na concorrência com os investimentos e a articulação dos municípios vizinhos, que parecem colher a maior parte dos possíveis benefícios trazidos pelo projeto do estado para a região.

Para além disso, Coutinho, Cardoso e Lessa (2018), nos informam que, em Confins,

A economia é predominantemente de serviços, pela existência do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, o que lhe garante o segundo maior PIB per capita do Estado de Minas Gerais (R\$256 mil/pessoa) e o quarto do país[8]. O PIB per capita de Confins é 11 (onze) vezes maior que o índice de Belo Horizonte.

Esse crescimento na arrecadação de impostos no município é um indicador econômico que sinaliza os investimentos atribuídos ao AITN. ”

“ (...) sendo de destacar que nem toda a renda gerada no município de Confins é apropriada pela população residente. (COUTINHO, CARDOSO E LESSA, 2018).

Não tardou que agravos fossem evidenciados trazidos por todo esse contexto. Acirraram-se as disputas pelo poder, no âmbito político partidário ou até mesmo internamente, no âmbito dos grupos da sociedade civil, organizados legalmente ou não.

A cidade passou a conviver com reincidentes notícias de mortes atribuídas a disputas pelo controle do tráfico de drogas, com periódicas ondas de assaltos a diferentes residências, comércios e instituições. Ao longo dos anos, formou-se um grupo de detentores de melhores condições financeiras, delineando diferenças sociais, antes menos perceptíveis.

Assim, a população historicamente ocupada com trabalhos agropecuários e braçais, de hábitos, cultura e valores vinculados a este universo, habituada à circulação quase sempre restrita à sua área geográfica e entorno das pequenas cidades vizinhas, enfrentava ainda, durante a realização desta pesquisa, um crescente e acelerado processo de aculturação. O município, nesse ano de 2024, pareceu viver o ápice desse processo, que veio sofrendo desde 1980.

Um processo que, por ser historicamente recente (34 anos), ainda impactava fortemente também grande parte das gerações de seus filhos, netos e bisnetos. Nessa situação, incluía-se, até mesmo, grande parte da parcela da população que é filha de migrantes que, pela via do casamento, ou não, passaram a fazer parte das famílias originais do lugar, a partir de 1980.

Em outras palavras, os netos e bisnetos de quem compunha a população do lugar em 1980, ainda transitavam, à época da realização desta pesquisa, entre os valores tradicionais e os novos, trazidos por todo o processo explicitado até aqui. Afinal, quem nasceu em 1980 tinha, no ano de 2024, 44 anos de idade, quem nasceu em 2005 tinha 19 anos de idade, quem nasceu a partir de 2013 estava entrando na faixa dos onze anos de idade.

Por outro lado, cresceu o mercado imobiliário de casas populares, habitação para a migração temporária que continuava se renovando. Parte delas, pequenas construções em

fundos de residências, com ou sem acesso privativo. Outra parte, pequenos apartamentos.

A cidade, ainda em 2024, convivia com iniciativas de economia doméstica agropecuária, em área urbana e central, gado, cavalo, galinhas, hortas e frutos de quintal. As relações de vizinhança e participação na vida comunitária eram permeadas por características de modos de vida interioranos. Mas, os aviões que sobrevoavam sobre as cabeças, além da poluição sonora e ambiental, acenavam com possibilidades de ascensão sociocultural e produtiva ainda distantes das possibilidades da maioria. E pressionavam em direção a um presente e futuro, em que cada vez mais seu modo de vida, no que ele ainda resistia, se via invadido pelo aumento da criminalidade e novas culturas, como já dito. O município também era cerceado por uma rotina e escalas de trabalho no mercado aeroportuário que, crescentemente, ia delineando uma cidade com características de cidade dormitório. Os espaços públicos eram poucos e precariamente ocupados.

Surge, assim, a Confins contemporânea a esta pesquisa, a partir de uma comunidade de quinhentos habitantes que, em grande percentual, entre si, foram estabelecendo relações matrimoniais e gerando filhos. Esses últimos, assim como seus próprios filhos, em algum quantitativo se ‘casaram’ com pessoas de fora desse círculo. No entanto, no ano de realização desta pesquisa (2024), ainda era historicamente curto o tempo decorrido desde que essa mesclagem da população original se intensificou, a partir da década de 1980 - conforme demonstra a tabela 1.

Portanto, nessa comunidade, são quase todos, ou em grande percentual, entre si, pelo menos primos, tios, sogros, genros e noras, tanto no âmbito da população mais original do lugar, como no âmbito do processo que aqui denominamos mesclagem. Tudo isso, no contexto de forte união familiar na defesa de valores e ainda na defesa de interesses pessoais, políticos e econômicos que, naturalmente, caracterizam a cultura e as relações em pequenos municípios.

Uma cultura atravessada por apadrinhamentos, que permeia as várias instâncias das relações, seja no âmbito da casa, do trabalho ou das organizações da sociedade civil, formais ou não. Ou, ainda, no âmbito das relações políticas partidárias e/ou ideológicas e das relações econômicas. Essa defesa de interesses, sabemos todos ser, em certa medida, natural e saudável. E pode, até mesmo, nesse contexto específico, em algum momento histórico, ter funcionado como estratégia individual e/ou coletiva de sobrevivência, no enfrentamento do enorme impacto social ainda em curso.

Como já dissemos, o projeto do Estado, a partir do uso da área geográfica do município, nem minimamente buscou equilibrar ou sanear, com investimentos socioculturais e

educacionais, o que foi colocado em risco social. Isso foi, e continua sendo, o sistema de valores, a aculturação, a geração de novas e até então desconhecidas mazelas sociais, a capacidade e o desafio de inclusão dos membros dessas famílias mais originais do lugar, em uma nova realidade ocupacional tão distante de seu berço historicamente ainda jovem. Em outras palavras, o risco maior foi, e continuava sendo em 2024, o da descaracterização de um modo de vida de hábitos interioranos, pautado na tranquilidade, na ausência da violência urbana, nos afetos, nas festas partilhadas e na convivência com nuances de relação familiar, entre grande parte da população.

O processo sociocultural que descrevemos, em algum percentual se retroalimenta. A infraestrutura comercial, de serviços básicos e políticas públicas municipais demora a se estabelecer em padrões suficientes para atender aos interesses de consumo dos migrantes mais qualificados quanto à mão de obra, grau de escolarização e de maior poder aquisitivo. Ou, quando optam ainda assim por residir no município, por não lhes serem oferecidas oportunidades de uma vida social, ou de usufruir dos serviços que necessitam e/ou estão habituados a consumir, terminam por acessá-los em cidades vizinhas. Isso, também contribui para o uso da cidade meramente como dormitório.

No ano de 2024, o município adquiriu e inventariou como patrimônio municipal o Abrigo do Galinheiro e a antiga casa em cujo quintal ele está localizado. No entanto, esses espaços não oferecem agenda contínua, tendo sido, até janeiro/25, abertos apenas em duas temporadas, para realização de um mostra cultural e uma exposição, mediante cessão a dois grupos sediados no município. Nesse mesmo ano, por pertencer ao Circuito Turístico das Grutas, a cidade passou a integrar a Rota do Frango e Cachaça, iniciativa da Associação do Circuito Turístico das Grutas⁵.

Desta forma, começaram a circular, ainda muito vagarosa e incipientemente, falas de funcionários da administração municipal quanto a tentativas, ainda sem sucesso, de inventariar pontos e serviços para estruturação desta rota turística e outras. O município vivia no momento contemporâneo a esta pesquisa, o que bem resume Akinruli (2018),

⁵ Mais informações em:

https://r.search.yahoo.com/_ylt=AwrEr3XArZZn8AEAOsPz6Qt.;_ylu=Y29sbwNiZjEEcG9zAzIEdnRpZAMEc2VjA3Ny/RV=2/RE=1739137728/RO=10/RU=https%3a%2f%2fcircuitodasgrutas.com.br%2frota-frango-e-cachaca%2f/RK=2/RS=0INStvU20.F0LsseH7GX_5ax4.E-

Houve um tempo fundamentalmente as últimas três décadas em que ocorreu um evidente movimento de ampliação dos debates sociais sobre o patrimônio que reverberou, portanto, em uma amplitude das ações de identificação, registro e salvaguarda dos bens culturais. Vive-se agora, ao contrário, uma situação de espectro de invisibilidades de processos de devastações do patrimônio marcadas por visões de um por vir apocalíptico. (AKINRULI, 2018, p.106)

O Boi da Manta, objeto desta pesquisa, representa os valores e afetos do modo de vida e de ocupação de espaços que caracterizava originalmente a cidade. Ela é a maior e mais antiga manifestação popular do município, a mais abrangente opção de interação e de ocupação socioespacial vigente.

As manifestações culturais em torno de contos e lendas do boi estão presentes em todo o território brasileiro, assumindo variados nomes e performances em cada região: bumba meu boi, boi bumbá, boi de mamão, boi do rosário, boi de janeiro, boi da manta, boi pintadinho e outras. Algumas delas, apontadas por pesquisadores como baseadas no Auto de Pai Francisco e Mãe Catirina, considerado por muitos estudiosos a maior expressão de literatura oral brasileira.

Catirina, estando grávida, teve o desejo de comer a língua, o coração e o fígado do boi de estimação de seu amo. Pai Francisco, para satisfazer o desejo da esposa, mata o boi e tem que fugir. Mas, encontra um pajé que ressuscita o boi. Ele retorna à fazenda onde todos festejam seu renascimento, inclusive o fazendeiro. A partir desse enredo básico, são muitas as versões, em cômicas dramatizações teatrais, trazendo como protagonistas ora uma, ora outra, de suas personagens. Outras vezes, variando a inclusão ou exclusão de um ou outro personagem secundário.

Quanto ao porquê de uma manifestação em torno do boi, interpretações e explicações se complementam, a partir da antropologia, sociologia, psicanálise, história, filosofia, dentre outros. Mas não satisfazem e deixam brechas. Sua origem, se tem ou não um significado, o porquê parece detentor de um poder de encantamento, são questões ainda abertas e especuladas.

Certo é que a literatura registra a influência da presença e do culto ao boi na história humana, desde a antiguidade. Seja no culto aos deuses como exemplificam o Boi Àpis no Egito, e em Java e Bali; ou, no caso do boi Geroa em Angola e, do Minotauro na Grécia. Seja nos cultos agrários europeus, como o boeuf-gras na França; no culto ao boi em algumas regiões africanas. Ou a partir do século 14, no monólogo de Gil Vicente e nas Tourinhas portuguesas.

Para muitos estudiosos brasileiros, o auto do boi é símbolo do processo de formação da

nação brasileira, permitindo ao negro e ao índio o reviver de suas culturas e, ao incluir o branco, satirizando e denunciando históricas relações de dominação vigentes no Brasil. É também representação da crença na ressurreição, presente nas culturas de nossos povos originários e de nossos povos que aqui chegaram na condição de escravizados.

Para além do arquétipo universal que parece permear o imaginário humano, o animal em si, sua força de tração no auxílio ao trabalho dos sujeitos escravizados, sua riqueza enquanto fonte de alimentação e vestuário, também fizeram do boi motivo de celebração e desejo de posse e consumo. Em Mário de Andrade, encontramos a noção de como o boi une a cultura brasileira espalhada em regiões com características culturais próprias, mas perpassadas pela cultura do boi.

Já a partir do século XVI o gado é introduzido no Brasil sendo importante na economia colonial, seja como auxiliar na força de trabalho de escravizados nos engenhos de açúcar, ou seja, como produtor de alimentação nas fazendas e povoados. Até o século XVII a expansão pecuária (ciclo do gado ou civilização do couro) ocorreu principalmente na região nordeste. Também os registros das primeiras manifestações culturais em torno do boi remetem ao nordeste, a Pernambuco.

O crescimento da população bovina logo passou a exigir ampliação de espaço de criação entrando em disputa de ocupação com a plantação de cana. A defesa dos interesses da economia açucareira levou à publicação de um decreto que proibiu a atividade pecuarista nas regiões litorâneas brasileiras. Esta medida impulsionou a criação de gado para o interior. Surge a figura do vaqueiro. Os trabalhadores ligados à pecuária eram brancos, índios, mestiços, alforriados da escravização. Houve um aumento relativo da mobilidade social, ou seja, vaqueiros tinham alguma chance de tornarem-se donos de rebanhos.

A economia mineradora veio incentivar a interiorização da pecuária para a região sul do país, e com sua crise, para os estados de Minas, Goiás e Mato Grosso. Assim, a pecuária cumpriu papel de base na expansão territorial e econômica e da formação de variadas culturas sertanejas, com especificidades próprias a cada região.

Por outro lado, com o esgotamento das minas de ouro no país, o algodão (chamado de "ouro branco") passa a ser um dos principais produtos de exportação a partir do século XVIII e início do XIX,

“No século XIX, quando o Brasil começou a se transformar em um dos principais produtores têxteis do mundo, a região Nordeste se apresentou como pioneira. Após a década de 1960, as regiões Sudeste e Sul se tornaram o destaque nacional devido aos estímulos e fusões. ” <https://deltamaquinastexteis.com.br/industria-textil-no-brasil/> acesso em 20/04/2025.

Em suas viagens pelo Brasil na década de 1920, Mário de Andrade faz várias narrativas de como os festejos em torno do boi aconteciam no Norte e no Nordeste do país. O escritor que inaugurou no Brasil a valorização do patrimônio imaterial, também descreve o crescimento da indústria têxtil naquela região, conforme exemplificam os trechos abaixo.

Natal, 4 de janeiro²²⁰. O prato do dia é a eleição duma mulher para prefeita do município de Lajes, dona Alzira Soriano. Este município é novo e está progredindo com rapidez graças ao gado e ao algodão. (p.305)

No Norte, o Boi tem como data pra sair o dia de São João. No Nordeste sai pelos Reis e se no dia 30 de dezembro passado pude assistir ao Boi do município de São Gonçalo, isso foi exceção, honraria pra quem vos escreve estas notas de turista aprendiz. Também já estou popular aqui. Vivo dum lado pra outro em busca de quanta festa, quanta Chegança, quanto Boi se ensaia, quanto coco se dança, levando pra casa quanto cantador encontro... Outro dia eu passava, um homem do povo cutucou o parceiro, me mostrando: – Esse é o dotô de São Paulo que veio studá Boi... Se riram. Hoje o Boi, do Alecrim, saiu pra rua e está dançando pros natalenses. Os coitados estão inteiramente às nossas ordens só porque Luís da Câmara Cascudo, e eu de embrulho, conseguimos que pudessem dançar na rua sem pagar a licença na Polícia. Infelizmente é assim, sim. Civilização brasileira consiste em empecilhar as tradições vivas que possuímos de mais nossas. Que a Polícia obrigue os blocos a tirarem licença muito que bem, pra controlar as bagunças e os chinfrins, mas que faça essa gente pobríssima, além dos sacrifícios que já faz pra encenar a dança, pagar licença, não entendo. Seria justo, mas é que protegessem os blocos, Prefeitura, Estado: construíssem palanques especiais nas praças públicas centrais, instituíssem prêmios em dinheiro dados em concurso. Duzentos mil-réis é nada pra Prefeitura. Pra essa gente seria, além do gozo da vitória, uma fortuna. O Boi de São Gonçalo outro dia marchou de pé no areão várias horas de Sol pra chegar na Redinha e ganhar quarenta paus! é horroroso. (P.308)

O Nordeste se tornará facilmente um dos maiores, senão o maior produtor de algodão do mundo. E a gente percebe aliás que o nordestino já está se convencendo disso; o que é melhor do que achar o Brasil uma boniteza e discutir a intensidade de calor entre o Nordeste, Manaus, Rio e Buenos Aires. A gente percebe que o calor já principia sendo outro: ânsia de crescer deveras. (p.327)

Rio Tinto é uma cidadinha perto, danada de progressista, onde está a fábrica de fiação Comp.[anhia] Rio Tinto dos manos Lundgren, uns brasileiros germânicos.. (p.345)

(ANDRADE, 2015, P. 305, 308, 327 e 345)

Na região de Confins, contexto desta pesquisa, a economia pautada na pecuária e na indústria têxtil, caminhando lado a lado, também se fizeram presentes na vizinha Pedro Leopoldo. “O município tem sua origem na agropecuária de cunho relevante, ao lado da atividade industrial representada pela Fábrica de Tecidos Cachoeira Grande, que teve sua construção iniciada em 1893 ”. (<https://www.pedroleopoldo.mg.leg.br/institucional/historia>).

O uso da manta de chitão para cobrir a alegoria do boi nos parece então um procedimento natural apropriando-se do que o sujeito manifestante tinha à mão e representava sua cultura a partir do modo de subsistência pelo trabalho (economia pecuária e tecelagem do algodão) e das relações socioculturais a partir dele. O tecido em chitão de padronagem colorida e representativa

da diversidade de flores e cores que compõem a flora nacional, por si só, dá à própria alegoria o sentido de festa e de alegria.

Esta pesquisa não se dedicou a elucidar como se deu o caminhar do Boi Bumbá ou do Bumba meu Boi, originários das regiões norte e nordeste do país, até o estado de Minas Gerais e mais especificamente até o contexto territorial em que se inscreve este trabalho. Nem que características são comuns ou divergentes entre o Boi da Manta e aqueles Bumbas. Temas interessantes para pesquisas futuras e ainda quase nada explorados.

Mas não podíamos nos esquivar de explicitar nosso entendimento mínimo sobre esse tema, a partir da realidade regional e local. Nosso pensamento nos conduziu à formulação especulativa de que no dinâmico processo em que esse folclore desce Brasil adentro, a partir do Norte (Amazonas e Maranhão) e do Nordeste (Pernambuco), trazendo traços e apropriando-se de outros traços culturais em cada região, nosso boi da manta, que nasce inspirado no boi de Pedro Leopoldo, tem características comuns ao boi pernambucano e ao boi pintadinho do Rio de Janeiro. Todas essas são manifestações da alegria e do afeto realizadas no período pré-carnavalesco e recheadas de folguedos em torno da interação com uma alegoria de boi em manta de chitão; que traz também sua cara, tampada com chitão colorido.

3. BOI DA MANTA DE CONFINS - PATRIMÔNIO IMATERIAL EM CONSTRUÇÃO

“A identidade cultural é um processo, [...] não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão à nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar.” (HALL, 2003, p. 44)

A chuva continua caindo no chão coberto de lama. Estamos abrigados sob a única marquise existente, na também única praça do distrito de Confins. Foliões e público superlotam a praça e as ruas que dão acesso a ela. Quase toda a população de aproximadamente 3.000 pessoas está ali. Acrescida de uns poucos sitiantes e proprietários de casas de fim de semana. O chão, revestido com fina e irregular camada de asfalto, oferece pouso para o barro, em buracos de variadas profundidades e extensões. A enxurrada o faz escorrer pelas ruas descalças, que descem dos morros e terminam, ao encontrar a praça. As luzes de uns poucos postes são ralas e amareladas. Deixam dúvidas se realmente estão acesas, ou se a energia está acabando.

Mas pelo menos, por duas vezes, ouve-se o ronco de aviões de carga, pousando ou decolando, no Aeroporto Internacional de Belo Horizonte (AIBH), distante apenas 5 km. Roncos do desenvolvimento contemporâneo, que acentuam nossa sensação de estar vivendo no presente uma cena do passado, como em uma viagem no tempo.

Uma alegoria de boi em tamanho natural, vestida com manta de tecido em chitão de forte colorido, desfila à frente de uma banda de música. Abre alegre e festivo cortejo. A seu lado, uma boneca gigante, ora exibindo-se em desfile, ora performando uma brincadeira que convida o boi a investir em sua direção. Logo atrás da dupla de brincantes, uma jovem de corpo coberto por glitter e vestida em sumário biquíni, exibe sua exuberante beleza negra. E sua também herança ancestral, revelada em genuínos passos de dança. Arranca aplausos entusiasmados e olhares de admiração. Ela vem à frente da banda de sopro e percussão, que executa antigas marchinhas de carnaval. São cantadas pela multidão de manifestantes que a seguem, fantasiados ou não. Alguns dançam e outros apenas caminham cantando. A adesão ao desfile, dos que inicialmente postam-se nas calçadas como observadores, vai aumentando.

Vez ou outra a alegoria de boi, que nosso anfitrião nos aponta e nomeia como “Boi da Manta”, ameaça correr atrás de uma criança ou adulto - integrantes do público que observa das calçadas, e do qual fazemos parte. Outras vezes é alguém da plateia que toma a iniciativa da brincadeira atraindo a investida do Boi da Manta. Puxam seu rabo, fazem um carinho no seu chifre ou dorso, postam-se ou dançam à sua frente em atitude de desafio. O Boi sempre topa a brincadeira correndo atrás de quem mexe com ele. Ou faz-se de desentendido para avançar em seguida.

A manifestação circula a praça inúmeras vezes, até que somos surpreendidos pela melodia passando de carnavalesca, a marcha fúnebre. Os foliões assumem instantaneamente o novo ritmo, num bailado suave, enquanto ao mesmo tempo vão surgindo velas acesas nas mãos de uns poucos foliões. E alguns repassam novas velas e dividem suas chamas com o grupo mais próximo. Se uma vela se apaga, há sempre alguém que mesmo visualizando de longe, corre solícito esforçando-se para que ela permaneça acesa. O cortejo, vai deixando a praça até chegar à beira de uma lagoa. E então, a banda silencia. Por brevíssimos segundos, a atmosfera fúnebre da melodia silenciada, continua pairando no tenso silêncio da multidão. Esse tempo coincide com o do longo suspiro do líder do grupo, antes que ele dê início, a doloroso e afetuoso lamento, despedindo-se de seu amado Boi da Manta. Passa do prato inconsolável, ao discurso de enaltecimento de seu Boi, sempre entre lágrimas e soluços. Até que de repente, todos percebemos o misterioso desaparecimento do Boi. Ele some na escuridão do entorno da lagoa,

desprovida de qualquer orla e contando exclusivamente com a iluminação das velas. Elas vão sendo apagadas, enquanto o público vai deixando a cena, sem qualquer folia. Uma multidão, comovida e solidária, diante da morte do boi e do desabafo do líder que o perdeu. Alguns o abraçam num misto de pêsames solidário e compartilhamento do próprio pesar. Cada um dos presentes manifesta à sua maneira a frustração pela morte do Boi, que se faz de todos, seja na alegria do festejo, ou na despedida fúnebre. E nosso anfitrião nos explica, que o pesar que toma conta da multidão naquele instante, será substituído na semana seguinte pela alegria da ressurreição deste Boi, em uma nova e única manifestação durante a programação do domingo de carnaval.

O ano era 1990... Ou 1991? Não temos certeza! Daquela noite o que recordamos com clareza são as imagens, a alegria e o orgulho que a multidão, de crianças e adultos transpirava, a cumplicidade partilhada na admiração do boi e dos integrantes da manifestação. O entusiasmo de nosso novo vizinho e anfitrião refletindo os mesmos sentimentos, ao apontar detalhes na cena a que assistimos, ou ao registrar a presença de pessoas, seja na platéia ou no cortejo.

Esse, é o Boi da Manta tema de nossa pesquisa. Uma manifestação popular que vem acontecendo em Confins desde 1959, nos trinta dias que antecedem ao carnaval.

E ali mesmo, enquanto vivenciávamos tudo aquilo, invadiu-nos a certeza, de que em algum tempo do porvir, ele seria objeto de nosso estudo e narrativa. Esse futuro chegou. Mas até que ele chegasse, essa cativante primeira troca de olhares, foi nos envolvendo com o caminhar desse Boi, que é da Manta, muitas mantas representa, e tantas outras pode passar nos que se envolvem na construção e (re) constiuição de seu caminhar.

A narrativa sobre como fomos apresentada ao Boi da Manta de Confins, nos trouxe a lembrança da formulação de Benjamin, *apud* Marilena Chaui, na apresentação do Livro *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*, de Ecléa Bosi, 1987: “só perde o sentido aquilo que no presente não é percebido como visado pelo passado.”. Isso foi o que aquela manifestação sussurrou em nossos ouvidos e escancarou diante de nossos olhos. Ou seja, na relação entre a população e o Boi - dono daquela festa - percebemos, naquele dia, há três décadas, o lastro do passado, um sentido atravessando gerações. E nos chegou assim, a forte impressão de estarmos diante de um Patrimônio Cultural Imaterial do povo de Confins.

Essa sensação nos foi despertada pelo orgulho, pela alegria e pelo envolvimento afetuosos dos protagonistas daquelas cenas, fundamentada na discussão que já ocorria no país, em torno da necessidade de se instituir instrumentos capazes de reconhecer e preservar bens culturais imateriais. O que os atores sociais do meio cultural brasileiro reivindicavam era a

regulamentação dos artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988, que, nas palavras de Brayner (2012, p. 18), “(...) ampliou a noção de patrimônio cultural ao reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, e, também ao estabelecer outras formas de preservação – como o registro e o inventário (...)”. Mas sem a regulamentação, tal política cultural não tinha meios para se efetivar. Essa regulamentação só aconteceu a partir de 04 de agosto de 2000 – com a publicação do Decreto 3.551, que instituiu o *Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial* e criou o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*. Ou seja, quase dez anos após aquele dia, em que assistimos pela primeira vez, uma manifestação do Boi da Manta de Confins.

No âmbito do município, sua eleição como Patrimônio Cultural Imaterial começou a tomar forma institucionalizada quando, em 2009, foi inventariado, conforme página 08 da ‘Relação dos Bens Inventariados pelo Município’. No entanto, apenas em 20/11/2018, dez anos depois, o decreto municipal número 904, homologou sua inscrição na ‘Lista de Bens Protegidos pelo Município’. Em 2019, o Registro do Boi da Manta de Confins no Livro das Celebrações foi aceito pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), conforme ‘Relatório do bem registrado’. Esse é o Livro de Registro adequado “para rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social.”, (§ 1º do Decreto 3551/2000).

Não temos dados a respeito dos motivos para tal demora. No entanto, não podemos deixar de registrar que esses motivos estão perpassados pelas mesmas razões políticas de desvalorização das políticas públicas culturais que, historicamente, caracterizam o Brasil, nas três esferas administrativas: a municipal, a estadual e a federal. Políticas públicas essas que sempre enfrentaram cerceamentos quanto a seus processos de demanda por implantação, quase sempre velados e, muitas vezes, impostos por movimentos políticos, e mesmo por organizações religiosas conservadoras e apoiadas por políticas partidárias de direita.

Motivos locais, ligados a interesses pessoais, disputas políticas e dificuldades internas do próprio GFBMC também contribuíram para ir configurando a situação atual do Boi da Manta. Além disso, nos chegaram, muito antes de iniciarmos esta pesquisa, relatos de que, frente ao crescimento da população evangélica no corpo docente das escolas, aconteceu em algum espaço-tempo de o Boi da Manta encontrar barreiras, veladas ou não, à sua manifestação dentro do espaço escolar. Essas barreiras influenciaram a demora em reconhecer, oficialmente, esse patrimônio imaterial.

No entanto, nada disso impediu que o Boi renascesse a cada ano. Pois, como bem

representou, há alguns anos, a performance de uma manifestante, “o Boi é como a vela que não se apaga,” enquanto estiver acesa no imaginário popular. Usando uma máscara de Boi, a manifestante oferecia uma vela a pilha, camuflada em uma alegoria de cabeça de Boi, para que foliões e público tentassem apagá-la. E anunciava: “Não apaga, não morre! Sua participação o mantém vivo.”.

A definição de Patrimônio Cultural Imaterial que norteia esta pesquisa, parte da definição da Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, publicada em 2006, pela UNESCO,

Entende-se por ‘patrimônio cultural imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhe são associados - **que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.** Este patrimônio cultural imaterial, **que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história,** gerando um **sentimento de identidade e continuidade,** contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. (Grifos nossos)._(UNESCO, 2006).

Quanto ao processo de patrimonialização, registro e salvaguarda de um bem cultural citamos Brayner (2012.),

Para que se possa preservar um bem cultural, é importante saber não apenas que ele existe, mas também se a manifestação cultural é praticada pela população local, se as pessoas têm dificuldade ou não em realizá-la, que tipos de problema a afetam, como essa tradição vem sendo transmitida de uma geração para outra, que transformações têm ocorrido, quem são as pessoas que hoje atuam diretamente na manutenção dessa tradição, entre vários outros aspectos relativos à existência daquele bem cultural. Todas essas informações são importantes para que se possa identificar quais são os principais problemas que as pessoas enfrentam para manter viva uma manifestação cultural e o que pode ser feito para que um determinado bem cultural não deixe de existir. Ou seja, o primeiro passo para se preservar alguma coisa é conhecê-la. BRAYNER, (2012, p.20).

O Registro, significa mais do que a mera atribuição de um título. Tem como efeito a obrigação, por parte do poder público, de documentar e dar ampla divulgação a esse bem, de modo que toda a sociedade possa ter acesso a informações sobre sua origem, sua trajetória e as transformações que passou ao longo do tempo; seus modos de produção; seus produtores; o modo como é consumido e como circula entre os diferentes grupos da sociedade, entre outros aspectos relevantes. Ou seja, consiste na identificação dos significados atribuídos ao bem e na produção de vídeos ou material sonoro sobre suas características e contexto cultural.”. “Esse ato contribui também para estimular o envolvimento da sociedade na tarefa de preservar esses bens, e para criar condições para um apoio efetivo na sua salvaguarda por parte de instituições públicas e privadas, em nível federal, estadual e municipal, de organismos internacionais e, sobretudo, de cada cidadão. (BRAYNER, 2012, Pg. 23 e 24.).

“(...) é preciso incluir no processo recomendações para a salvaguarda daquele patrimônio, ou seja, indicações do que precisa ser feito para que aquele bem cultural seja preservado.”. (BRAYNER, 2012, p.28).

“(...) para que a preservação realmente ocorra, deve haver interesse e envolvimento das pessoas do lugar em cuidar de seus patrimônios.”.

“(...) que se construa uma consciência e um respeito por tudo aquilo que deve ser preservado para que o bem continue a existir e, ao mesmo tempo, que se explore o potencial desse bem cultural para o desenvolvimento da região e para a melhoria da vida das pessoas.”. (BRAYNER, 2012, p.30).

As ideias expressas nesses conceitos; permitem inferir que nos processos institucionais de patrimonialização, registro e salvaguarda de um bem cultural, os conflitos e contradições inerentes a esses processos são tanto mais presentes, quanto menos conscientes desses conflitos e contradições estiverem os diretamente neles envolvidos.

As culturas populares, como é o caso do Boi da Manta e os grupos que as produzem, ficam vulneráveis a manipulações oportunistas, de variadas naturezas. Não se trata, como pontuam Ornelas e Pereira (2007, p. s/n), “ (...) de negatar o conceito de patrimônio cultural, pois ele possui também desdobramentos agregadores à realidade dos grupos culturais (...)”, mas de compreender com esses pensadores que, “Para que seja cadavez mais efetivo às necessidades reais da cultura, precisamos afinal constantemente discutir suas implicações.”.

Afirmamos, portanto, com Ornelas e Pereira (2007. s/p) que o valor do Registro deve ser reconhecido e discutido de forma crítica:

O Registro do patrimônio imaterial transfere simbolicamente para o Estado a função de proteção e subsídio das expressões culturais do povo, que também deve ser parceiro. O reconhecimento institucional torna as culturas populares elemento característico nacional, ao passo que tornar-se patrimônio cultural reconhecido pela sociedade requer trabalho de criação novas referências coletivas e pedagógicas contidas nas propagandas, eventos culturais e objetos vendáveis. Implicam-se, então, novos processos que devem ser repetidamente discutidos, a fim de se compreender melhor, a real extensão da proposta política de proteção das expressões do povo, dentro do sistema capitalista. Tornar patrimônio cultural uma manifestação é fazer com que seja conhecida por todos e, consequentemente, tê-la também interpretada e adaptada. (ORNELAS E PEREIRA. 2007. P. s/n)

Em Confins, a patrimonialização do Boi da Manta, por ser recente à época da realização deste trabalho, apenas decorridos quatro anos da obtenção do Registro (de 2019 a 2024), todas estas questões estavam em processo inicial de entendimento pela sociedade civil. Desta forma, poderá esta pesquisa vir a contribuir muito favoravelmente com o debate das salvaguardas mais pertinentes ao que a sociedade deseja, neste presente, para os caminhos futuros do boi. Este debate poderá também despertar o interesse da sociedade quanto à implementação de processos

otimizados de transparência na aplicação dos recursos do ICMS cultural gerados a partir do Registro deste patrimônio; bem como quanto à realização de pesquisas que revelem o impacto dos valores até aqui retornados ao município na cultura do boi em si e na economia do município.

4. MEMÓRIA, HISTÓRIA e TRANSFORMAÇÃO

“Viver significa participar de um diálogo por inteiro e com toda sua vida: com os olhos, lábios, mãos, alma, espírito, com todo o corpo, com seus atos.” (Bakhtin, 2006).

4.1.Linguagem e Memória

De que modo a memória se manifesta? Ela se manifesta pela linguagem, aqui entendida como expressões de um sujeito em relação a uma situação de interação. Baseando-nos em Bakhtin (1992), reconhecemos a linguagem como fenômeno sócio-histórico-cultural, como atividade sócio-discursiva, constituída pelo fenômeno da interação verbal. Segundo esse pensador, “a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor”, (Bakhtin, 2006, p.106.).

Havemos de considerar que linguagem é um fenômeno humano, por onde se realizam todas as ações humanas e, assim, é assumida como um fator de interação entre as pessoas: através dela, o sujeito que fala pratica ações que não conseguiria praticar a não ser falando; com ela, o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos que não “preexistiam” à fala.

Vale lembrar ainda Bakhtin: “Na realidade, toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém, como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente *o produto da interação do locutor e do ouvinte* (2006, 107).

As linguagens têm um poder particular de transformação, que gera realidades distintas das que estão, até então, estabelecidas e importam não só pelo que provoca, mas pelo que move quando se age com esse objeto. O que essa forma legitima, empodera, permite ou desdobra? Que procedimentos delimita, cerceia ou impede de ocorrer? A linguagem é um tipo de ação que, se

bem desempenhada, pode ter efeitos decisivos na vida do indivíduo e na vida das pessoas a seu redor.

A linguagem, enfim, é entendida como uma forma de ação no mundo e é por ela que os indivíduos constroem sua realidade social, agem no mundo em condições históricas-sociais e nas relações de poder nas quais operam. A depender da forma de ação com as linguagens podemos fazer com que certas coisas aconteçam.

Freire, em sua visão de transformação, assumia o diálogo como fonte de humanização:

Isto é, o diálogo é uma espécie de postura necessária, na medida em que os seres humanos se transformam cada vez mais em seres criticamente comunicativos. O diálogo é o momento em que os humanos se encontram para refletir sobre sua realidade tal como a fazem e refazem. (FREIRE, 1997, p.123)

As entrevistas realizadas durante a pesquisa representam, cada uma a seu modo, a linguagem como produção de sentido, com vistas à memória do Boi de Manta de Confins. Pela linguagem ideias, sentimentos, afetos se fundiram em, mais do que dizer, humanizar.

4.2. Construção coletiva em constante transformação no diálogo com lembranças e esquecimentos

“Cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes”.
 “(...) o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio.” (HALBWACHS, 1968, p. 51 e 54)

A concepção teórico-metodológica desta pesquisa tomou a memória como um instrumento metodológico, um meio para compreender a experiência narrada, uma via de diálogo com lembranças e esquecimentos. E encontramos aporte no pensamento de quatro teóricos, intermediado pelas formulações e paráfrases da professora e pesquisadora Dra. Leiva de Figueiredo Viana Leal.

Com eles, Pollak, Halbwachs, Benjamin, Bakhtin e Leal, fundamentamos os entendimentos de que a memória:

- é construção coletiva e social, podendo ser negociada;
- está sujeita a constantes mudanças e transformações;

- é via de acesso ao passado, não como ele de fato foi, mas como o significamos no presente, conferindo sentido ao passado, ao presente e ao futuro;
- proporciona, ao relacioná-la ao outro, a identificação com ele e o conhecimento do significado ético e estético do vivido;
- carece de consciência crítica, pois o retorno ao passado permite pensar o presente.

Cabe aqui o que afirma Halbwachs (1968): “a memória aparentemente mais particular remete a um grupo. O indivíduo carrega em si a lembrança, mas está sempre interagindo com a sociedade, com seus grupos e suas instituições.”.

Conforme formulado por Pollak (1992):

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20'30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes. (POLLAK, 1992, p. 201).

Benjamin nos trouxe a noção de que, “Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo “como ele de fato foi”. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento do perigo”. (BENJAMIN, 1994:224)

Em Bakhtin (1993), compreendemos que “relacionar o que se viveu ao outro é condição necessária de uma identificação e de um conhecimento produtivo, tanto ético quanto estético. ” (BAKHTIN, 1992, p.46)

Com Leal (2014, p.161), a partir do pensamento Bakhtiniano, adotamos a noção de memória presente em “todo objeto de discurso e de conhecimento” e o entendimento de que a memória do objeto “perpassa as relações intersubjetivas e as constitui ao mesmo tempo em que é atualizada por elas”,

A língua tem indicado que a memória não é um instrumento para a exploração do passado, é antes o meio. (...). Quem pretende aproximar-se do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava.

Antes de tudo não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos” nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. (...) é indispensável a enxada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho. BENJAMIN (1995).

Portanto, a nosso ver, a memória não é uma caixa onde guardamos e acessamos informações do passado. Ao contrário, ela só existe no presente, pois é ela que gera a atribuição de sentidos. Por serem várias as possibilidades de sua ativação a partir de intersubjetividades e

inter individualidades, como apontado acima por Leal (2014, p.161), ela está sempre aberta a ser reescrita. É viva.

Desta forma, reiteramos com Leal (2014, p.162), ao parafrasear Benjamin (1994), que, “a memória não se refere à capacidade de reter conhecimentos e fatos vividos no passado, mas à capacidade de reconhecer as impressões deixadas por eles e ressignificá-las no presente, produzindo sobre eles novas relações e novos sentidos”.

Assim, entendemos que a memória por ser viva, para não morrer, precisa ser cuidada.

Nas palavras de Halbwachs (1968, p.32), “o que oferece consistência às lembranças é a intensidade afetiva do que foi vivido em uma comunidade. Quando não há grande apego, o que acontece - “é perder contato com aqueles que então nos rodearam” e, portanto, é possível esquecer. No desapego não há lembranças, mas só esquecimento. ”

Todavia, conforme pontua Leal (2014, P.162), “Pela estética de Benjamin (1994), o retorno ao passado só vale se permitir pensar o presente. Trata-se da luta contra o esquecimento e contra a injustiça”. (LEAL, 2014, P.162). Desta forma, a memória carece sempre de consciência crítica.

Pollak (1989, p.13) constrói um formato, em suas análises, de memórias e de esquecimentos em disputa, ao que ele denomina de “moldura “ ou “enquadramento. ” Isso exige tomar como objeto de análise, tanto o que o interlocutor afirma lembrar, quanto o que afirma esquecer. É um jogo que se estabelece quando o sujeito se põe a lembrar: inevitavelmente algo lhe escapará.

Citamos Bartolomeu Campos de Queirós (2006),

Memória não tem filtro e armazena tudo. Memória a gente não rasga, não joga no lixo, não lava com sabão. Memória é sentinela, e nos vigia sempre. A memória não vê, mas não tira olho. Vai somando vida a fora. Tudo que a gente olha, ouve, toca, come, cheira, a memória não esquece. E, de repente, transborda mais rápido que enchente. Coisas que a gente só imaginou, a memória guarda. E fatos que a gente nem sabia que sabia rompem sem mais nem menos no pensamento(...), (QUEIRÓS,2006, p.11).

Fazemos também nossa a concepção de Leal (2006 p.100.), no sentido de que, mesmo reconhecendo uma realidade de variadas “interpretações e apropriação do conceito de memória”, afirma que “do ponto de vista da percepção do objeto pesquisado, trata-se de uma instrumentalização importante para a construção de significados e representações sobre experiências, (...)”. E concluímos com essa pesquisadora, que “A memória confere, assim, sentido ao passado, bem como ao presente e ao futuro.”. (LEAL, 2006).

4.3. Tipos de Memória e/ou como ela se organiza internamente

“A história de cada um é uma narrativa que é recriada pelos outros interlocutores em relação a si mesmos, nas quais se acredita, consciente ou inconscientemente, dado que memória e imaginação andam juntas, confundem-se e estabelecem profundas ligações entre si.” Leal, (2006, P. 100)

Em conformidade com o conceito de memória que adotamos para saber como interpretar as vozes narrativas desta pesquisa, buscamos, em Pollak (1992), conhecer um pouco sobre como se organiza internamente a memória e como essa organização termina por caracterizar seus tipos. Ainda em sua teorização, encontramos a descrição dos “elementos” ou “critérios” de que a memória se constitui e os fenômenos que a estruturam.

Para esse pesquisador, além da memória de “acontecimentos vividos pessoalmente” há um tipo de memória “quase que herdada” e que é construída “por meio da socialização política, ou da socialização histórica”. Isso é possível, segundo ele, graças aos fenômenos de “projeção”, “identificação” ou “transferência” com um passado que tenha marcado fortemente um grupo, ou mesmo uma região. Assim, “sua memória pode ser transmitida ao longo de séculos com altíssimo grau de identificação.”. (POLLAK, 1992, P.201).

Estes fenômenos seriam estruturantes da memória, assim como também o são as preocupações pessoais e políticas do momento. Juntos, portanto, esses fenômenos que estruturam a memória a tornam um fenômeno construído. Em nível individual, ele ressalta que, devido aos processos de construção da memória ocorrerem de forma, tanto consciente, como inconsciente, o que ela “grava, recalca, exclui, relembra”, é “resultado de um verdadeiro trabalho de organização.”, o qual é mais organizado no caso da memória coletiva”. (POLLAK, 1992, P. 203 e 204)

A partir do reconhecimento desses fenômenos e, conseqüentemente, da existência de uma “memória herdada”, esse sociólogo e pesquisador nos confirma que a memória como construção social e coletiva se constitui, tanto do elemento/critério “acontecimentos vividos pessoalmente” como do elemento/critério “acontecimentos vividos por tabela”. Esses últimos seriam, em suas palavras, aqueles “vividos pelo grupo ou pela coletividade à qual a pessoa se sente pertencer.”, “(...) dos quais a pessoa nem sempre participou, mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, (...) é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não.” A esses acontecimentos vividos por tabela, Pollak nos diz, que “vêm se juntar todos os eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa, ou de um grupo.”.

Além desses dois “elementos” ou “critérios” constitutivos da memória, Pollak enumera dois outros, os “personagens” e os “lugares”, sendo que tanto um como o outro, a exemplo dos

“acontecimentos”, podem se fundar em fatos, concretos ou não. Quanto ao critério “personagens” poderá ocorrer tratar-se das “realmente encontradas”; das “frequentadas por tabela”; ou das que não pertenceram necessariamente ao espaço-tempo da pessoa.

Referindo-se ao critério “lugares” o pesquisador nos lembra que há lembrança pessoal de lugares que tem apoio no tempo cronológico; lembrança pessoal de lugares que é marcante independentemente da data real em que ocorreu; lembrança pública da pessoa de lugares de comemoração; lembrança de lugares fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, mas importante para a memória do grupo, “por tabela” ou “por pertencimento a esse grupo”.

Pollak aponta ainda que, tanto no caso do elemento/critério acontecimento quanto no caso dos elementos/critérios, personagens e lugares, poderá tratar-se da “projeção de outros eventos”, “uma transferência”, como ocorreu segundo ele, na França em relação às duas guerras mundiais, em que, devido ao fato de a primeira guerra mundial ter causado maior número de mortes, os mortos da segunda guerra foram assimilados aos da primeira.

Como também afirma Pollak (1992. P. 202), o fenômeno descrito nos dois parágrafos anteriores ocorre em relação “aos lugares da memória”, mesmo os sem apoio no tempo cronológico.

Quanto ao “problema dos vestígios datados da memória, ” trata-se daquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento. Em função da experiência de uma pessoa, de sua inscrição na vida pública, as datas da vida privada e da vida pública vão ser ora assimiladas, ora estritamente separadas, ora vão faltar”. E nos alerta que, nesses casos, “o que importa é saber qual é a ligação real disso com a construção da personagem. ” e que “a memória pode “ganhar” da cronologia oficial”.

A partir dessas formulações, Pollak caracteriza a memória como “*seletiva*”. E afirma, que “Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado.”. E que “ela é, em parte, herdada” ou, em outras palavras, “não se refere apenas à vida física da pessoa. ”, além disso, de acordo com o momento “em que ela está sendo expressa”, a memória sofre flutuações. (POLLAK, 1992, P. 203 e 204).

Ainda relativamente à memória *herdada*, Pollak (1992, P. 204) nos afirma que “podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade.”. Esse sentimento ele toma superficialmente, apenas no sentido do que nomeia “da imagem de si, para si”, e o define como sendo aquela “que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, (...) que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria”. A partir do conceituado pela psicologia social e pela psicanálise, esse estudioso elenca como elementos da construção dessa identidade, unidade física (fronteiras físicas ou de pertencimento de grupo);

continuidade dentro do tempo (no sentido físico e no sentido moral e psicológico); o sentimento de coerência. A conclusão é que “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva.”. Isso, segundo ele, porque “ela é também um fator extremamente importante do sentimento de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua construção de si.”.

Todavia, Pollak nos lembra que “(...) há um elemento dessas definições que necessariamente escapa ao indivíduo e, por extensão, ao grupo (...)”. O outro, com quem necessariamente a construção de nossa autoimagem dialoga, negocia, transforma-se. Para Pollak, “ A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros.”. Dessas teorizações concluímos que memória e identidade, não podem ser compreendidas como essências de uma pessoa ou de um grupo. ”, pois podem ser negociadas; “(...) são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos.”. (POLLAK, 1992, p. 204 e 205).

4.4. A intrincada relação entre memória (ato de rememorar) e a metodologia (como rememoramos)

“(...) a memória exige, fundamentalmente, troca, diálogo, relação de interação.”. Leal (2006, P.105)

O como rememoramos é o que nos levou a tomar a memória como metodologia. Isso, a partir do exposto nas seções anteriores, quanto a ser a memória um fenômeno construído social e coletivamente, ainda que recolhida de narrativas individuais, com sujeitos de fala sobre o tema. Acrescenta-se ainda o entendimento de quais são seus tipos; quais são seus fenômenos estruturantes; quais são os elementos/critérios que a compõem; e como ela se organiza em seu interior. Os desdobramentos práticos das formulações teóricas de Pollak (1992, P. 200 a 215), nascidas de sua experiência como pesquisador, nos sinalizaram como usar, enquanto método de análise, a relação entre o ato de rememorar e o como rememoramos.

As reflexões de Pollak nos ajudaram a identificar as vozes dos sujeitos e o contexto em que se manifestaram. Essas vozes revelaram questões passíveis de análise e abriram caminhos

para compreender os sentidos do dito e do não dito. Além disso, o cruzamento dessas narrativas evidenciou tanto suas convergências quanto suas dissonâncias, ampliando nossa perspectiva sobre o pensamento narrativo.

Assim, essa pesquisa tomou como equivalente a categorias de análise, essas vozes, sem deixar de investigar, no que nos foi possível e como preceitua o próprio Pollack, entre outros pesquisadores, outros sinalizadores das narrativas possivelmente encontrados na interação entre elas e em seus conflitos internos.

Para além dessas categorias de análise, situações e fatos do contexto em que nosso objeto de estudo se inseria, corroboraram nossa análise. Algumas delas, constituídas por fatos que vivenciamos durante o processo de pesquisa.

Pollak (1992, P. 200 a 215), nos trouxe o apontamento de que, “(...) na diversidade das lembranças e das memórias revelam-se também disputas e litígios entre os próprios subgrupos (...)”. Essa assertiva, feita no contexto de uma análise referente aos que foram deportados na França, durante a segunda guerra. Isso nos remeteu, em alguma nuance, à dificuldade que encontramos enquanto pesquisadora, ainda na fase de pré-produção dessa pesquisa, nas tentativas malsucedidas de entrevistar alguns dos líderes organizadores da manifestação.

Ao introduzir o conceito do que nomeia “trabalho de enquadramento da memória”, esse pesquisador nos chama atenção para que “em certo sentido, uma história social da história seria a análise desse trabalho de enquadramento da memória.”.

Ainda com Pollak (1992) constatamos nesse trabalho de enquadramento da memória, “o trabalho da própria memória em si. Cada vez que uma memória está relativamente constituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, de organização.” E como ele nos explica, essa memória passa a trabalhar “por si só”, “a influir na organização, nas gerações futuras de quadros.”.

Nesse processo de constituição e construção social da memória “(...) há um preço a ser pago, em termos de investimento e de risco, na hora da mudança e da rearrumação, (...)”. POLLAK, 1992). O desafio apontado por Pollak (1992) é o de evidenciar o vínculo dessas memórias com as identidades coletivas”. Essas últimas, por ele definidas, como “os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo (...) o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência.”.

Cada um desses apontamentos de Pollak nos remete à questão da interdiscursividade, que perpassa por todos eles e, portanto, perpassa toda a análise narrativa dessa pesquisa, nesse momento histórico de sua realização.

Para mergulhar na memória de outrem, mergulhamos em uma vida de sujeitos historicamente construídos, o que exige tomar o interdiscurso como categoria permanente em nossas análises, inferências e considerações. “O que é o interdiscurso? É o que é dito oriundo de determinado contexto de vida. É o que determinado discurso traz de sua realidade. É a subjetividade instalada. ” (LEAL, 2024, s.p.). Estamos tomando como objeto a palavra dita em forma de diálogo, portanto, de discursos de sujeitos em situação de interação.

A noção de interdiscursividade a que nos referimos baseia-se no conceito de interdiscurso, não como relação entre discursos, mas como base de todo dito. Em outras palavras, adotamos o conceito de interdiscurso formulado pela Análise de Discurso de Linha Francesa, segundo a qual todo discurso é estabelecido a partir de já ditos, de construções anteriores, e estão constituídos de alteridade. Bakhtin, segundo FARACO, (2009) sempre destaca, figurativamente, que “*não tomamos as palavras do dicionário, mas dos lábios dos outros.* ”

O interdiscurso compreende as subjetividades e as situações de interação em um contexto imediato e histórico. Dessa forma, a memória contribui para a produção do discurso e, na relação com ele, podemos vê-la como interdiscurso. Tanto o dito como o esquecido sobre um tema agem como interdiscurso, atuam como memória. Ele é o já dito, o pré-construído na relação direta com a história e com o contexto. Nas palavras de Orlandi (1992),

o interdiscurso é o conjunto do dizível, histórica e linguisticamente definido. Pelo conceito de interdiscurso, Pêcheux nos indica que sempre já há discurso, ou seja, que o enunciável (o dizível) já está aí e é exterior ao sujeito enunciator. Ele se apresenta como séries de formulações que derivam de enunciações distintas e dispersas que formam em seu conjunto o domínio da memória. Esse domínio constitui a exterioridade discursiva para o sujeito do discurso. (ORLANDI, 1992, p. 89-90)

4.5. Memória na perspectiva do patrimônio imaterial

“É preciso estar atento também a como se dá a negociação de papéis sociais e a como esse processo imprime/resgata novos sentidos e significados na cultura local, alterando as relações sociais entre os indivíduos, comunidade/grupo e desses com a sociedade em geral. ” (Costa e Castro, 2007).

O processo de patrimonialização de um bem cultural, ao ressignificar o valor desse bem para a cultura local, desperta e provoca o acirramento de disputas tanto relacionadas ao poder e reconhecimento reivindicado por diferentes grupos como de disputas internas entre os próprios

membros dos grupos. Esse processo, aos olhos dos envolvidos na luta pelo poder político partidário, potencializa a importância do bem cultural enquanto campo de dominação e manipulação política, ampliando seu alcance enquanto capital eleitoral e de dominação.

Neste contexto, como nos aponta a epígrafe deste capítulo, papéis sociais bem como sentidos e significados são negociados e/ou renegociados. Disso poderão advir alterações nas relações “entre os indivíduos, *comunidade/grupo e desses com a sociedade em geral.*”, especialmente a partir do crescimento, na contemporaneidade, da cultura como geradora de emprego e renda, que tornam mais intensas estas disputas e as ressignificações de sentidos.

Disso resulta que os próprios grupos passam a perceber, com novo olhar, sua cultura e sobre como isso se dá. Encontramos explicação em Ornelas e Pereira (2007.s/p), citando Carneiro da Cunha (2009),

(...) o Registro dos bens, por seu lado, ocasiona alterações nas formas de percepção da cultura pelos próprios grupos. Após a compreensão de sua própria cultura como passível de reconhecimento externo e oficial pelo governo, os grupos adquirem o que Carneiro da Cunha (2009) denomina de cultura para si. Ou seja, é a constatação da cultura em si, aquela previamente presente e conservada pelos grupos, enquanto algo que poderá ser exibido para o mundo. (ORNELAS E PEREIRA. 2007.s/p.)

Essas pesquisadoras nos esclarecem que, embora Carneiro da Cunha faça uso dos termos, “cultura para si” e “cultura em si”, no âmbito da antropologia, ao referir-se ao contexto pós-colonial, eles revelam “(...) a situação dos grupos após a aquisição da noção de que a cultura por eles elaborada seja passível de apresentação performática.”. Todavia, também apontam que não se deve apenas ao Registro “(...) tal percepção da cultura para si como oportunidade/estratégia pelos grupos (...)”. Afirmam que “(...) a classe dominada constitui-se de sujeitos que acumulam anos de opressão e que desenvolvem continuamente estratégias de sobrevivência e resistência. Destaca-se que, por ser um instrumento de salvaguarda das manifestações culturais, poder-se-ia esperar que a cultura em si pudesse ser efetivamente continuada, evitando adaptar-se às exigências e linguagens externas.”. (ORNELAS E PEREIRA. 2007.s/p.).

Essa percepção resulta em consequências para a estética e o conteúdo das manifestações culturais populares. Conforme exemplificam essas autoras, para atender ao cabível em apresentações em eventos e transmissões em vídeo, os grupos adaptam manifestações que antes

(...) eram produzidas nas localidades de origem ou de grupos parceiros, aconteciam como forma de expressão do que é valorizado e representativo para esses grupos. Os padrões estéticos, o conteúdo e a regulação do tempo seguiam os critérios estabelecidos pelos grupos, do que eles entendiam como importante para conceber a cultura em si. Após o Registro, os grupos não costumam manter este formato. Eles agora preocupam-se em estar em consonância com os preceitos mais adequados e exigidos pelas apresentações pagas. (ORNELAS E PEREIRA. 2007. s.p.).

Então, como seguem apontando essas autoras, utilizando-se da formulação de Arantes (1998, p. 19), “ (...) acaba-se por produzir ‘ versões modificadas, no mais das vezes esquemáticas, estereotipadas e, sobretudo, inverossímeis (aos olhos dos produtores originais) dos eventos culturais com os quais se pretende constituir o patrimônio de todos. ” Isso porque, segundo expõe Arantes (1998), “ (...) é impossível deixar de agregar novos significados e conotações ao que se tenta reconstituir. ”. “Isso é inevitável, porque a própria reconstituição é informada por e é parte de uma reflexão sobre a história da cultura e da arte que, em grande medida, escapa aos produtores populares de cultura.”. (ORNELAS E PEREIRA, 2007, s/p)

Citamos novamente Ornelas e Pereira (2007, s/p), no que destaca em relação a: “As versões modificadas para apresentações acabam por interferir nas formas precedentes de expressão, chamadas pelos feitores de cultura popular de brincadeiras.”.

Outra questão, fundamental na preservação das memórias de um patrimônio, diz respeito ao papel das emoções, no processo de lembrar e de esquecer, que caracteriza o fenômeno da memória. Para Costa e Castro (2007, P.128) são as emoções que “ (...) priorizam conteúdos da memória, sendo as experiências afetivas dos grupos condição necessária à sua preservação.”. Seguem afirmando que “Criar políticas, ações, eventos que não provoquem sentimentos, expectativas nos grupos diretamente ligados à patrimonialização ou na sociedade em geral, pode acarretar em memórias facilmente relegadas ao esquecimento.”.

O estudo das memórias é trabalho “sobre o tempo vivido” que é contado pela cultura e pelo indivíduo” conforme explicitado por Costa e Castro (2007, P.130). Com esses autores também entendemos que cada grupo vive esse tempo “ (...) diferentemente, assim como cada pessoa. ” Para preservar memórias “ (...) temos que compreender a existência e própria sobrevivência desses grupos.”.

De acordo com que seguem afirmando esses autores, as memórias coletivas “ (...) operam com grande liberdade, escolhendo acontecimentos no espaço e no tempo, não arbitrariamente, mas porque se relacionam através de índices comuns e, como salienta Bosi (2003), “é tarefa do cientista social procurar esses vínculos de afinidades eletivas entre fenômenos distanciados no tempo” (Bosi, 2003, p. 31).”.

4.6. A Memória do boi sendo metodologia para sua compreensão e registro histórico.

“Uma coisa que a Historia Oral pode ver, que todos os arquivos e a História convencional não veem, é precisamente a vida cotidiana. ” Portelli (2014).

Adotou-se uma abordagem qualitativa, utilizando a Pesquisa Narrativa de Caráter Temático. Foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas, gravadas em vídeo e posteriormente transcritas, como principal instrumento de coleta de dados, permitindo a análise do conteúdo oral como fonte histórica. Nesse sentido, as narrativas foram tomadas tanto como método, quanto como fenômeno do estudo. Também fizemos uso de nossas próprias observações do contexto, enquanto sujeito de experiência no meio cultural por onde caminha o Boi da Manta de Confins.

A seleção dos participantes seguiu o critério de amostragem intencional, considerando dois grupos. Um grupo, de indivíduos com vivência e conhecimento sobre o Boi da Manta, nele inclusos líderes da manifestação na linha do tempo desde sua origem até o presente contemporâneo (2024). Um outro grupo, de indivíduos com visão de fora da manifestação e opinião política formada sobre ela.

À moda da técnica Análise de Conteúdo (AC), de Bardin (2011), buscamos identificar quais eram os campos de informação recorrentes nas vozes narrativas. A partir deles, ainda que sem usar a metodologia da Análise do Discurso (AD), não perdemos de vista alguns de seus pontos básicos, tais como: discurso, interdiscursividade e enunciação. Esses conceitos permitiram interpretar as vozes narrativas e entendê-las como resultado de uma relação interativa entre entrevistadora e entrevistado, operando com o método narrativo.

Esse método, nas palavras de Paula, Leal e Evangelista (2020, p.74), “consiste na análise das diversas formas pelas quais os seres humanos vivenciam sua existência no mundo.”. Esse método “(...) descreve, construindo e reconstruindo as narrativas pessoais e sociais, com base em um modelo interpretativo dos eventos.”. (PAULA, LEAL E EVANGELISTA, 2020, p.74).

Essas autoras entendem como Paiva (2008, p.262) que “a narrativa deixa de ser vista como um mero recontar de eventos, para ser entendida como algo que entrou na biografia do falante e que é avaliado emocional e socialmente, transformando-se em experiência.”. Paiva se justifica nas “contribuições de Clandinin e Connelly (2000, p.20) que definem pesquisa narrativa como “uma forma de entender a experiência”, e Polkinghorne (1995, p.1), que define como análise narrativa, um tipo de estudo que reúne eventos e acontecimentos e produz uma história explicativa.”. (Paula, Leal e Evangelista, 2020, P.74).

Ao adotarmos este aporte metodológico, nos distanciamos de uma abordagem positivista que, nas palavras desses mesmos autores, parafraseando Reis (2008), “ênfatiza a objetividade e busca fortalecê-la através da distância entre o pesquisador e o objeto de estudo. Ainda citando Reis (2008), esses pesquisadores nos trouxeram o entendimento de que “a pesquisa narrativa se posiciona como subjetiva e destaca essa subjetividade, na tentativa de compreender a realidade, (...)”. (Paula, Leal e Evangelista 2020, p.75). Com Reis (2008), esses pesquisadores concluem que “a investigação narrativa vai além de uma simples metodologia de coleta de dados, afastando-se dos padrões convencionais do paradigma qualitativo e suas medidas de credibilidade e validação.”. (PAULA, LEAL E EVANGELISTA, 2020, P.75 E 76).

O que os pesquisadores acima manifestam, como formulado por Reis (2008), nos legitima a reconhecer, como ocorrências de memórias, o compartilhamento de experiências por nós vividas enquanto uma pesquisadora em busca da reconstituição da memória do Boi de Confins que, da mesma forma que seus entrevistados, também tem a narrar suas próprias experiências com a cultura do boi. Tanto na interlocução com nossos entrevistados, como na interlocução com outros atores culturais durante o processo desta pesquisa, nós não apenas ouvimos e relatamos eventos e experiências de terceiros, nós narramos nossas próprias experiências, tanto as compartilhadas como as não compartilhadas com algum dos entrevistados. Experiência, aqui entendida, como já dissemos antes, a partir de Larossa (2002), como aquilo que nos passa.

Elaboramos questões, cujas respostas buscamos captar nas vozes dos participantes narradores, como merecedoras de estudo sistematizado, para registro histórico e para compreensão do patrimônio imaterial Boi da Manta de Confins. Vale destacar que as perguntas foram elaboradas para garantir o fluxo da narrativa, sem que fossem obrigatórias, tanto que o procedimento de pesquisa já apresentado é a entrevista semiestruturada. Seguem as perguntas:

1. Como o Boi de Confins nasce e segue se atualizando até o presente?
2. Com que projeção de futuro?
3. Qual o papel das mulheres e das crianças na manifestação?
4. Como os participantes a percebem, se percebem nela e se relatam?
5. Quais são as características desta variante do Boi da Manta enquanto manifestação cultural?
6. A cada período, na linha do tempo, em quais situações e espaços a manifestação vem ocorrendo?
7. Como vem sendo feita a transmissão dos saberes que ela exige e constitui?
8. Como os grupos responsáveis se organizam e se relacionam entre si e como o poder local?

9. Como e por quem são produzidas as manifestações?
10. Como elas se articulam às práticas educacionais?
11. Qual o seu significado sobre quem as produz e consome?
12. Como ela é avaliada e por qual critério?
13. Quais são as atividades necessárias à sua existência?
14. Que tipo e grau de controle, capacidade de decisão, têm os participantes sobre sua realização - quanto à estética, tempo de duração, calendário, ocupação de espaços, formas e funções de atuação dos participantes, compra e produção de materiais, contratações, divulgação em eventos culturais do Boi da Manta?
15. Há autonomia para sua ocorrência?
16. Há algum tipo de dependência do setor público ou de setores privados?
17. E suas alegorias, como são produzidas, apreciadas e desfrutadas?
18. Que poder as alegorias exercem sobre os participantes?
19. Que sensações despertam ou transmitem?
20. No contexto da manifestação, que lugar ocupam, com qual significado e como são percebidas?
21. Que visão tem desse patrimônio imaterial, pessoas com ponto de vista formado e não envolvidas na sua organização?

Entendemos que o mais importante é provocar que os/as entrevistados/as falem, expressem sentimentos, emoções, projeções para, depois, na análise narrativa, deixar os dados falarem. Trata-se de uma experiência de investigação em que as indagações igualmente provocam esta pesquisadora, envolvida que estivemos, desde 1991, na cultura do Boi da Manta.

O registro de fatos históricos ou o registro da atuação individual dos sujeitos à frente da liderança da manifestação não foram objetivos desta pesquisa. No entanto, foi natural e inerente que fizéssemos o registro e a valorização de suas atuações enquanto atores sociais. Isso foi bastante adequado, considerando que pudemos fazê-lo, enquanto **havia** tempo de, em vida, entrevistar, pessoalmente, **os que se dispuseram a nos conceder entrevistas**.

As vozes narrativas dos três primeiros atores sociais por nós entrevistados nos trouxeram o entendimento e a revelação de que o Barracão e Cortejo Infante-juvenil Cerc/Voo Livre constituíam parte da linha do tempo da trajetória do Boi da Manta de Confins. Parece inacreditável que não tivéssemos essa consciência, mas essa era a verdade. Embora, **ao elaborarmos o pré-projeto desta pesquisa e**, a partir do estabelecimento do recorte ‘papel das crianças’, já tivéssemos certa noção da importância dessa ação. Esta descoberta nos levou a incluir, entre os entrevistados, a **coordenadora** do Barracão.

Com vistas a alcançar nossos objetivos foram realizadas as seguintes ações:

1. Transcrição de três entrevistas gravadas em vídeo, em 2018, para a linguagem escrita, sendo duas em dupla e uma individual, totalizando 5 entrevistados com olhar de dentro da organização da manifestação:
 - Entrevista em dupla, com a esposa do fundador do Boi da Manta de Confins, que faleceu poucos anos após a entrevista; acompanhada de sua filha. A primeira, dedicou toda sua vida à criação dos filhos e à casa, (Entrevistada 1). A segunda, professora graduada em história. (Entrevistada 2);
 - Entrevista em dupla com os líderes organizadores da manifestação no período de 1978 a 1987, sendo um caminhoneiro (Entrevistado 3) e um pequeno proprietário de mercearia bar (entrevistado 4);
 - Entrevista com um líder organizador, membro do GFBMC, desde 1990, ocupante de cargo na Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, na gestão municipal 2020/2024 (entrevistado 5);
2. Realização de 6 (seis) entrevistas, em duplas ou grupo, totalizando 5 (cinco) entrevistados com olhar de dentro da organização da manifestação:
 - 2.1 – Entrevista em dupla, com 2 jovens participantes e monitores do Barracão e Cortejo Infanto-juvenil do Boi da Manta, quando crianças e quando adolescentes, sendo um deles graduando em logística e estagiário no setor de transportes da prefeitura; e o outro operador de rampa no AIBH (Entrevistados 6 e 7);
 - 2.2 – Entrevista com a jovem que participou do Barracão e Cortejo infanto-juvenil do Boi da Manta CERC/Voo Livre, quando criança, e que, aos 19 anos de idade, na condição de prestadora de serviço ao CERC, realizou em 2018, quatro das entrevistas analisadas por esta pesquisa, conforme item nº 1, acima. Estudante de Comunicação, atriz e produtora cultural (Entrevistada 8),
 - 2.3 – Entrevista com a rainha da bateria do Boi da Manta, ocupante dessa posição por pouco mais de 30 (trinta) anos e que, em alguns períodos, integrou a diretoria do GFBMC, funcionária da prefeitura na função de almoxarife. (Entrevistada 9);
 - 2.4 – Entrevista com a coordenadora do Barracão e Cortejo Infanto-juvenil do Boi da Manta CERC/Voo Livre, comerciante, gestora e produtora cultural (entrevistada 10);
3. Entrevistas com duas pessoas com um olhar de fora, ou seja, nenhuma ligação como a organização do Boi da Manta e, com opinião política formada sobre ele. Ambos, intelectuais residentes em Confins e ativistas de movimentos partidários no âmbito do Estado. Suas

posições políticas são definidas, embora distintas. Um advogado e eletricitista (entrevistado 11), e um engenheiro e físico professor de cursos técnico e de graduação acadêmica (entrevistado 12);

4. Realização de uma curadoria no acervo fotográfico e de material gráfico, selecionando as ilustrações que foram anexadas a este trabalho;
5. Edição de um vídeo com fragmentos das vozes narrativas colhidas. Essas vozes foram selecionadas e organizadas em uma sequência que, para além da visualização na linha do tempo dos organizadores responsáveis pela manifestação, pudesse orientar a reflexão sobre o que os participantes narradores manifestaram como pontos importantes para um debate sobre o presente e o porvir do Boi da Manta de Confins;
- 6- Elaboração de um infográfico com a linha do tempo do Boi da Manta de Confins.

Embora estivessem previstas a realização de outras 3 (três) entrevistas, abaixo relacionadas, não houve adesão dessas pessoas convidadas para dialogar conosco sobre a memória do Boi de Manta:

- Entrevista com todos os líderes da manifestação em período histórico, do ano de 1989 a 2024. O programado foi realizar, a critério dos participantes, entrevistas cada um deles, ou uma entrevista **em grupo**. O entrevistado número 5, foi convidado a integrar este novo grupo de entrevistados;
- Entrevista com familiares, ou grupo de familiares de um dos líderes da manifestação, na década de 1960, já falecido. Mas também não obtivemos a adesão de nenhum deles;
- Entrevista, preferencialmente em grupo, com, pelo menos três mulheres que exercem ou exerceram funções de apoio ao GFBMC. Mas, novamente não obtivemos a adesão de nenhuma delas.

Dada a não adesão desses atores, não pudemos cumprir nosso propósito de não deixar de fora desta pesquisa líderes organizadores ainda vivos e familiares dos já falecidos. Caso tivéssemos obtidos estas adesões, todas as lideranças na linha do tempo, desde a inauguração da manifestação no município, comporiam nosso rol de participantes narradores.

Os motivos dessa não adesão, os alegados e/ou os que o contexto nos permitiu interpretar, contribuíram, de alguma forma, para com nosso entendimento do contexto de relações internas ao grupo do boi e dele com a administração municipal e a sociedade civil. Por esse motivo, julgamos importante narrar, em linhas gerais, essa nossa interpretação e como isso aconteceu. E o fizemos na subseção 2, seção 4, do capítulo 6.

O motivo alegado, em alguns casos, foi o impedimento da legislação eleitoral, por ser 2024 um ano de eleições municipais e, alguns deles, seriam **possíveis** candidatos. Ou por serem ocupantes de cargos na administração então vigente, candidata à reeleição. Todavia, **isso** não prejudicou o cumprimento dos objetivos desta pesquisa.

O ocorrido também explicitou a possibilidade de influências na forma como a manifestação se atualiza e é ressignificada. Estamos nos referindo à dependência que caracteriza as relações empregatícias ou de vinculação político partidária, entre a administração municipal e a maioria dos membros do GFBMC; e de outros cidadãos envolvidos diretamente na organização da manifestação desse patrimônio imaterial.

Quando já iniciávamos uma segunda leitura do que produzimos de análise narrativa, recebemos um alerta de nossa primorosa e perspicaz orientadora Dra. Leiva Leal, pontuando-nos que não tínhamos “o olhar de “fora”.

Nesse momento, foi que por um lado, incluímos no rol de vinte perguntas que havíamos inicialmente eleito como merecedoras de investigação, a pergunta de número vinte e um.

Por outro lado, incluímos entre os entrevistados, o segundo grupo de participantes: duas pessoas que nunca participaram da organização do Boi da Manta, mas que tinham algo construído dentro de si, uma opinião, um ponto de vista ideológico.

Nossa indicação de a quem entrevistar empolgou nossa empática orientadora professora Dra. Leiva Leal, que nos respondeu de imediato com a sugestão de quatro perguntas para compor esse específico roteiro de entrevista (APÊNDICE C). Dessa forma, para além da honra de contar com uma orientadora muitíssimo generosa, recebemos esse seu mimo, com nuances de uma orientação parceira e dedicada.

4.7. Das entrevistas: sujeitos e contextos

As entrevistas com pessoas, de alguma forma relacionadas com a organização da manifestação do Boi, foram realizadas seguindo um roteiro (APÊNDICE A), escritas em linguagem simples e adequada ao público entrevistado. Ele foi construído, pautando-se em nossos objetivos específicos, a partir das primeiras vinte perguntas elencadas na sessão anterior, como merecedoras de estudo sistematizado, para registro e para compreensão de nosso objeto de estudo, o Boi da Manta de Confins.

Optamos por um roteiro semiestruturado. Estabelecemos procedimentos para verificar se as vinte perguntas realmente representavam nosso problema de pesquisa e viabilizariam acesso a dados, que nos permitiriam cumprir os objetivos propostos.

Nosso primeiro procedimento foi distribuir essas 20 (vinte) perguntas em subgrupos temáticos que denominamos eixos investigativos. Iniciamos grafando em cores iguais as perguntas, entre as vinte, que poderiam se encaixar em um mesmo eixo investigativo. Ou seja, que pertenciam a um mesmo subgrupo investigativo.

Em seguida descrevemos estes eixos, a partir da síntese do que as perguntas a ele pertencentes poderiam nos informar.

O eixo 1, constituiu-se da descrição da manifestação e sentimento quanto a sua atualização e perspectiva de futuro, seus tempos e espaços; de como participantes se percebem nela, se relatam, que significados lhe dão, como a avaliam e por qual critério; de como produzem e desfrutam de suas alegorias, que poder elas tem sobre os participantes, que sensações despertam, transmitem, que lugar ocupam, com qual significado, e como são percebidas.

No eixo 2, alocamos as perguntas que poderiam nos trazer informações sobre o contexto municipal narrado.

O eixo 3, reuniu indagações capazes de nos revelar como vem sendo feita a transmissão dos saberes que o boi exige e constitui; qual a participação das escolas na forma de transmissão desses saberes, quais as atividades necessárias à sua existência.

No eixo 4, ficaram as perguntas possivelmente reveladoras de quem são no contexto social do município, os líderes no seu tempo de liderança, como se relacionavam entre si e com o poder local, como e quem produz as manifestações e com que autonomia ou dependência de setores públicos ou privados.

O eixo 5 foi composto com questões sobre o papel das mulheres e o papel das crianças e adolescentes na manifestação.

O segundo procedimento foi elaborar, para cada eixo investigativo, as perguntas que nos dariam as respostas para esclarecê-lo. Ao fazê-lo, verificamos que algumas perguntas se repetiam em eixos diferentes. Isso nos levou a perceber que uma única pergunta poderia, em alguns casos, fornecer respostas referentes a mais de um eixo de investigação. Eliminamos as que se repetiam em diferentes eixos.

Com isso, desengessamos, de alguma forma, o roteiro, potencializando seu caráter semiestruturado, com vistas a permitir e respeitar o livre fluxo da memória e do pensamento narrativo dos entrevistados.

Também verificamos se os objetivos específicos poderiam ser cumpridos a partir das respostas possíveis de serem dadas com a aplicação do roteiro de entrevista elaborado a partir desses eixos. Concluímos que sim e que apenas nos casos dos objetivos específicos 1 e 2, não um grupo de perguntas, mas todas elas, contribuiriam para o cumprimento desses objetivos. Referem-se, respectivamente, ao “papel da linguagem como interação e produção de sentidos” e, a “compreender a memória construída e marcada pela multimodalidade discursiva”.

No quarto procedimento, em dois momentos, testamos o roteiro elaborado. No primeiro deles, a própria pesquisadora o respondeu, verificando que tipo de informação suas respostas poderiam coletar, se estas respostas contemplavam o objetivo a que cada uma se relacionava. No segundo momento, a título de teste antes da coleta de dados, simulamos uma entrevista, aplicando a um voluntário, os roteiros, APÊNDICES A e B.

Assim, pudemos confirmar e/ou ajustar as perguntas, certificando-nos do motivo pelo qual cada pergunta interessava à pesquisa se devia ser mantida no roteiro, bem como se os termos utilizados eram de fácil entendimento. Pouquíssimos ajustes foram necessários, talvez devido ao nosso envolvimento com a cultura do boi e com o território onde a manifestação ocorre. Como sujeitos de experiência nesse contexto, tínhamos guardado em nós, ao longo dos anos, muitas indagações sobre a manifestação.

Os entrevistados com visão de dentro da manifestação, não tiveram acesso ao roteiro impresso, mas, antes do início de cada entrevista, apresentamos a eles os tópicos, oralmente e de forma breve. Nossa orientação foi a de que, sempre que possível, manifestassem respostas completas como se estivessem se apresentando diante de uma câmera, sem serem perguntados, conforme APÊNDICE B.

Na medida em que a narrativa do entrevistado fluía, vez ou outra, uma pergunta era novamente verbalizada por nós, atendendo a alguma solicitação do entrevistado. Na maioria das entrevistas, isso ocorreu três ou quatro vezes, sempre que um bloco de perguntas se direcionava a questões de natureza diversa das questões a que o entrevistado acabara de responder.

No vídeo gravado com cada entrevistado há outras interrupções no fluxo da gravação, referentes a simples pausas solicitadas pelos participantes; e outras por nós mesmo solicitadas. Algumas em função de ruídos no ambiente, outras de nossa percepção da necessidade de mudança no posicionamento da câmera.

Entre as entrevistas por nós realizadas, apenas uma foi realizada em dupla. E, entre as realizadas em 2018, por Ana Clara, uma também o foi e; em uma outra, a filha da entrevistada a acompanhou e complementou algumas respostas.

Aos dois entrevistados com visão de fora, ao convidá-los via ligação telefônica, informamos o objetivo da pesquisa, que se tratava de um trabalho acadêmico e que precisávamos da visão de um olhar de fora, com opinião formada sobre o tema. Na hora da entrevista, eles receberam o impresso com as perguntas (APÊNDICE C). Após breve leitura, passaram imediatamente a respondê-las.

Nossa vivência como gestora e produtora do Barracão e Cortejo Infanto-juvenil do Boi da Manta e como participante dessa manifestação cultural, nos permitiu, ao longo dos anos, observar nuances de uma cultura machista envolvendo a forma como se dava o reconhecimento do papel das mulheres na manifestação. Na verdade, testemunhamos seus protagonismos, por trás da cena e com uma atribuição de créditos, que nos parecia incipiente. Disso, nasceu nosso interesse em entrevistá-las, para registrar o papel que vinham desempenhando e suas visões sobre a manifestação. Além disso, nos últimos cinco anos, assistimos à diminuição da presença de boizinhos, vestidos e confeccionados por crianças, durante a manifestação. Isso, comparativamente ao que vinha ocorrendo nos anos em que era realizado o barracão infanto-juvenil.

Esses foram os fatos que nos levaram a estabelecer, para esta pesquisa, os recortes: papel das mulheres – com ou sem vínculo familiar com esses líderes e papel das crianças, na manifestação do Boi da Manta de Confins. Nossa hipótese foi a de que esses dois atores sociais, mulheres organizadoras por trás da cena e crianças, somaram-se como protagonistas ao empreendedorismo dos líderes organizadores da manifestação, principalmente no período de realização do Barracão Infanto-juvenil Cerc/Voo Livre, exercendo ambos, importantes papéis na construção e ressignificação desse patrimônio imaterial.

4.7.1. O processo de transcrição das entrevistas

A partir do entendimento do que interessava a esta pesquisa preservar dos dados em relação ao que foi obtido, decidimos operar uma transcrição das entrevistas sem a adoção de um codebook¹ pré-estabelecido. Ou seja, buscamos simplificar o processo de transcrição, apenas

¹ um sistema ou matriz com objetivo de padronizar a representação de características da comunicação oral na forma escrita. Ele permite identificar da mesma maneira elementos da fala e pode ser produzido por cada pesquisador, ou adotar algum codebook já construído e disponibilizado na literatura.

mantendo as informações necessárias para responder o problema da pesquisa.

As palavras ditas foram grafadas da forma como foram pronunciadas, mesmo quando a forma popular de as pronunciar se distanciava muito de normas mais básicas de concordância verbal e outras regras gramaticais.

O modo de falar, o como foi dito, foi mantido tal e qual expresso, mesmo quando não havia correspondência com formas de grafia oficiais. Ou seja, muitas palavras foram grafadas da forma como foram pronunciadas.

Aspectos contextuais, tom e volume de voz, ênfases, pausas, interrupções, emoções, sorrisos, etc, não foram preservados. As pontuações não foram codificadas/padronizadas na transcrição. Exceção apenas para os casos de entonação muito exclamativa nos quais utilizamos o ponto de exclamação (!) e, nos casos de frases terminadas ou interrompidas vagamente, ou de pausas; situações em que utilizamos reticências (...).

Algumas das transcrições das entrevistas gravadas em vídeo foram realizadas por nós, bem como a revisão das que foram feitas por nossa disciplinada e dedicada transcritora Luisa Helena. Essa experiência de realizarmos pessoalmente a transcrição das entrevistas foi muitíssimo rica, pois contribuiu para irmos sinalizando interpretações, algumas delas mais facilmente percebidas pela composição integrada da fala com a imagem e o som. Ou seja, fazer a transcrição e/ou revisão das gravações, ampliou nossa percepção, ao integrar a ela, o visual, o sonoro, as emoções, expressões, gestos, silêncios, pausas, e até as interferências do ambiente em que as entrevistas foram realizadas. Por outro lado, nossos próprios sentimentos e percepções, diante das respostas visualizadas em vídeo, puderam ser revisitadas em alguma medida, facilitando construções e ressignificações no processo de nosso próprio pensamento narrativo.

Ocorreu, assim, um movimento de multimodalidade, na medida que os eventos nos apareciam de diferentes modos, em que o visual, o sonoro das falas e as expressões se juntaram em um todo para significar a memória (re) construída.

Essas são, como nos apontam vários pesquisadores e teóricos, formas de linguagem, algumas vezes mais reveladoras do que o expresso em palavras. As tentativas e as dificuldades de usar pontuações ao transcrever o que era narrado, sem o uso de um codebook, foi algo que nos revelou o imenso conteúdo e sentido do que expressamos na linguagem falada e o enorme potencial do vídeo como registro.

No entanto, considerando que a gravação continuaria disponível para o caso de alguma necessidade ou aprofundamento de análise e que nossos objetivos poderiam ser alcançados, adotando um recorte com grau bastante simplificado de detalhamento quanto ao nosso objeto de

transcrição, nela não preservamos todos os dados disponíveis na gravação em vídeo. Ou seja, nosso foco foi o conteúdo verbal da entrevista, sem correções gramaticais ou de termos usados, mesmo quando foram usadas gírias, ou palavras pronunciadas com sonoridade própria da linguagem popular. Também não elaboramos nem utilizamos um código padrão para grafar, na linguagem escrita, características de expressividade e emoção, pausas, interrupções, ênfases, etc, próprias da comunicação oral, conforme já dissemos.

Na transcrição de cada minuto de entrevista foram gastos, **em média, 12 minutos**, sendo que todas as transcrições foram revistas, no mínimo, quatro vezes. Para cada minuto gravado foram então, gastos, no total, 48 minutos. O total de horas de entrevistas gravadas foi de cinco horas, ou seja, 360 minutos; que multiplicados pelo total gasto por minuto (48), totaliza 17.280 minutos, 288 horas. A este total de 288 horas, acrescentamos 25%, ou seja, 72 horas, totalizando 360 horas de transcrição e de revisão do que estava escrito/transcrito.

Essa majoração se deve a que o tempo médio gasto foi bem maior naqueles casos em que as palavras foram pronunciadas fazendo uso de termos muito próprios de uma cultura contextual do tempo espaço narrado. Nesses casos, muitas vezes, foi necessário ouvir uma única frase repetidas vezes para garantir a correta transcrição. Ou, quando algum entrevistado não tinha uma melhor dicção. Outras vezes, ruídos presentes no ambiente de gravação também dificultaram o entendimento do dito exigindo maior número de escutas. Um gasto maior de tempo também ocorreu devido a repetições de termos, no início e no final de frases, hábito bastante comum entre grande parte dos entrevistados, assim com certos vícios da oralidade de cada um, como as expressões “né”, “entendeu”, ou simplesmente repetição de enunciados curtos. Essas repetições foram mantidas na transcrição. Algumas delas, foram por nós interpretadas como formas de reiterar e/ou fortalecer o enunciado.

As transcrições foram conferidas ouvindo a gravação enquanto líamos o texto e ,ao mesmo tempo, íamos fazendo as necessárias edições, correções, identificação de palavras ou frases erroneamente transcritas. Algumas vezes tivemos que sinalizar o texto transcrito erroneamente, seguir na transcrição e retornar posteriormente ao que inicialmente parecia incompreensível.

Os textos transcritos não foram submetidos à validação dos entrevistados. Apenas o vídeo “Memórias para quê? ”, foi assistido por um representante do GFBMC e participante do barracão infanto-juvenil do boi, entrevistado desta pesquisa, a seu pedido. Sua conclusão foi que não havia nada demais no vídeo, que o esforço desta pesquisadora foi muito grande ao realizar este trabalho e que ele informaria ao grupo sobre sua avaliação.

5. A ANÁLISE DOS DADOS

Nosso primeiro passo na análise dos dados foi identificar, à moda da técnica Análise de Conteúdo, de Bardin (2011), quais eram os campos de informação recorrentes nessas vozes narrativas, tanto as com visão de dentro da manifestação, como as com visão de fora da manifestação e com opinião formada sobre ela.

O que fizemos foi selecionar trechos das narrativas relacionados aos mesmos temas. Descrevemos estes temas, presentes, de forma concomitante, nas diversas narrativas com visão de dentro, entendendo-os como campos de respostas dadas a nossas perguntas. Nas narrativas com visão de fora e opinião formada buscamos identificar a presença desses mesmos campos, ou seja, a opinião expressa sobre eles por essas vozes.

O segundo passo foi utilizar esses campos, comuns às falas de ambos os grupos de entrevistados, como roteiro de edição de um vídeo de narrativas. Nele intercalamos narrativas com visão de dentro a narrativas com visão de fora. Essa foi uma forma de pontuar aspectos carentes de debate percebidos nas narrativas dos participantes narradores com visão de dentro da manifestação.

Na edição desse vídeo, priorizamos selecionar, nas vozes narrativas gravadas, por um lado, os trechos que pontuam, na linha do tempo, quais foram os organizadores responsáveis pela manifestação. Por outro lado, selecionamos trechos que apontaram características e atualizações da manifestação. Algumas dessas características foram identificadas, em nossa análise narrativa, como construtoras do porvir do boi de Confins. Também incluímos, nesse vídeo, vozes narrativas que contestaram algum aspecto do presente da manifestação desse patrimônio.

No caso dos participantes narradores com um olhar de fora da manifestação, selecionamos, para compor esse vídeo, o que essas vozes pontuaram como questões relevantes para a construção de um contexto berço da cultura do boi no presente e no seu porvir. Questões em relação às formas institucionalizadas de organizá-la, tanto no que diz respeito às relações internas do GFBMC, como quanto às relações deste com a prefeitura, com o público e com seus parceiros. Nosso pensamento narrativo considerou esses apontamentos norteadores para um importante debate sobre como construir e (re) construir o presente e o porvir do boi. Desta forma nosso pensamento ao mesclar os dizeres entre as vozes narrativas dos participantes narradores, de ambas visões, identificou os que silenciaram sobre algumas dessas colocações e reflexões e/ou simplesmente as ignoraram.

O vídeo também inclui vozes narrativas com visão de dentro e vozes narrativas com visão de fora, sob o olhar desses participantes narradores a respeito dos papéis das mulheres, das crianças e da escola na manifestação.

O fato de realizarmos pessoalmente essa edição colaborou para desenvolvermos nosso pensamento narrativo. Um aspecto importante dessa experiência foi acessarmos, no contexto do roteiro que fomos construindo na confecção do vídeo, pela segunda vez, gestos, expressões, emoções, ambiente e encenação que compõem essas vozes narrativas, conforme também pudemos fazer ao transcrever as entrevistas. A edição desse vídeo pode ser acessada no link: <https://youtu.be/jXBvzreEADQ?si=Cu2CIYPERg75LCAx>

O terceiro passo foi, a partir desses mesmos campos que as respostas abordaram, compor a linha do tempo do Boi de Confins. Entre as narrativas, alguns ditos e não ditos das vozes narrativas, constituíam-se, em si mesmos, um achado da pesquisa; outros, foram objeto de análise. Todos eles encaixaram-se em algum dos campos descritos e puderam ser relacionados a algum dos objetivos específicos deste trabalho.

Citamos os campos identificados: fatores e/ou agentes apontados como responsáveis pela introdução de atualizações na manifestação; características e atualizações pontuadas como construtoras e (re) construtoras da manifestação; manifestações dos sujeitos de fala sobre como vem sendo feita a transmissão dos saberes exigidos para a construção e ressignificação desse patrimônio imaterial;—caracterização socioeconômica do município, pontuando fatos que influenciaram a forma como ele vem se desenvolvendo e sendo impactado; como os participantes narradores disseram perceber o Boi de Confins quanto a seu presente e a seu porvir; o que eles apontaram de gargalos a superar e de sugestões para a (re) construção de um contexto berço da manifestação do Boi da Manta; exemplos de vozes narrativas que contestaram o presente do Boi da Manta, que pontuaram riscos e que deram alguma sugestão para (re) construir, no presente, o seu porvir; resumo do que identificamos como dito nas margens do dito, no dito pelo não dito, no dito pelas divergências internas e pelas contradições e incoerências fruto de incompatibilidades lógicas diante da história.

A construção do infográfico Linha do Tempo do Boi de Confins foi estruturada a partir de períodos históricos, por nós delimitados em conformidade com as alterações mais significativas ocorridas no contexto social, político e econômico do município, no período de 1959 a 2024. Essas alterações estavam pontuadas na caracterização do município que fizemos no capítulo 1 e, de alguma forma, confirmaram-se nas narrativas dos entrevistados com visão de dentro da manifestação.

Verificamos e pontuamos, a inserção ou não, de cada liderança, entrevistada ou citada nas entrevistas, em um desses períodos históricos, ou em partes, entre dois deles. A forma como construímos o infográfico, está detalhada no capítulo 8 – Linha do Tempo. A partir dele, e da edição do citado vídeo, pudemos ter maior clareza do que as respostas obtidas permitiriam analisar.

No pensamento de pesquisadores e teóricos que utilizam a memória como método de pesquisa, o que encontramos quanto ao quesito eleição de categorias de análise foram reflexões e pontuações sobre como as vozes narrativas nos sinalizam, com seus dizeres em comum ou em dissonância, aquilo que indica caminhos a serem percorridos em busca do sentido do dito; em busca do não expresso, mas ainda assim dito nas linhas e, outras vezes, dito “nas margens do dito”.

Esses ditos encontrados nas margens do dito pudemos, muitas vezes, interpretar como sendo o centro da questão investigada. Também, por isso, essa pesquisa tão bem se encaixa em um curso de línguas. Citamos nossa orientadora, em resposta a um de nossos inúmeros e-mails, Professora Dra. Leiva de Figueiredo Viana Leal, “Nosso curso é aberto às linguagens e a formas de como essas linguagens existem, criam histórias e memórias. Só nós damos conta do caráter salvador da memória!!!!” (Leal, 2024).

Portanto, as categorias de análise das memórias narradas nos foram indicadas pelas próprias vozes narrativas. Enfim, foram essas vozes, em si mesmas e o sentido que atribuímos e/ou julgamos nelas identificar, as reveladoras do que os entrevistados perceberam como significativo na caracterização do Boi da Manta de Confins, sinalizando, em conformidade como os objetivos desta pesquisa, o que importou analisar nesse fenômeno. Dito ainda de uma outra forma, foram os fragmentos de memória eleitos e selecionados pelos entrevistados como importantes de serem lembrados, no processo em que ocorreu e continua ocorrendo a construção e ressignificação dessa manifestação cultural e popular, que nos ditaram os resultados desta pesquisa. Contamos, em alguma nuance, com o que consideramos e interpretamos, dentro do que se encontra delimitado pela concepção teórica metodológica expressa neste trabalho.

Além do já citado contratempo ocorrido na fase de pré-produção dessa pesquisa, quando não obtivemos adesão à pesquisa de alguns selecionados, fomos também limitados por outros fatores. Referimo-nos à delimitação ou enquadramento, tais como o curto espaço-tempo de um trabalho acadêmico em nível de pós-graduação, contexto dessa pesquisa. Como pesquisadora, nosso sentimento de natural incapacidade de identificação de todos os inumeráveis caminhos de análise, bem como de todas as infinitas possibilidades de exploração de cada um dos caminhos da memória do Boi da Manta, se aflorou em nós. No entanto, o que nos foi possível “olhar” para

sentir; “ouvir” para identificar sentidos, sustentou nossa análise das memórias que puderam nos ser narradas.

As reflexões e apontamentos dessa pesquisa estão circunscritas ao contexto por ela delimitado, bem como ao contexto sociocultural por onde lhe foi possível encontrar espaço de realização. Portanto, consideramos que estas mesmas narrativas possam vir a ser analisadas sob outros olhares e a partir de outras categorias de análise. Esse é o movimento da ciência, que acaba por iluminar histórias e vidas também em movimento. No entanto, os fatos de seu contexto de realização (negativas em participar), não nos pareceram comprometedores das reflexões e registramos aquilo que nossa análise e interpretação nos conduziu. Repetimos: esses fatos apenas traduziram e funcionaram como um dos aspectos que delimitaram a pesquisa, juntamente com a natureza de nossa relação com esse objeto de estudo. Quanto a este último aspecto, não podemos deixar de explicitar que, assim como os entrevistados, também nós fomos personagem na história passada e ainda somos personagem no presente e no porvir do Boi da Manta de Confins. Portanto, reconhecemos que, tanto quanto os demais personagens dessa manifestação cultural de natureza popular, historicamente construída e em ressignificação, tivemos, em alguma medida, o desejo, às vezes consciente, outras vezes permeado pelo inconsciente, de fazer valer nossa história, valorizando o que vivemos e investimos na caminhada do Boi da Manta de Confins.

Também foi um enorme desafio, ao fazermos a análise narrativa, nos atermos ao que as vozes narrativas nos disseram. Nesse sentido, ao analisá-las, fizemos enorme esforço para que nossas interpretações, de forma alguma, tivessem como base nossa percepção pessoal do analisado. Consequentemente, foram muitas as reescritas, cortando análises que, na primeira tentativa, não dialogavam com o que estávamos buscando, principalmente devido a nosso lugar de cidadã atuante no contexto cultural do município, conforme expusemos na introdução deste trabalho.

De alguma forma, vivemos momentos de tensão, quando certas verbalizações remetiam a interdiscursos que, embora constituindo as memórias narradas, denotavam incoerência de incompatibilidade lógica diante da história. Além disso, as narrativas não só diziam do outro, mas diziam também de mim, de minha história e de como ela significa em mim.

Esta pesquisa não teve a intenção de reconstruir o passado com vistas a seu congelamento, à moda de uma mostra, num processo de museificação. Também não teve a intenção de extrair desse passado estéticas e performances para espetacularização do Boi da Manta. Isso porque a entendemos como manifestação viva e em constante atualização e transformação, a critério das negociações possíveis, eleitas e desejadas pelos sujeitos, enquanto atores sociais, pelos grupos vinculados, legalmente ou não, ao GFBMC e pela coletividade.

Conforme também já dissemos, o que esta pesquisa buscou foi extrair da narrativa dos entrevistados, os elementos e sentidos presentes na seleção que eles fizeram nesse tempo-espaço, de recortes de suas memórias do passado e do presente. Interessou-nos pincelar o que foi manifesto ou que nosso pensamento narrativo interpretou como essência da manifestação do Boi e do que esses/as entrevistados/as prospectam como desejável a seu porvir. Elementos que esta pesquisa apontou como responsáveis por manter vivo e em permanente processo, a ressignificação e o (re) nascimento do Boi da Manta de Confins, em encantamento, tal qual desaparece e, depois, surge entre os brincantes da manifestação.

Assim, foi natural que refletíssemos sobre como dar publicidade aos resultados desta pesquisa e como eles poderiam ser utilizados para fomentar o debate em torno da (re) construção no presente, do porvir desse patrimônio cultural. Até mesmo porque nos matriculamos no Curso de Especialização em Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da UFMG, com o objetivo de iniciar a publicização do acervo sob nossa guarda, conforme já dito. E, agora, após a realização desta pesquisa, ampliamos nossa percepção dos possíveis alcances de ações voltadas para essa publicização. Dessa forma, e para além disso, tomamos como nossas as palavras de Leal (2006, P. 105) quanto a seu trabalho em determinada pesquisa:

Essa experiência permite afirmar que a memória recolhida, sem possibilidade de um retorno, é, de alguma forma, uma distorção de sua própria natureza, pois, sem troca, o que fica para os sujeitos são suas percepções que, indo e vindo em seu universo de memórias, em um exercício solitário, não encontram respostas. Não estamos nos referindo ao encontro de uma resposta certa ou errada, de uma orientação ou de descobertas de verdades, mas de possibilidades de respostas, dada a multiplicidade de sujeitos, de experiências e, portanto, de percepções e incorporações diferenciadas. (LEAL, 2006, P. 105).

As discussões geradas em torno do concede/não concede entrevista, por parte de alguns selecionados que terminaram não as concedendo, por si só, significaram movimentação fomentadora de debate entre os envolvidos. De alguma forma, suscitaram dúvidas ou reflexões e interferiram no contexto contemporâneo dos caminhos do Boi da Manta de Confins. Podemos afirmar o mesmo quanto aos insights entre os que nos concederam entrevistas. Notadamente, entre os que as concederam em duplas. Nessas ocasiões, pudemos perceber informações que se complementavam, que se corrigiam, que cutucavam memórias.

Ademais, a título de retorno aos envolvidos e à comunidade em geral, nossa intenção é, em futuro que desejamos seja próximo, possamos organizar um evento para devolver aos/às entrevistados/as ou, pelo menos à grande parte deles, bem como à coletividade em geral, os resultados desta pesquisa. Oportunidade essa em que gostaríamos de ouvir e sintetizar possíveis

diferentes pontos de vista quanto à nossa análise narrativa e quanto a outras questões relacionadas a este patrimônio imaterial do município.

Em resumo: A metodologia de pesquisa aqui assumida engloba os seguintes passos (Minayo, 2014):

- 1) Demarcação do contexto sócio-histórico do grupo social participante em questão (mapeamento realizado na fase exploratória da pesquisa.);
- 2) Busca pelos significados atribuídos pelas (os) participantes ao tema proposto: buscamos, nas narrativas, os sentidos, as lógicas internas, as projeções e as interpretações de cada narrador (a) sobre a categoria analítica construída nas indagações;
- 3) Ordenação e classificação dos dados: momento no qual as entrevistas foram transcritas e submetidas a um processo de codificação temática, à moda das diretrizes da Análise de Conteúdo (Bardin, 2011). Inicialmente, realizamos uma leitura exploratória das transcrições para identificar categorias emergentes. Em seguida, as falas foram agrupadas em unidades de sentido, permitindo a identificação de padrões e divergências entre os depoimentos. Ou seja, não no sentido de compará-las entre si, mas de criar unidades de sentido, conforme também proposto por Minayo (2014). Além disso, utilizamos triangulação de dados, comparando as narrativas com registros documentais e observações de campo.
- 4) Análise Final: momento em que os dados empíricos dialogam com os dados teóricos em um “movimento circular” (Minayo, 2014). Nesta análise, os pressupostos dos teóricos que embasam a pesquisa fizeram frente a uma série de interpretações e de deduções analíticas.

6. A NARRATIVA DA MEMÓRIA: SUJEITOS, VOZES E SENTIDOS

“Vale aqui distinguir relato de narração: o relato é um acontecimento mais coletivo, menos subjetivo, é uma história, por exemplo. Já o narrar é algo de dentro, que só quem narra sabe o sentimento.”. Evangelista, Leal e Paula (2024, P.65)

Este estudo lançou um olhar sobre um fenômeno coletivo e social, historicamente construído e em permanente ressignificação, o Boi da Manta, “fervor da alma” confinense, em seus “anos gloriosos”. Os termos “Fervor da alma” e “anos gloriosos” foram expressões usadas

por nossa sensível orientadora, professora doutora Leiva de Figueiredo Viana Leal, para narrar sua percepção do que lhe disseram as vozes narrativas dos entrevistados. A nosso ver, elas são adequadas em exata medida. A memória como método permitiu a reconstrução do passado, presente e futuro do Boi da Manta, reafirmando a relevância do olhar externo na análise da tradição local.

Em conformidade com o esperado a partir da aplicação do método narrativo, e mesmo durante o processo desta pesquisa, pudemos considerar que as narrativas e seu compartilhamento instigaram aos que dela participaram, mudanças de mentalidade e de comportamento. Elas contribuíram para o aprimoramento de práticas e para a crítica e reflexão sobre elas. Também permitiram refletir sobre sua relação de confirmação quanto às teorizações sobre processos e contextos socioculturais de patrimonialização de bens imateriais como o Boi da Manta e sobre a influência desses últimos na construção ou não de políticas públicas de estado. Com efeito: ao dizer, o sujeito expressa o que o espírito de sobrevivência permite ser dito. As palavras saem das bocas dos entrevistados diante de nossos olhares e, também, de nossas bocas, sendo esse um momento único, porque livre das amarras, deixa fluir o que a memória traz. Vale, também, o que expressa Todorov (1979): Para esse teórico “uma narrativa ideal começa por uma situação estável que uma força qualquer vem perturbar.”. Disso resulta um estado de desequilíbrio; pela ação de uma força dirigida em sentido inverso, o equilíbrio é restabelecido; o segundo equilíbrio é semelhante ao primeiro, mas os dois nunca são idênticos.” (1979, p. 138).

Assim pensando e vivendo, pudemos observar que, a partir das narrativas sobre a experiência de cada um na manifestação do boi e do interdiscurso circulante, inclusive no próprio processo de pesquisa, todos nós narradores nesta pesquisa pudemos reconstruir as nossas próprias experiências e os significados que a elas inicialmente imputamos. Pudemos considerar real o entendimento de que a partir dessa experiência, todos nós, participantes, pudemos ressignificar sentidos ou se sentir instado a reflexões nesse sentido.

As análises das vozes narrativas nos permitiram identificar a ocorrência dos mesmos eventos que Paula, Leal e Evangelista (2020, p.76 e 77) citam como advindas das narrativas de vivências no contexto de suas pesquisas.

No caso desta pesquisa, o **“Compartilhamento de experiências, desafios, sucessos e reflexões”**, evento identificado por estes autores, gerou, a partir do que suscitou de reflexões entre os entrevistados e entre os que não se dispuseram a serem entrevistados, outras reflexões e questionamentos quanto a suas experiências. Infelizmente, não conseguimos criar, em todos os momentos de entrevistas, um ambiente em que pudéssemos dialogar sobre a experiência deste narrar sobre o Boi da Manta de Confins em um “aprendizado colaborativo”, como o denominado

por esses estudiosos do método narrativo. Apenas com três desses entrevistados foi possível, em algum grau de profundidade, este diálogo mais verticalizado.

Nesta pesquisa também ocorreu de **as** narrativas contribuírem para a **“contextualização da teoria com a prática” “e de interdiscursos com a prática”**. Elas demonstraram como os processos de patrimonialização são vivenciados na prática, destacando contradições entre registros institucionais e a memória coletiva. Uma inovação do estudo foi identificar como o discurso oficial sobre o Boi da Manta diverge da experiência dos moradores, sugerindo um espaço para políticas culturais mais inclusivas. Além disso, a pesquisa revelou como a oralidade e a multimodalidade da memória podem servir como ferramentas pedagógicas na educação patrimonial.

Este trabalho também confirmou narrativas de vivências, provocando **“Desenvolvimento de identidades”**. Enquanto atores culturais, ao narrarmos, pudemos todos refletir e crescer no entendimento de nossos valores, crenças e abordagens sobre a cultura do Boi da Manta e o pertencimento que esse patrimônio constrói, desperta e solidifica em cada uma de nós.

O narrar também promoveu **“a reflexão crítica sobre nossas práticas”** do passado e do presente e sobre novas perspectivas possíveis, assim como contribuiu para a **“Construção de comunidades profissionais”**. Ao narrar ou ainda ao se sentir incomodado por possível teor de narrativas de terceiros, ou, ao simplesmente se ver narrado, os atores culturais puderam fortalecer seu senso de pertencimento a um grupo, provocar a reflexão quanto à superação de obstáculos, quanto ao crescimento de grupos, quanto a buscar a criação de redes de apoio e de colaboração, estabelecer novas conexões de fortalecimento

Um outro evento em comum ao identificado por estes estudiosos foi o **“Incentivo à inovação e à criatividade”**. Todos os que, de alguma forma, vivenciaram este processo de pesquisa, puderam ser estimulados a experimentar novas estratégias, abordagens e tecnologias em suas práticas enquanto atores culturais na manifestação cultural do Boi da Manta de Confins, sugerindo maneiras de melhorá-las.

As narrativas falam por si. Essa constatação foi o que nos levou a adotar, como epígrafe deste trabalho, a formulação de Aragão (1992) que, de tão linda em seu sentido consolador e revelador, aqui repetimos: “Um livro de memórias pode ser a única maneira de se estabelecer o encontro entre o que nunca pode ser falado e o que **agora** pode ser escrito”.

O conforto dessa frase nos chegou, ainda no processo de pré-produção desta pesquisa, quando, por vezes, nos sentimos em meio a jogos de disputa de poder e de ciúmes. Desses, que a literatura científica aponta e que costumam permear tanto as relações de grupos, instituídos formal ou informalmente, como as relações de pesquisadores com alguns daqueles que os assessoram.

Desses que, por vezes, explicitam ao pesquisador situações em que alguns atores sociais, envolvidos ou não com os grupos objeto de estudo, usufruem das disputas instaladas em benefício próprio ou de seus próprios outros grupos.

Mas esse não era o objeto dessa pesquisa e, se algumas dessas situações porventura estiveram entre as que enfrentamos, nem mesmo pudemos afirmar quais foram elas. Dessa forma, se as referenciamos aqui é apenas no intuito de apontar que, enquanto pesquisadora, identificamos a possibilidade de tais ocorrências, bem como entendemos que elas são merecedoras, caso possam ser confirmadas, de alguma discussão futura, que resulte em medidas saneadoras em benefício da continuidade da caminhada do Boi da Manta de Confins, por trajetos mais livres e desimpedidos. Quiçá, por caminhos mais capazes de seguir (re) construindo, no presente e no porvir, a valorização e ressignificação da essência desse patrimônio imaterial que as vozes narrativas dessa pesquisa manifestaram desejar.

O papel construtor de indicadores para um debate, quiçá democrático, que identificamos permear os resultados dessa pesquisa, começou, portanto, já em sua pré-produção. Sentimos a necessidade de interlocuções que, longe de terem representado empecilho a nosso trabalho, de alguma forma, lançassem luz sobre nosso entendimento da conjuntura sócio -relacional e política, por onde caminha o Boi da Manta de Confins.

Esperamos que, havendo quaisquer confirmações futuras, no sentido do que apontamos em parágrafo anterior, elas possam, algum dia, serem escritas, mesmo que não possam ser faladas. E, preferencialmente, que possam ser superadas. Isso por entendermos como bastante desrespeitoso e antidemocrático que um boi unanimemente amado pela população local, conforme nossos entrevistados narraram com também unanimidade, possa talvez sofrer limitações e impedimentos causados por situações dessa natureza. Também evitar que tais situações, em algum momento histórico, conduzam o boi em caminhadas que o descaracterizem quanto aos atributos que o fazem amado por toda uma cidade e deflagrador de um encantador imaginário.

Como inferiu e comentou nossa orientadora, professora doutora, Leiva de Figueiredo Viana Leal (2024), após ler o que era então um esboço da caracterização do município que fizemos no capítulo 1, “há um vínculo familiar tão forte que o Boi da Manta é conhecido, amado e venerado por toda comunidade. ” Em outro parágrafo, essa leitora exemplar e estudiosa pesquisadora pontuou, “quando leio, Bete, que o Boi não pode desaparecer é como se ouvisse: nosso lugar de afeto e de identidade não pode ser apagado. Não queremos ser mortos, nem órfãos da vida que nos sustenta.”.

Isso foi o que as narrativas dessa pesquisa, a nosso ver, deixaram claro. Em outras palavras, elas nos disseram que, no **passado**, o Boi da Manta já nasceu **amado e valorizado**, por adultos e, notadamente, pelas crianças, adolescentes e jovens. E, no presente, essas mesmas narrativas nos disseram que o boi continua sendo amado, mas não vem sendo, nos últimos anos, valorizado, no sentido da implementação de ações que objetivem manter sua essência e, em alguma medida, nesses termos, garantir seu porvir. Com unanimidade, essas narrativas assim denunciaram, reivindicaram e nos trouxeram outras vozes reivindicativas da continuidade de sua valorização. Todavia, elas sinalizaram, também, um futuro, percebido hoje, como dolorosamente incerto.

A análise das vozes narrativas, permitiam estruturar, neste capítulo, nossa leitura discursivamente interessada, do que pudemos identificar e do que pudemos interpretar como dito por elas, em 4 seções, a saber:

- Passado valorizado e amado: o papel do imaginário no contexto de valorização do Boi da Manta.
- Presente, amado;
- Futuro, dolorosamente incerto (anunciado por um presente contestado);
- O contexto cultural como berço da memória e da resignificação do boi amado;
 - A cultura do boi como ação política e as relações democráticas como berço da memória da cultura do boi;
 - Um contexto E um processo de registro e patrimonialização que não embala o berço da cultura do boi;
 - Memória e o papel das crianças;
 - Memória e um olhar sobre o gênero;
 - Memória e o olhar sobre a escola;
 - Boi da Manta: um legado cultural do patrimônio imaterial e sua influência na identidade social do município.

Nessas sessões, ao citarmos narrativas dos entrevistados, os identificamos por um número, a cada um deles atribuído, quando os elencamos na sessão 6 do capítulo 4, e fizemos uma breve caracterização de quem são eles. Registramos que esse grupo de entrevistados é diverso quanto à idade, grau de instrução, condição socioeconômica e cultural.

6.1. Passado valorizado e amado: o papel do imaginário no contexto de valorização do Boi da Manta.

Na base do que motivou essa pesquisa, há quase três décadas, e só realizada em 2024, estava, como já dissemos, o quanto pessoalmente fomos abduzidas pelo imaginário da manifestação popular, objeto desse estudo. Digamos que, ao primeiro olhar. Da mesma maneira como ficamos, habitualmente, diante do que nos atrai de forma irresistível e que caracteriza o que costumamos nomear como fenômeno inexplicável.

Dessa exata forma experimentamos, pela primeira vez, o fenômeno do Boi da Manta. A palavra “fenômeno”, do grego “phainos” significa aparecer e aparecer brilhando. Em todos os dizeres narrativos dessa pesquisa, pudemos identificar a percepção dos entrevistados quanto ao brilho desse boi, nas referências feitas ao poder de seu imaginário; ainda que apenas um dos entrevistados, tenha utilizado, literalmente, a palavra brilho, ao afirmar, “e tinha muito brilho, viu! ”, (Entrevistada nº 9) nesse caso, fazendo referência ao passado.

Todos os participantes narradores utilizaram expressões que são interpretadas como analogias ao termo “fenômeno”, aqui entendido como o que já aparece brilhando como que por um milagre, o que as palavras e a racionalidade não descrevem, um acontecimento miraculoso e maravilhoso quanto ao enlevo e encantamento que produz.

Pudemos interpretar que, desta forma, fizeram referência ao poderoso imaginário de que o boi é portador, não só no Boi da Manta de Confins, mas, universalmente em variadas culturas, e variados tipos de manifestações culturais. A literatura científica é inclusive, unânime, salvo alguma exceção por nós desconhecida, no postulado de que o que a alegoria de um boi nos desperta é justamente o idílico, o mitológico, algo imaterial, que brilha pela ausência e sem razão aparente. Para muitos desses estudiosos, ela é catalizadora de um arquétipo que parece permear universalmente o imaginário humano.

Nesta pesquisa, nuances desse imaginário apareceram em vozes narrativas sobre a relação das crianças com o boi. Como, por exemplo, nas frases: *“Eles gostam. Sabe, parece que eles já saem da barriga gostando do que eles veem. ”*, *“É uma coisa assim tão sadia, tão bonita de se vê, que se deixar as crianças falam, falam no boi da manta, o ano inteiro, o ano inteiro.”*. (Entrevistada nº 9). Ou nos dizeres de um jovem entrevistado a respeito de sua própria participação, *“Tem hora que é surreal, assim, de tão gostoso que é! É uma festa surreal! ”*. (Entrevistado nº6).

Na narrativa de um antigo líder, esse imaginário foi referenciado no tom de orgulho e admiração presente no seu dizer, *“O mais importante é que boi da manta é coisa folclórica.”*. (Entrevistado nº3).

Em outras narrativas foi ainda possível compreender que o tom e a carga emocional que compõem o pronunciamento de enunciados, como os que enumeramos a seguir, revelam um certo fascínio pelo boi, que nos pareceu ter fundamento também nesse imaginário. São frases e expressões como, *“prestigiar o boi”*, *“E o boi não podia parar, né!”*. (Entrevistado nº3). Também na forma de fazer referência à manifestação e à sua própria participação nela, como na expressão *“caminhada do boi”* presente em várias vozes narrativas. Mas não apenas essas expressões deixaram transparecer o imaginário que as sustentam. Ele também estava presente, como dissemos acima, na emoção, no tom de voz, nos gestos e no olhar visionário. O caso de duas participantes narradoras, uma delas (Entrevistada nº1), ao descrever como o primeiro boi do município foi feito e a outra (Entrevistada nº10), como alguns bois eram expostos após confeccionados pelas crianças são exemplos dessa emoção. Esses enunciados foram feitos com tamanha carga imaginária, que esses sujeitos de fala nos pareceram transportadas no tempo e no espaço. E não apenas para o tempo espaço do que suas memórias narravam, mas, sobretudo, para o tempo espaço do idílico e do maravilhoso, de um boi encantador, que brilha, mesmo ao ser apenas narrado, estando ausente sua alegoria física.

Esse brilho apareceu em todas as narrativas, seja em palavras e/ou em expressões gestuais e de emoção, cujos sentidos revelaram seus afetos, anunciaram e convidaram à alegria e à ludicidade experimentada coletivamente. Tudo isso identificamos, desde a narrativa da entrevistada de número 1 sobre a primeira vez em que a manifestação ocorreu no município: essa voz narrativa nos trouxe o Sr. João Pereira da Silva, o ‘Sô João de Paulo’¹, como um sujeito arrebatado por um boi que nunca vira antes e, ao qual fora tão instantaneamente apresentado.

Esse boi ancestral, capaz de um irresistível poder de encantamento e alegria compartilhada é o que ressoou nessa narrativa. *“Ah... ele pegou a bicicleta, e foi embora, e ainda preparou um boi pra Confins, naquela noite.”*, *“queria levar **alegria** pra terra dele”*. *“Foi meio da semana mesmo, quarta ou quinta”*, *“arrancou a cortina que tava na janela, cortina de chitão”*. (Entrevistada nº1). A pressa e o imprevisto por ela narrados nos trouxeram esse sentido de arrebatamento por um imaginário e a alegria que vem junto dele.

O próprio arrebatamento, encantamento da narradora, transpareceu cristalino na totalidade de sua expressão facial, no tom de voz e no gesto imitando a primeira alegoria, que acompanharam sua narrativa de como seu marido confeccionou o boi, *“cobriu o rosto dele e fez só um buraco assim, e cobriu, (...) ficou aparecendo aquele chifre na cabeça estampada da cortina.”*. (Entrevistada nº1).

A narrativa da entrevistada nº1 também nos trouxe o arrebatamento e a alegria dos primeiros participantes, “*Quando ele saiu na rua, aí é que o povo ferveu mesmo. Foi lá pra Gameleira a fora*”. O mesmo encantamento e alegria apareceram na narrativa de um dos organizadores da manifestação, um dos sucessores do Sô João de Paulo, nos anos 1970, “*Todo mundo participava, era uma coisa muito gostosa. Era um bozinho simples, mas sentia alegria no pessoal*”. (Entrevistado nº3).

Desde sua origem, até o final da década de oitenta, as narrativas nos falaram desse boi cuja manifestação era motivada pelo brincar e por um certo descompromisso com o programado, o agendado, como expressam as falas, “*Foi meio da semana mesmo, quarta ou quinta*” (entrevistada nº1), “*(...) a gente gostava de farra, brincar e tudo.*” (Entrevistado nº 4), “*a gente saia tudo na brincadeira, não tinha dia certo, era coisa de momento mesmo, vão sair, vão.*”.

¹ Atendendo a pedido da família, sempre que nos referirmos neste trabalho ao Sr. João Pereira da Silva, o faremos por seu nome completo ou da forma como era popularmente chamado, “Sô João de Paulo” (Entrevistada nº1).

(Entrevistado nº 3). “*(...) então era uma brincadeira muito importante. (...) e aquilo foi crescenço, crescenço*”, “*Isso aí era a maió farra que nós tinha (...) muita história bonita (...) Aquela praça, num tinha (...) tudo ali era (...) uma venda (...). Aquela brincadeira*”.. (Grifos nossos). (Entrevistado nº 5)

Em sua estreia, em 1959, na narrativa da entrevistada número 1, era apenas um boi, “*Num tinha nenhum instrumento (...) era só gritaria de criança e latido de cachorro. (...) o povo foi saindo de casa e foi pra rua também. Foi lá pra Gameleira a fora (...) Ó, pra falar a verdade, até a luz era ruim (...) A gente não tava dando nem prá ver quem... qual aquela criança.*”.

As vozes narrativas relativas às décadas de 1960 a 2020 apontaram performances habitualmente presentes nesses anos.

Na década de 1960, “*Rudiava Confins, fazeno aquela farra. Né, nós tudo curria na frente, Eduardo vinha atrás com o boi, naquela brincadeira. (...) nós tinha o toreiro (...) ele marrava uma corda na cabeça do boi e vinha puxano, chegava ali na lagoa ele pulava den d’água e o boi pulava né, atrás dele lá dentro. (...) o boi morreu afogado.*”. (Entrevistado nº 5).

Na década de 1970, “*(...) Lói e a Santa nesse carrinho aí, e o Amir puxando... Isso aí era a maió farra que nós tinha*” e, “*nós tinha uma bonecona grande, era até a dona Maria (...) que andava nessa boneca, faleceu também (...) foi nós desistimo, paramo que ninguém teve aquela boa vontade mais de vestir*”. (Entrevistado nº 5).

Na década de 1980, “(...) começaram a fantasiar, cada um vestindo de uma coisa, índio, outro fazia um lagartão, aquele preto. ” (Entrevistado nº 3). “nós fazia os perna de pau (...) aqueles bonecão, ficava da altura deste padrão de luz. Era a coisa mais linda. ”. (Entrevistado nº 3).

Nas décadas de 1990, 2000 e 2010, “Ah... isso aí era da turma nossa de comissão. Comissão de... pra ajudar, né. Da diretoria! Ajudá a organização do boi! Ajudá a olhá, né, o pessoal, pra num fazê muita bagunça... fazê as baderna. Então nós tinha, a questão ês via que tava uma pouco errada, ês ia lá e chamava atenção pra nós. Né, pra num fazê aquilo. Pra andar tudo na obediência. ”. (Entrevistado nº 5).

“E, dessa... dessa confecção do boi, a gente fez também os bonecos, né! Pediram homenagem ao Vavá... à Julinha, né. Mas bem anterior a isso, a gente fez uma boneca... bem antes mesmo, que desfilou no boi. Depois essa boneca, a gente levou pro galpão que a gente tinha, na, na... ali em frente a minha loja. Essa boneca ficou lá por um bom tempo.

E depois a gente fez uma segunda boneca. Boneca, gigante! Catirina!... Que a gente colocou na praça, né. Ali... perto do Sicred, onde é o Sicred hoje. E a terceira boneca que a gente fez, é... ficou por um bom tempo na, na... no coreto, na praça. ”. (Entrevistada nº 10).

6.2. Presente amado

A totalidade dos 12 (doze) participantes narradores dessa pesquisa reafirmam, em algum momento e de variadas formas, o quanto o Boi da Manta de Confins, no presente contemporâneo a esta pesquisa, continuava amado pela população. São manifestações que encontramos expressas, por exemplo, nos dizeres abaixo transcritos:

“Tá no meu sangue e eu gosto. ”, “Sou grata a todos que unidos estão aí pra né, pra dar continuidade, dar continuidade a **essa tradição linda, maravilhosa, que a gente tem que cultivar.** ” (Entrevistada nº 9);

“**Alegria total.** A gente se apresentou, (...) pra gente que se apresenta é muito **emocionante**, (...) e creio que pra quem tá olhando (...) acha **muito legal** “. (Entrevistado nº 7).

*“Quem tá dentro, o baterista em si ali, veio, **tem hora que é surreal assim, de tão gostoso que é!** É uma festa, é surreal! É uma coisa assim, muito legal.” (Entrevistado nº 6) ;*

“É uma das principais expressões culturais que a gente tem por aqui. (...) É uma festa que é popular, então o pessoal gosta, participa.”. (Entrevistado nº 11). ;

*“E... o boi, com todos nós aí pulando na rua... conversando, abraçando, se beijando!... E... é o boi! Isso é o boi! A festa do boi é essa! Né! **E que precisa continuar, tem que dar continuidade.**”. (Entrevistada nº 10).*

*“O boi da manta, que é uma cultura muito forte, né... na minha infância eu conheci o boi da manta em Pedro Leopoldo! (...) **Em toda esta região é muito, é muito forte a presença do boi da manta**, nas semanas, nos finais de semana que antecede o carnaval.”. (Entrevistado nº 12);*

*“O boi da manta é uma coisa muito importante na cidade! O pessoal gosta. **Cê falá que num tem um boi da manta o pessoal num... acha ruim.** Acha ruim memo. Dá problema. Dá bronca, entendeu. (...) **Tem que ser continuada**, né! Que as turma já tá acostumada”. (Entrevistado nº 5);*

*“O pessoal agrada muito. Por isso que o boi da **manta num pode acabar o patrimônio em Confins.**”. (Entrevistado nº 5).*

Nesses trechos também ficou explícito, nas expressões por nós grifadas, o desejo de que esse patrimônio seja preservado e que prossiga vivo no futuro.

6.3.Futuro dolorosamente incerto (anunciado por um presente contestado)

Os participantes narradores, conforme apontamos no subitem anterior, atestaram como o boi continuava amado no tempo presente contemporâneo a esta pesquisa. Não obstante, essas mesmas vozes, nos apontaram características da manifestação que, em suas interpretações,

estavam provocando ou representavam alguma nuance de perda de sua essência, colocando em risco o porvir do Boi da Manta.

Essas características foram apontadas comparativamente àquelas mais próximas das formas como a manifestação acontecia em seus anos iniciais, que pudemos interpretar como sendo a essência dessa manifestação, em sua variante presente no município de Confins.

Vozes discursivas dos/as entrevistados apontaram que, a partir da década de 1980, as prefeituras, ao passarem a subsidiar financeiramente a manifestação - a prefeitura de Lagoa Santa, e, posteriormente, a do já emancipado município de Confins - introduziram limites à manifestação quanto aos quesitos: calendário, duração e trajeto, sob alegada necessidade de segurança pública, garantia do trânsito nas ruas e ainda, para garantir melhorias na infraestrutura da banda de acompanhamento.

Todavia, as próprias manifestações narrativas também pontuaram que essas necessidades eram reais e geradas pelo crescimento da cidade, a partir da implantação do AIBH e, logo a seguir, pela emancipação do município e implementação do AIBH, conforme expusemos no primeiro capítulo. Transcrevemos abaixo, algumas dessas vozes:

“Só que era diferente do de hoje, pelo seguinte, não que era melhor, mas, sim, porém, nós andávamos nas ruas, entendeu? Acolhendo o povo, pra melhorar mais a festa na praça. nós passava em todas as ruas. (...)Nosso boi também é o seguinte: nós rodava aí de 8 da noite,9,10, 11, até meia noite. e nós finalizava o boi dentro dos clube, que era o clube do Bom Sucesso e o Clube do Aliança, né veio. Que lá o povo continuava o carnaval, sabe, que antigamente o boi era instrumento de sopro... E este carnaval entrava pra noite a dentro. E era muito bonito!”. (Entrevistado nº 3);

“Confins emancipou, foi crescendo, e os outros tinha mais, melhores instrumentos, a prefeitura também entrou com esse negócio do Pelé, Pelé entrou.”. (Entrevistado nº 4);

“Na verdade, é uma coisa tão simples, assim, não criticando ninguém, cê entende, mas era uma coisa tão simples, que todo mundo participava, assim as contribuições, nós não precisava de dinheiro pra movimentar nada. O pessoal mesmo fazia a festa. Dava as coisa de comer, beber, é através dos comerciantes. Eles apoiavam a gente,

cê entende. Não precisava quase de nós comprar nem nada. E eles davam por livre e espontânea vontade, coisa pra comer, pra beber. Bebida pra turma.”. (Entrevistado nº 3);

“ - Os músicos tocavam, e os músicos assim também, eles não cobravam nada também não.”. (Entrevistado nº 4).

“ - Cobrava não. Fazia tudo de coração, mesmo, tá.”. (Entrevistado nº 3).

“- e fazia tudo por amor assim, gostava mesmo, tinha todos os instrumentos, e a charanga do Bom Sucesso, juntava a charanga do Aliança, nós pegava uma caixa surdo, um instrumento de sopro de cada um. As pessoas faziam aquilo era de coração. Era muito bom mesmo, sabe! Agora, bom, tudo que chegou a esse fim, né, porque a prefeitura entrou também, o Pelé com a turma e tudo. (Entrevistado nº 4).

- Aí já tinha que ser uma coisa assim mais, né. Num podia ser uma coisa assim muito, muito é, das antiga né, e aí já vem as lei, tem os horário pra iniciar, os horários pra parar, as determinação dos horários, né. Então, já foi complicano, e os dias de sair e tudo. Nós não, a gente saia tudo na brincadeira, não tinha dia certo. era coisa de momento mesmo. Vão sair, Vão.”. (Entrevistado nº 4).

Na referência histórica ao fato de que Confins foi crescendo, ocorreu o que nos aponta Pollak (1992.p. 202), dessa vez, quanto ao que ele denomina “ o problema dos vestígios datados de memória, ou seja, aquilo que fica gravado como data precisa de um acontecimento”. Pesquisamos o contexto sócio político e econômico do município e contextualizamos, na linha do tempo por nós elaborada, qual era a situação durante o período de vigência da liderança de cada líder organizador da manifestação. Posteriormente, buscamos identificar, nas narrativas, as referências a acontecimentos que marcaram mudanças por eles percebidas como significativas no contexto municipal.

Em pelo menos dois casos, constatamos o apontado por Pollak (1992. P. 203), ao afirmar que “a memória pode “ganhar” da cronologia oficial. ” O constatado foi que o intervalo no tempo, datação historiográfica, em que os dois entrevistados atuaram como líderes organizadores da manifestação (1977 a 1987 – estendendo-se até 1989, na colaboração com novos atores sociais), era, historicamente, o período inicial de desapropriações de terra, construção e instalação do

aeroporto na área geográfica da cidade (a partir de 1980). No entanto, em suas memórias, esse era o período correspondente ao período inicial de emancipação política do município, que só veio a acontecer cerca de sete anos depois, em 1995. O que pudemos interpretar, fazendo nosso entendimento de Pollak, foi uma maior valoração do acontecimento citado, em relação ao que de fato aconteceu no período a que se refere a narrativa.

A partir do final da década de oitenta, houve, por parte de líderes locais, um novo olhar sobre a manifestação, conforme percebemos na narrativa: *“Nós, eles, já tava vendo que aquele movimento era muito forte.”*. (Entrevistado nº 4).

A primeira mudança, a nosso ver, no sentido de talvez organizar ou talvez cooptar a manifestação, ou ainda, talvez, apenas controlá-la em algum aspecto, apareceu na narrativa, *“(…) Então o Boi da Manta terminava dentro do clube (...) ele já entrava com o som.”*. (Entrevistado nº 4).

Também, nesse final da década de oitenta, começaram a aparecer nas vozes narrativas os termos “negócio” e “prefeitura”, como por exemplo nas falas, *“(…) aquele **negócio** todo (...), agora, bom, tudo que chegou a esse fim, né, porque a **prefeitura** entrou também”* (Ladinho), e, *“(…) passou pro **negócio** do boi.”*. (Entrevistado nº 5). (grifos nossos).

Nos discursos narrativos referentes a esse mesmo período histórico, começaram a surgir referências à necessidade de organizar a manifestação, *“(…) e aí já vem as lei, tem **os horários pra iniciar, os horários pra parar,** ”*. (Entrevistado nº 3). (grifos nossos).

No entanto, em 1990, de acordo com uma das vozes narrativas, a manifestação voltou a ser realizada apenas nas ruas, mas, já tendo tanto o horário como a rota, pré-estabelecidos, *“A concentração (...) nós pegava (...) em frente a câmara... (...) no horário certo de sair, nós saía. Fazia nosso saracoteio lá na rua. (...) só duas , que horas de prazo que nós tinha, de 9 às 11.”*. (Entrevistado nº 5).

No período antes de haver subsídio financeiro da prefeitura de Lagoa Santa, Confins, sendo seu distrito, conforme narrou um entrevistado, as despesas eram custeadas pela doação de particulares, *“(…) antes de tê a prefeitura nós fazia (...) cada um dava aí uma... era cinquenta centavo na época. (...) um cruzeiro, dois cruzeiro, cinco cruzeiro. (...) quem ajudava. Quem gostava de ajudá, fazeno essa contribuição pro boi da manta segui. (...)”*. (entrevistado nº 5).

Custeio esse que, anteriormente, até o final da década de 1980, era ainda mais informalizado, nas palavras das duas vozes a seguir, *“Os músicos tocavam (...) eles não cobravam nada também não.”* e *“fazia tudo por amor assim, gostava mesmo, tinha todos os instrumentos, e a charanga do Bom Sucesso juntava a charanga do Aliança.”*, (entrevistado nº 4); *“era uma*

coisa tão simples (...) que todo mundo participava, assim as contribuições, nós num precisava de dinheiro pra movimentar nada. O pessoal mesmo fazia a festa. (...) eles apoiavam a gente. Não precisava de nós comprar nem nada. E eles davam por livre e espontânea vontade.”. (Entrevistado nº 3).

Todavia, na década de 1970 e 1980, a manifestação já movimentava o pequeno comércio de bares, como narram esses dois entrevistados, seus organizadores *“Nós não comprava nada, os comerciantes que colaborava, sabe. Bebida, salgado, essas coisas.”. (Entrevistado nº 3).* *“Quanto mais aquela multidão ficava perto daquela pessoa ele tava vendendo muito. Ele tava faturando.”. (Entrevistado nº 4).*

O que esses enunciados nos trouxeram foi que, antes do subsídio das prefeituras entrarem em cena, já havia um olhar de exploração comercial sobre a manifestação. Um fator que pudemos vislumbrar como tendo sido impulsor da participação da população. Essa ampliação, potencializada pelo crescimento populacional que expusemos no capítulo 1, passou a exigir medidas de segurança. Aquelas que inicialmente eram tomadas e ficavam a cargo dos próprios organizadores, tornaram-se insuficientes. Citamos novamente uma narrativa,

“Ah... isso aí era da turma nossa de comissão. Comissão de... pra ajudar, né. Da diretoria! Ajudá a organização do boi! Ajudá a olhá, né, o pessoal, pra num fazê muita bagunça... fazê as baderna. Então nós tinha, a questão ês via que tava uma pouco errada, ês ia lá e chamava atenção pra nós. Né, pra num fazê aquilo. Pra andar tudo na obediência.”. (Entrevistado nº 5).

Mas essa necessidade de segurança, de garantir o trânsito de veículos nas ruas, de evitar e controlar “as baderna”, as vozes narrativas não associaram a quaisquer impeditivos, pelo menos naquelas décadas de 1990 e 2000, de que o boi continuasse sendo o dono absoluto da festa.

Da mesma forma, elas nos levaram a inferir que essas necessidades e imposições não limitaram a criatividade e a liberdade da população quanto à introdução de novas formas de participação, naquele tempo-espço, de performances, folguedos, brincadeiras.

Para além disso, todas as vozes dessa pesquisa afirmaram estar presentes, não apenas nessas duas décadas, mas ao longo dos cerca de 40 anos iniciais da manifestação, o boi como dono da festa. E tudo que nele elas também pontuaram, como alegria, afeto, valores, interação social, criatividade, brincadeiras. Essa revelação nos surgiu, a partir do que, por exemplo, nos disseram as vozes transcritas nos últimos parágrafos da seção 1, deste capítulo 4, referentes ao período de 1959 até por volta do ano 2000.

Nas vozes narrativas referentes a esse período, também não identificamos, nem pudemos interpretar, qualquer alusão a ter ocorrido nesse tempo-espaço, a perda de essência e/ou risco para o porvir da manifestação. Embora, no presente narrado por essas vozes, esse risco seja associado a normas impostas pelas prefeituras desde aquela época.

Identificamos aí uma incoerência decorrente da incompatibilidade lógica diante da história: não havia, no período, perda de essência colocando o futuro como incerto, mas na memória do presente, a interferência da prefeitura, é desde então, apontada como causadora desse futuro incerto. Além disso, as medidas de segurança e normatização, desde então, já eram, como apontam essas mesmas vozes narrativas, reconhecidas como necessárias. Esse entendimento predominou entre os participantes narradores, de alguma forma envolvidos com a organização da manifestação, conforme pode ser constado nas expressões narrativas que, embora já transcritos alguns parágrafos atrás, trazemos novamente a esse contexto:

“Confins emancipou, foi crescendo, e os outros tinha mais, melhores instrumentos, a prefeitura também entrou com esse negócio do Pelé, Pelé entrou.”. (Entrevistado nº 4);

“Agora, bom, tudo que chegou a esse fim, né, porque a prefeitura entrou também, o Pelé com a turma e tudo. ” (Entrevistado nº 4).

Essas verbalizações indiciam um raciocínio que, ora isenta, ora não isenta de responsabilidades o próprio GFBMC, responsável pela organização da manifestação. Esse pensamento nos pareceu entender a sociedade civil em geral, e o próprio GFBMC, não como participantes proativos no exercício de seus direitos culturais, mas como receptores de um bem cultural organizado, pensado e formulado de cima para baixo. Nesse sentido, o que esta pesquisa identificou foi um raciocínio com nuances de uma generalização algo ingênua, senão por vezes inconsciente, ou outras vezes, podendo ser caracterizado como oposto e incompatível ao que se afirma antes.

Quanto a esse último sentido, não há dúvida de que ele permite vislumbrar práticas e discursos que ora isentam de responsabilidade os organizadores da manifestação, conforme já dissemos, ora permite que eles sejam colocados ou se coloquem no lugar de quem dita as regras de participação popular. Em outras palavras, eles podem, ora se fazerem, ora serem feitos responsáveis e/ou porta vozes de medidas necessárias ou de atendimento a interesses nem sempre pertinentes a construção e ressignificação da cultura do boi. Entendemos que faz parte desse entendimento a premissa que toma esses organizadores como únicos detentores da prerrogativa

de organizar essa manifestação que, no entanto, é patrimônio cultural imaterial pertencente a toda a população.

Em outras palavras, pudemos interpretar que esse raciocínio, seja ele de natureza consciente ou inconsciente, nos pareceu estar a serviço de práticas controladoras e pouco integradoras de participações mais espontâneas, tornando possível decisões tomadas de cima para baixo, nos termos do que nos trouxeram as vozes narrativas, com visão de fora da organização, abaixo transcritas:

“Nós devíamos nos orgulhar, devíamos nos orgulhar de ter uma cultura tão diversificada. E fazer com que (...) essas manifestações, elas possam servir pra consolidar, o espaço, e se apropriar desse espaço. E desse valor cultural, da experiência que tem.”. (Entrevistado nº 12).

“o estado né, precisa aprender a conviver com diferentes correntes ideológicas, com diferentes correntes formativas, tanto do ponto de vista acadêmico quanto cultural, e... fazer com que a população se aproprie desses valores e dos espaços que esses valores criam.”. (Entrevistado nº 12).

“Quando a festa é ampliada naturalmente, porque o grupo cresce de dentro pra fora, aí sim, nós temos um crescimento, um alargamento do público, e do alcance social disso. Tornando mais forte a comunidade, mais forte o apelo social”. (Entrevistado nº 12).

“(...) a gente pode agregar e ter mais manifestações e ser mais politizada no sentido de não ser de cima pra baixo, com “a” ou “b” político, tentar cooptar essa, essa festa. Mas que os próprios participantes, sejam é... guiem o sentido da manifestação cultural. E nesse sentido pode ser politizado, no sentido de é... as pessoas que tão participando podem trazer inovações. Se uma pessoa quer fazer uma apresentação, uma coisa que ela creia que seja compatível com a festa ali, já que é uma festa de rua, ela pode ter a manifestação artística e cultural dela ali.”. (Entrevistado nº 11)..;

“É. Então é uma festa aberta e uma festa de rua. Então quem quiser levar o boi e participar, tem a brincadeira do boi sair perseguindo as pessoas que tão

participando. Então, se a pessoa... todo mundo que quiser participar, pode fazer alguma coisa na rua e não tem impedimento.”. (Entrevistado nº 11)..;

“Quanto mais as pessoas puderem, é... levar as suas expressões culturais também pra participarem, é... e agregar no evento, é... maior é o engajamento. As pessoas vão chamar mais pessoas pra ir acompanhar o que que elas tão fazendo também. E eu acho que isso ajuda a crescer e popularizar essa expressão cultural que a gente tem aí.”. (Entrevistado nº 11).

“Pra ampliar então a participação social e cultural dos moradores da região é fazer com que a festa seja é... que as pessoas participem cada vez mais dela. Eu acho que uma boa forma de... de, que as pessoas tenham esse interesse é que seja é... um ambiente pacífico, que não tenha brigas e confusões. E, além disso, que seja uma manifestação cultural interessante de acompanhar.”. (Entrevistado nº 11).

Esta pesquisa nos sinalizou que tornar-se consciente dos fatores que veem colocando em risco o porvir do boi pode ser uma bússola para definição de algum novo caminho e modo de caminhar dessa manifestação. Neste sentido, um debate que busque essa consciência a partir do que as vozes narrativas nos pontuaram ou permitiram interpretar, pode vir a ser um primeiro passo.

A partir da década de 2000, coincidindo com os primeiros anos de emancipação do município (1995), um novo atrativo se junta à manifestação do Boi da Manta: as bandas de palco contratadas pela administração municipal. Seus repertórios em nada se relacionam à cultura do boi, nos termos do que apontou a narrativa abaixo, a partir do olhar de fora de um dos entrevistados:

“É... aí nós temos questões de interesses. E responder à pergunta, né, principal. A quem interessa essa ampliação, e como ela vai ser realizada. Se é pão e circo pra população. Pra aumentar o capital político dessa, dessa administração empossada, desses políticos empossados. E isso nos faz questionar com relação a isso. (...) Porque... se o poder público, realiza a festa, contrata uma banda conhecida... e claro, vai atrair mais gente. Mas não necessariamente pelo valor cultural da manifestação, e sim, pela festa. E num... Aí o aspecto cultural perde bastante.”. (Entrevistado nº 12).

Vozes narrativas de dentro do GFBMC referiram-se, a partir do processo de Registro do Boi da Manta junto ao IEPHA, a mudanças impostas por regras. Elas reconheceram essas regras como necessárias, apenas pelo fato de as entenderem como regras que não podem ser questionadas. Ou seja, como se essas regras fossem leis inquestionáveis, inerentes ao processo de patrimonialização de um bem imaterial. Todavia, essas vozes não souberam responder quais foram os responsáveis por formular essas regras, onde elas são formuladas, ou ainda onde estão legalmente escritas. Isso apareceu em vozes narrativas como: *“Essa parte, aí acho que se ocê, é... é... A gente procurar saber melhor”*. (Entrevistado nº 6).

Esse fato constatado revela a precariedade ou a ausência no tempo contemporâneo a esta pesquisa, de um processo de educação patrimonial no âmbito interno do próprio GFBMC. Encontrar essas respostas é um valioso ponto para ações de educação patrimonial e qualificação. Essas mesmas vozes narrativas referiram-se ainda, ao fato de que o GFBMC, após o processo de patrimonialização, foi registrado. Ou seja, cadastrado junto a receita federal como pessoa jurídica, passando a ter seu CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

No entanto, esta pesquisa concluiu que, mesmo estando legalmente formalizado, o GFBMC não passou a ser detentor de maior autonomia e transparência na relação com o poder público municipal na negociação da formulação e implantação de regras e atualizações. O impacto disso é a fragilidade do fortalecimento e ampliação da manifestação de dentro para fora.

Há, nessas vozes, uma espécie de contradição, fruto da tensão entre uma experiência livre e a proposta de outra experiência, com controles e regras. É de se esperar que, por isso, muitas afirmações e argumentos apresentem conflitos entre si. O momento de uma entrevista é algo que dificilmente pode ser cercado pela própria pergunta, visto que as respostas são enunciações discursivas que resultam de uma dada situação de fala. *“A partir de uma experiência desordenada, os narradores criam enredos, e impõem ordem a um fluxo de experiências ao dar sentido a acontecimentos e ações em sua vida.”*. (RIESSMAN, 1993).

Tomando como base nossa argumentação anterior, assumimos as narrativas como resultado de interdiscursos, como é o caso de repetirem as normatizações da prefeitura, como algo que não pode ser negligenciado. Com efeito, as orientações da prefeitura são apresentadas como um bem, a saber, devem servir de salvaguarda patrimonial. Essas normatizações nos soaram como controles, entre eles, os de natureza financeira.

A adoção desses interdiscursos nos pareceu ser fruto do que pudemos pontuar como fragilidade, resultado da não explicitação ao povo e a, pelo menos, a alguns dos membros do GFBMC, de um conhecimento sobre o qual não têm obrigação de saber: o processo de

patrimonialização. Essa adoção é também fruto da ausência de discussões sobre o processo de patrimonialização de um bem imaterial, ou seja, de uma educação patrimonial inclusiva e democrática.

Essa relação de causalidade pudemos também compreender que se encontra perpassada e interpenetrada pela dificuldade dos líderes organizadores em ocupar cargos legais no GFBMC, cujo contexto já foi caracterizado em capítulo anterior. Em que suas relações de trabalho, pessoais e políticas com a administração municipal e as divergências internas do grupo, na luta pelo poder de liderança da manifestação, nos pareceram dificultar a legalização do GFBMC, bem como a autonomia de negociação e fortalecimento do grupo, enquanto associação legal ou não. Nossa compreensão é a de que esse contexto também interferiu no estabelecimento de uma relação democrática e transparente do próprio GFBMC com a sociedade em geral.

Nas vozes narrativas abaixo transcritas, pudemos constatar a precariedade de informação quanto ao significado da transformação do GFBMC em pessoa jurídica, bem como, quanto ao significado do Registro junto ao IEPHA e do processo de patrimonialização do Boi da Manta:

“- Agora ficou Grupo Folclórico do Boi da Manta de Confins.” (Entrevistado nº 7).

- “Após o registro.”. (Entrevistado nº 6).

- “Após o registro assim né, que eles fizeram por alto. Agora é Grupo Folclórico do Boi da Manta de Confins.” (Entrevistado nº 7).

- Mudou a organização, porque antes, é, é, no começo do boi da manta, no meu entendimento, era por exemplo, uma pessoa, numa determinada data do ano, ela cria um movimento, e... um movimento carnavalesco, e a população abraça aquilo. Com o registro, você sabe, que naquele período, você tem determinadas coisas que você tem que fazer, pra que aquilo aconteça.” (Entrevistado nº 6).

- “Tem as regras.” (Entrevistado nº 7).

- “É. Então tem regras pra que? Pra que seja feito da melhor forma! Porque às vezes se não tivesse o registro, o cara que faz, ele podia deixar, “ah não... esse ano não vou fazer camisa, vou usar a do ano passado.” Agora com o registro não. Eu tenho uma obrigatoriedade de entregar o melhor pra população naquele momento, no caso, na festa folclórica, né. (Entrevistado nº 6).”

- *“Igual antigamente, tipo assim, igual, fazia, mas às vezes não dependia de, de, vão falar, polícia muito, entendeu. Porque já tinha local, esses trem. Só que agora, hoje em dia não. Hoje em dia, tem que ter reunião pra acertar tudo, tem o horário de começar, tem horário pra terminar. Hoje em dia já não pode dar muita camisa pros outro, entendeu. Hoje em dia a quantidade certa de camisa que tipo assim, é mais o grupo. E os tocadores tem que ganhar, entendeu. E às vezes as pessoas da rua ficam perguntando, (...) Ah... cadê a camisa, porque, cobra entendeu. Porque acha que ainda pode, tipo assim, distribuir, entendeu. Mais, infelizmente, não pode, entendeu. Porque tem regra, entendeu.”. (Entrevistado nº 7).*

Esses participantes narradores atribuíram inquestionável poder a regras cuja origem lhes parecia exigência natural e inerente do processo de registro junto ao IEPHA e ao registro cartorial que habilitou o CNPJ do grupo. Ou seja, essas vozes nos trouxeram nuances de uma cega submissão a regras, pelo menos por parte de alguns membros, embora essas mesmas vozes tenham citado a necessidade de reuniões, que sabíamos serem realizadas na prefeitura no período de pré-produção da manifestação.

Isso nos instigou a formular, exclusivamente durante essa entrevista, uma pergunta não inclusa no roteiro, (APÊNDICE A): “Quem faz as regras é a prefeitura, onde elas estão escritas?”. As respostas continuaram revelando falta de informação, como pode ser conferido na narrativa, feita em dupla, abaixo transcrita:

- *Sim. (Entrevistados nº 6 e 7, juntos).*

- *Faz parte... (Entrevistado nº 6).*

- *É a prefeitura. (Entrevistado nº 7).*

- *É, não, é... é... O boi da manta não ainda...eu acho que é... Então essa parte eu já não sei se ele faz parte da prefeitura. Eu acho que não pode, né. Acho que a prefeitura não pode fazer a fes... Realizar o evento. Porque... Essa parte eu não sei. Não pode. (Entrevistado nº 6).*

- *Vão falar assim, eles dão 50 camisas, aí tem que distribuir pro grupo. (Entrevistado nº 7).*

- *Essa parte, eu não sei. Essa parte deveria olhar. (Entrevistado nº 6).*

- *Essa parte, aí acho que se ocê, é... é... A gente procurar saber melhor, cé ... (Entrevistado nº 6).*

Na sequência, perguntados se participaram de algum treinamento ou reunião sobre o processo de patrimonialização, nos foi narrado:

“ - Não, porque eu acho que não tem a necessidade já que a gente é tocador, né. É tocador, a gente... e quem tem que fazer o treinamento é quem é parte, é, é, organizacional. A gente é parte operacional. Eu digo que, presidência, jurídico. Aí eles tem que ter um treinamento específico”. (Entrevistado nº 6).

Vale destacar que o valor afetivo das camisas do boi para a população ficou evidenciado, tanto na narrativa do entrevistado número 7, referente à cobrança que faz a população, quanto a receber a camisa, trecho já transcrito na página anterior e que aqui citamos novamente. Como na narrativa do entrevistado nº 4 que expressou grande contentamento quanto ao tema:

“Eles mandam as camisa pra mim, de todos os anos, de lá prá cá. Eu tenho as camisas todinhas, desde 1980, até ontem. As camisas que eles fazem pra charanga do boi, e tal, ”. (entrevistado nº 4);

“E às vezes as pessoas da rua ficam perguntando, (...) Ah... cadê a camisa, porque, cobra entendeu. Porque acha que ainda pode, tipo assim, distribuir, entendeu. Mais, infelizmente, não pode, entendeu. Porque tem regra, entendeu.”. (entrevistado nº 7).

Para além do que esses participantes narradores apontaram de forma explícita, pudemos identificar incoerências de incompatibilidade lógica diante da história que, à primeira vista se apresentaram como incoerências internas de suas enunciações, sendo algumas delas referentes a consequências da falta de informação quanto ao processo de patrimonialização; e/ou, do frágil processo de discussão dele, entre os mais diretamente envolvidos na organização da manifestação do Boi da Manta de Confins.

Esse desvio discursivo fica visível ao confrontarmos entre si, trechos de uma mesma narrativa, à luz da conceituação de patrimônio cultural adotada por este trabalho.

*“O boi da manta em Confins, é, **vem crescendo muito, vem crescendo muito**, sabe. **Só dele, dele, ele ter sido registrado**, isso pra nós é um compasso muito grande.*

*Precisa ainda de muito mais coisas. Precisa de investimento principalmente, principalmente no povo. **Precisa de projetos novos, sabe. Que dê mais interesse à população de participar. Porque sem população, não tem, não tem folia. Não tem.**” (grifos nossos).*” (Entrevistada nº9).

Essas críticas explícitas à atuação do poder público foram percebidas em outras vozes narrativas dessa pesquisa. Uma delas pontuou a ausência de um titular na pasta de cultura do município, no ano de realização desta pesquisa, associando esse fato ao deixar morrer a tradição do boi:

“Tá deixando acabar! Tá deixando esta tradição morrer. Porque tem que incentivar o pessoal. Eu acho que é falta de interesse da prefeitura, secretaria mesmo. Igual esse ano, fez falta até um secretário no ano. Não teve esse ano. Então não tem uma pessoa que corra atrás.”. (Entrevistada nº 9).

Outra voz narrativa pontuou haver discordância quanto a mudanças que vinham sendo implementadas. No entendimento desse narrador, essas mudanças são implantadas como fruto da falta de união em torno do Boi da Manta:

“Então nós tinha muito né, o boi da manta antigamente, tem que ser uma coisa de mais união, né, mais união, num pode ser o que... o que às veis um queira fazer. Cada um que... vão supor que entra na prefeitura, cada um qué fazê dum jeito, mas num pode sê dum jeito, que o boi da manta ele é, ele é um patrimonio da cidade. Então ele sendo um patrimonio da cidade, eu acho que qualquer prefeito que entrar, qualquer um gente da cultura que entrar, tinha que mantê um mesma, a mesma formação. Que senão trapaia o patrimônio da cidade, né pega o patrimônio, o boi da manta, da turma que é. Agora, se trocar a diretoria, aí tá tudo bem, não é problema. Mas o patrimonio da cidade não pode ser desmanchado, né. Acho que tinha mais da parte da união é nessa aí. Isso aí que tá faltano um pouco na parte nossa aí, é isso aí, entendeu. Quando for fazê uma coisa tem que chamar a gente pra conversar, pra dar uma explicação pra gente como que ês queria que fizesse, quando fizê. Pra nós

poder... seguir aquela... aquela caminhada do jeito que è. Porque como é que cê vai apagar um patrimonio de uma cidade? Não tem como. Que fica muito feio! Então nessas parte aí nós teve...”.(entrevistado nº 5).

Essa mesma voz seguiu criticando as exigências impostas pela administração municipal:

Mais depois quando passou, pra né, pra mão de prefeitura, aí as coisa fica mais complicado, que tem solicitação... tem que ter num sei o que. Nada... antes, num tinha nada disso. Isso aí que eu acharia que o boi da manta num teria de tê essa tal de silitação. Que nois é um patrimonio da cidade, então tinha que continua no memo ritmo que era. Limitação pro boi da manta, eu acho essa coisa mais... No meu pensamento é errado. É... se fosse uma coisa que tivesse começano agora? Aí eu concordava.”. (Entrevistado nº 5).

Todavia, nenhuma das vozes narrativas dessa pesquisa nos pareceu apontar possibilidades de que as regras legalizadoras possam ser revistas, ou mesmo, que elas possam ser cumpridas, e ao mesmo tempo, estar a serviço de uma atualização que honre e respeite o que suas próprias vozes também apontaram como performances desejáveis de serem resgatadas.

O que foi possível a este trabalho de pesquisa sinalizar é que esse entendimento ou o modo como entendem, exige aprofundar, com os envolvidos na organização do boi e com a sociedade civil em geral, respostas a perguntas, tais como: o que de fato mudou a partir do subsídio público e, posteriormente, a partir do processo de patrimonialização? O que de fato precisa ser instituído como exigência desse processo, de que modo e por quem?

Essa é, a nosso ver, importante pauta de debate com a sociedade, que nossa análise dos resultados dessa pesquisa constatou como urgente. Ademais, entendemos que todos os resultados desta pesquisa podem, ainda que não considerados plausíveis, em algum momento, serem utilizados como ponto de partida para esse debate, como já dissemos.

Os achados desta pesquisa evidenciam a necessidade de uma abordagem inovadora para a educação patrimonial, incorporando metodologias participativas e narrativas comunitárias. Como proposta concreta, sugerimos um programa de oficinas intergeracionais que envolvam organizadores, ex-organizadores do boi da manta e crianças da comunidade, garantindo a continuidade da tradição, de forma dinâmica e interativa.

Some-se a isso interrogar sobre as mudanças que de fato já foram provocadas, notadamente em relação a regras criadas e situações contextuais geradas a partir do Registro desse

patrimônio imaterial junto ao IEPHA. Como elas podem ser revistas e formatadas no sentido de vir a impactar, positivamente, o porvir do Boi da Manta de Confins?

Confirmando a urgência do que propusemos acima, quando estávamos revisando este texto, encontrando-nos exatamente nesse ponto, um fato veio, de alguma forma, corroborar a ausência de valorização que vivia no presente contemporâneo a esta pesquisa, o então amado boi de Confins. E, sinalizar fragilidades, carência de articulação, envolvimento com interesses outros, vivida internamente pelos que estavam à frente de sua organização. Narramos esse fato no APÊNDICE D, deste trabalho.

6.4.O contexto cultural como berço da memória e da resignificação do boi amado

Os participantes narradores sem vínculo com a organização da manifestação cultural Boi da Manta nos trouxeram contribuições ideologicamente formuladas sobre esse tema. Eles também nos pontuaram características por eles entendidas como capazes de contribuir para um contexto cultural que seja berço da memória desse patrimônio imaterial. As referidas contribuições serão apontadas na análise que se segue.

Nas narrativas dos demais entrevistados em 2024, todos, de alguma forma e em algum período, envolvidos com a organização da manifestação, foram apontando fatores dificultadores da construção e (re) construção desse contexto. Mas elas também apontaram ações capazes de facilitar a sua (re) construção e fazer do presente o berço da memória desse patrimônio imaterial.

Com vistas a facilitar a exposição e a compreensão de como e o que nos disseram essas duas categorias de entrevistados, ou pudemos captar com base nas teorias que sustentam a presente pesquisa, estruturamos nossa análise em seis subseções, a saber:

- A cultura do boi como ação política e as relações democráticas como berço da memória da cultura do boi;
- Um contexto e um processo de registro e patrimonialização que não embala o berço da cultura do boi;
- Memória e o papel das crianças;
- Memória e um olhar sobre o gênero;
- Memória e o olhar sobre a escola;

- Boi da Manta: Um legado Cultural do Patrimônio Imaterial e sua influência na identidade social do município.

6.4.1. A cultura do boi como ação política e as relações democráticas como berço da memória da cultura do boi

Um participante narrador, sem vínculo com a organização da manifestação, a partir do entendimento desse bem cultural como um bem democrático, reconheceu, nas relações com a cultura do boi, uma ação política. Com esse entendimento, nos apontou que:

“(.) a gente tem sempre que fortalecer a cultura e a participação popular e o sentido crítico, pra gente tá sempre melhorando e cada vez ter mais é... é... união das pessoas, e... e... debater sobre as coisas pra poder mudar as coisas e a gente perceber que realmente dá pra mudar as coisas, e que é preciso mudar. Não tá tudo como deveria ser. E... e conseguir melhorar cada vez mais.”, e, “(...) a gente pode agregar e ter mais manifestações e ser mais politizada no sentido de não ser de cima pra baixo, com “a” ou “b” político, tentar cooptar essa, essa festa. Mas que os próprios participantes, sejam é... guiem o sentido da manifestação cultural. E nesse sentido pode ser politizado, no sentido de é... as pessoas que tão participando podem trazer inovações. Se uma pessoa quer fazer uma apresentação, uma coisa que ela creia que seja compatível com a festa ali, já que é uma festa de rua, ela pode ter a manifestação artística e cultural dela ali.”. (Entrevistado nº 11);

“É. Então é uma festa aberta e uma festa de rua. Então quem quiser levar o boi e participar, tem a brincadeira do boi sair perseguindo as pessoas que tão participando. Então, se a pessoa... todo mundo que quiser participar, pode fazer alguma coisa na rua e não tem impedimento.”. (Entrevistado nº 11)..;

“Quanto mais as pessoas puderem, é... levar as suas expressões culturais também pra participarem, é... e agregar no evento, é... maior é o engajamento. As pessoas vão chamar mais pessoas pra ir acompanhar o que que elas tão fazendo também. E eu acho que isso ajuda a crescer e popularizar essa expressão cultural que a gente tem aí.”. (Entrevistado nº 11).

Esse participante narrador nos indicou que o formato de manifestação cultural que dada sociedade constrói revela a maior ou a menor natureza democrática das relações político-sociais vigentes. E que a discussão crítica de como essas manifestações acontecem, para além de mudanças nas relações internas das próprias manifestações, e dela com a sociedade, pode trazer mudanças também para as relações mais amplas e gerais vigentes nesta sociedade.

Podemos afirmar que a discussão crítica indica que a manifestação cultural, além de expressar o grau democrático das relações sociais, também contribui para sua ampliação. Trata-se de um processo recíproco, no qual as relações democráticas fortalecem as manifestações culturais e, ao mesmo tempo, são por elas impulsionadas.

Ao associarmos esses entendimentos ao contexto de construção e ressignificação da cultura do boi de Confinis, pudemos interpretar que a própria discussão da forma como isso vem ocorrendo, pode contribuir para a construção e ampliação de relações democráticas em seu seio, bem como no âmbito mais geral da sociedade. Num contexto de relações democráticas fortalecidas no interior dos grupos e em suas relações com a sociedade, há caminhos de crescimento e ampliação de público, a partir do de dentro dos grupos.

Outra voz narrativa, também sem qualquer vínculo com a organização da manifestação do boi, quanto ao aspecto da democracia, nos trouxe um outro ponto de vista. Nesse caso, o entrevistado não entende a manifestação do boi como democrática em si, como a narrativa anterior. Ou seja, a narrativa anterior reconheceu a democracia como atributo intrínseco às manifestações culturais populares, na medida que a população tem a prerrogativa de construir e (reconstruir) essas manifestações.

Diferentemente, a segunda narrativa apontou que, da forma como acontece na sociedade brasileira, o Boi da Manta não é um bem democrático. Partiu de uma crítica ao estado, de alguma forma, situando-o acima e como responsável por promover a democratização da sociedade, como podemos confirmar na fala do entrevistado:

“(...) o estado né, precisa aprender a conviver com diferentes correntes ideológicas, com diferentes correntes formativas, tanto do ponto de vista acadêmico quanto cultural, e... fazer com que a população se aproprie desses valores e dos espaços que esses valores criam.”. (Entrevistado nº 12).

Entretanto, as vozes narrativas de ambos entrevistados nos apontaram as mesmas diferenças, entre como acontece e como deveria acontecer uma manifestação cultural popular.

Nesse sentido, na segunda narrativa, o discurso nos pareceu mais forte e explícito enquanto crítica, com nuances de denúncia, conforme exemplo do trecho a seguir. Incluí trechos que citamos em contexto de análise anterior, alguns parágrafos atrás:

*“A ampliação do alcance das manifestações culturais, é... quando exercida pelo poder público, seja municipal, estadual ou federal, ele atende a alguns interesses que nem sempre são os que a população precisa, e os que a... isso que o estado, do ponto de vista de nação, deveria. É... **aí nós temos questões de interesses. E responder à pergunta, né, principal. A quem interessa essa ampliação, e como ela vai ser realizada. Se é pão e circo pra população. Pra aumentar o capital político dessa, dessa administração empossada, desses políticos empossados. E isso nos faz questionar com relação a isso. É muito bom quando a manifestação cultural é ampliada em função da própria manifestação cultural. Ela se amplia. Ela atinge uma população cada vez maior, independentemente da organização, é... do poder público. Porque... se o poder público, realiza a festa, contrata uma banda conhecida... e claro, vai atrair mais gente. Mas não necessariamente pelo valor cultural da manifestação, e sim, pela festa. E num... Aí o aspecto cultural perde bastante. Quando a festa é ampliada naturalmente, porque o grupo cresce de dentro pra fora, aí sim, nós temos um crescimento, um alargamento do público, e do alcance social disso. Tornando mais forte a comunidade, mais forte o apelo social. E muito menos sujeita a promessas vãs do ponto de vista político eleitoral. Num devia nem existir a necessidade de rotular que o bem é democrático, se ele realmente fosse. E o bem imaterial torna ainda mais difícil esse conceito de... a quem ele pertence. Se democrático, não deveria pertencer a ninguém. Mas o boi da manta pertence a pequenos grupos que realizam essas festas com finalidades de cunho político eleitoral, ou... pra amainar determinados ânimos que... né... possam estar, em algum momento ou outro, contrários a... a medidas, necessárias, impopulares.”.*** (Entrevistado nº 12).(grifos nossos).

6.4.2. Um contexto E um processo de registro e patrimonialização que não embala o berço da cultura do boi

Todas as vozes narrativas sem vínculo com a organização do boi, que apresentamos na subseção anterior, perpassam, em alguma nuance, as vozes narrativas dos envolvidos com a sua

organização, embora variando bastante o grau de consciência do narrador quanto a qual ponto de vista ideológico ou entendimento o seu dito possa representar. Os diálogos com os entrevistados/as com visão de dentro da organização da manifestação não abordaram questões referentes a seus pontos de vista quanto à cultura do boi como ação política e quanto às relações democráticas como berço da memória da cultura do boi. No entanto, essas questões foram verbalizadas em diferentes vozes. Com efeito, resultados são inseparáveis do contexto político que os produziram. Identificamos aqui um novo e interessante recorte de pesquisa futura.

A percepção do risco do porvir e da precariedade do embalo do berço da cultura do boi, foram pontuações comuns entre os participantes narradores com um olhar de fora e ponto de vista político ideológico e os participantes narradores com olhar de dentro da organização.

Uma das vozes com olhar de fora, ressaltou o significado e consequências de uma ampliação de alcance das manifestações culturais, quando o crescimento ocorre de cima para baixo, pela contratação de bandas que aumentam público, sem a correspondente valorização da cultura do boi em si. Ela identificou, assim, um fator que contribui para o aumento de um público. Mas um público sem vínculo com essa cultura e que não representa e não impacta o crescimento da manifestação de dentro para fora.

Nenhum dos sujeitos de fala com olhar de dentro citou a contratação de bandas carnavalescas como sendo um fator de ampliação de cima para baixo da manifestação, embora a maioria dos moradores no município saiba que isso vem ocorrendo há duas décadas. Conforme pudemos vivenciar enquanto agente cultural envolvida com a organização do boi e enquanto cidadã, nesse tempo-espço já ocorreu de a manifestação do boi ter seu tempo de manifestação reduzido em função de ser sucedida, na agenda de um mesmo dia, por bandas carnavalescas; e desse patrimônio cultural receber tratamento quanto à disponibilização de recursos financeiros e infraestrutura bastante aquém do concedido a bandas carnavalescas.

Ao não explicitar a relação entre o atrativo que representam as bandas e o crescimento de público, os participantes narradores com olhar de dentro da organização nos trouxeram ditos aparentemente incongruentes. Elas reconhecem um crescimento, mas falam da falta do público na manifestação, da falta de interesse do público em participar dela e do quanto foi esquecido o que é o Boi da Manta.

No entanto, não quiseram, não puderam ou não consideraram relevante relacionar o crescimento de público que narraram, à contratação de bandas carnavalescas de palco. Essa pesquisa se depara, então, com uma polarização, fruto de uma incompatibilidade lógica diante da história. Um indicativo de que urge o debate sobre os fatores dificultadores do porvir do

patrimônio do boi. O avanço da história é, quase sempre, motivado por questões discordantes que circulam em um contexto social.

Citamos, como exemplos, os seguintes trechos de voz narrativa da entrevistada número 9, já apresentados em outro contexto, em que o crescimento da manifestação parece ter sido vinculado ao seu registro. No entanto, a narrativa fala da necessidade de despertar o interesse de participação, a nosso ver, de alguma forma, pontuando não haver um crescimento de dentro para fora:

*“O boi da manta em Confins, é, **vem crescendo muito, vem crescendo muito**, sabe. **Só dele**, dele, **ele ter sido registrado**, isso pra nós é um compasso muito grande. Precisa ainda de muito mais coisas. Precisa de investimento principalmente, principalmente no povo. **Precisa de projetos novos, sabe. Que dê mais interesse à população de participar. Porque sem população, não tem, não tem folia. Não tem.**”. (grifos nossos).” (Entrevistada nº9).*

Nessa mesma narrativa, um outro trecho nos trouxe o aspecto turístico da manifestação como fator de crescimento, mas, novamente, sem tocar no papel das bandas carnavalescas nesse atrativo. Ao contrário, apontou: *“E o pessoal vem pra conhecer, né. Pra saber que tradição é essa, que todos falam muito bem lá fora.”. (Entrevistada nº9).* Na íntegra, esse mesmo trecho nos trouxe a questão da melhora da economia local e da manifestação do boi enquanto lazer.

“Tem muito turista de fora, muitas pessoas de fora que fica sabendo que, que tem, existe o boi aqui no município de Confins, né. E o pessoal vem pra conhecer, né. Pra saber que tradição é essa, que todos falam muito bem lá fora. É, sem contá a economia cidade, tamém, que melhora muito com essa folia que antecede o carnaval. Sem contá que é o que povo gosta. É o lazer que hoje tem na cidade.” (Entrevistada nº9)

Identificamos outras incoerências discursivas internas em diferentes vozes, como, por exemplo entre as falas que contrapomos a seguir.

Na primeira delas, um narrador afirma:

” Mas tem muita gente que esqueceu que ...” (Entrevistado nº 6). E ele foi em coro complementado por seu parceiro de entrevista: *“O que é o boi da manta.”.* (Entrevistado nº 6 e Entrevistado nº 7, falaram em coro).

Esses mesmos entrevistados fazem, mais à frente, cada um por sua vez, manifestações que destoam dos ditos anteriores:

*“Em parte, igual, **do** boi da manta em participação, eu creio que evoluiu muito, bastante, pra melhor. Mas em a participação em si, do povo, cê já não vê muito interesse em trabalhar com as crianças que já tão vindo, entendeu. Cada época que passa ela fica um pouco mais esquecida, mas a gente sempre tentando lembrar do boi da manta, entendeu”.* (Entrevistado nº 7), grifo nosso;

“Antigamente o boi da manta atingia a população regional. Hoje a gente consegue tá com o boi da manta, estadual, federal, o país inteiro, assim, rede social e tudo. E isso é pra dar continuidade à história, né. Então, uma da evolução positiva, foi a da tecnologia, e negativa assim, eu falo é, por conta do conceito das pessoas em ir à festa.”. (Entrevistado nº 6).

“ por isso que cada vez mais pessoas participam, cada vez mais pessoa fica interessada. o boi da manta não é privado, a gente quer que seja pra alegria do povo”. (Entrevistado nº 6).

Se, como foi narrado, a participação **“do Boi de Manta”** evoluiu, por que, então, esses mesmos entrevistados narraram que “tem muita gente que esqueceu o que é o boi da manta? E como, quanto à participação do povo quem narra já não vê muito interesse em trabalhar com as crianças? E se não há mais esse interesse, como podemos interpretar o fato de que quatro dos 5 entrevistados em 2024 narraram que são cobrados pela população, em relação a um projeto que trabalhe exatamente com as crianças, a memória e continuidade da manifestação?

Exemplificamos com as vozes abaixo,

“(...) as pessoas também ficam me parando na rua, oh... num vai ter, cês não vão fazer, é, projeto esses trem, não? Porque meu filho fica doido pra fazer.” Igual eu mesmo, que costuro o boi. As vezes eu fico lá em casa costurando, fica gente passano la rua, e gente pequeno toda hora, as vezes me para na rua,”. (Entrevistado nº 7);

“(...) vai chegando a época do boi da manta, ês fica perguntando, assim mandando mensagem no instagram. “Vai ter o barracão do boi? Cês vão fazer boi? Fica pedindo pra gente fazer pra eles, né.”. (Entrevistado nº 6). ;

“Então, muitas falam que quer crescer rápido, pra dançar como eu. Me pede pra ensinar a dançar”. (Entrevistada nº 9);

“Tanto, que hoje, né, sempre me vê na rua, vê Bete... é... perguntam... as mães perguntam, né, é... vai ter?”. (Entrevistada nº 10).

Também identificamos incoerências de incompatibilidade lógica diante da história, à primeira vista, aparentando contradições discursivas internas entre as seguintes manifestações:

“ (...) O boi da manta em Confins, é, vem crescendo muito, vem crescendo muito, sabe. Só dele, dele, ele ter sido registrado, isso pra nós é um compasso muito grande. ”, e, “ (...) Mas eu sinto muita falta, muita falta de outras pessoas também se interessarem. Porque é, acho que cada um, faz parte da historia da cidade do jeito que pode, né. Tá deixando acabar! Tá deixando esta tradição morrer. Porque tem que incentivar o pessoal. Eu acho que é falta de interesse da prefeitura, secretaria mesmo. ”. (Entrevistada nº 9).

Embora a mesma participante narradora afirme:

“Precisa ainda de muito mais coisas. Precisa de investimento principalmente, principalmente no povo. Precisa de projetos novos, sabe. Que dê mais interesse à população de participar. Porque sem população, não tem, não tem folia. Não tem. Então eu acho que precisa de mais investimento, investimento financeiro. Apoio, apoio assim, eu falo, em relação de, de trazer as pessoas, mais, pra participar, sabe. Precisa. Precisa sim. Océ teria que ter um projeto voltado pras crianças. Porque as crianças acabam, que elas gostam mais da folia do boi, do que os próprios adultos. ”. (Entrevistada nº 9).

Vale destacar que a mesma entrevistada nos trouxe o aspecto de fomento turístico e econômico, que a manifestação realiza:

“Tem muito turista de fora, muitas pessoas de fora que fica sabendo que, que tem, existe o boi aqui no município de Confins, né. E o pessoal vem pra conhecer, né. Pra saber que tradição é essa, que todos falam muito bem lá fora. É, sem contá a

economia cidade, também, que melhora muito com essa folia que antecede o carnaval. ”. (Entrevistada nº 10);

E pontuou, ainda, o papel do subsídio público:

“Não ganhava nada. Assim como ninguém nunca ganhou nada. E mesmo se hoje eu não tivesse ganhando prá fazer o que eu faço, eu estaria. Até o último momento, de não querer mais, eu estaria. De 2018 prá cá, que eu posso falar por mim, os outros eu não sei, que eu passei a ser remunerada prá fazer o meu serviço. ”. (Entrevistada nº 9).

No entanto, mesmo sem subsídio, as pessoas se entregam à alegria e ao orgulho de pertencer à comunidade Boi da Manta, conforme narra a mesma entrevistada nº 9:

“Eu tenho sempre coisas guardadas, que eu reaproveito, pra me ajudar mesmo, que eu sei que vai fazer falta. Porque se eu for colocar na ponta do lápis mesmo, tudo o que eu vou gastar prá nove dias do Boi da Manta? Sapato, maquiagem, figurino, tudo muito caro. ” (Entrevistada Nº9).

As narrativas transcritas no parágrafo acima nos chamaram atenção quanto à importância de um debate que considere as possibilidades de uma atualização da manifestação do Boi da Manta, algo que busque encontrar o equilíbrio entre seus aspectos turístico, de fomento à economia local e de (re) construção de um contexto berço da memória, sem que seja necessário renunciar ao subsídio público ou deixar de reivindicar seu aumento.

“Eu tenho sempre coisas guardadas, que eu reaproveito, pra me ajudar mesmo, que eu sei que vai fazer falta. Porque se eu for colocar na ponta do lápis mesmo, tudo o que eu vou gastar prá nove dias do Boi da Manta? Sapato, maquiagem, figurino, tudo muito caro. ” (Entrevistada Nº9).

Todos esses são pontos, a nosso ver, sinalizados por essa pesquisa, como merecedores de um debate que busque encontrar caminhos de valorização do boi no contexto de sua relação com o carnaval, preservando o espaço que talvez lhe seja devido, em termos de investimento, duração, performances, repertório musical ancorado em marchinhas carnavalescas, dentre outros.

Para além disso, nos ocorreu que poderiam ser definidas formas de implementação do potencial de atração turístico e geração de renda, tendo a iconografia e o imaginário do Boi da Manta como inspiração. Isso, tanto durante sua agenda de manifestação, como ao longo de todo o ano, por meio de ações, em si mesmas, ao mesmo tempo fortalecedoras de sua memória como berço de sua cultura. Exemplos seriam o desenvolvimento de produtos comercializáveis agregados do valor dessa característica e oficinas multi-linguagens, tanto para o público turístico, como para o público local, sobretudo o infantil.

Em sua totalidade, as vozes narrativas de dentro do GFBMC deixaram transparecer a falta ou a precariedade desse debate entre eles. Assim como suas quase inexistentes percepções da relação entre a forma como a manifestação acontece no presente e se faz ou não, nesse ato em si, berço de construção e ressignificação dessa memória; bem como quanto ao papel das relações, mais ou menos democráticas, na (re) construção de um contexto cultural que seja berço dessa memória. Todas estas questões não foram manifestadas nas falas dos entrevistados. Essa ausência aponta para a necessidade de que a sociedade sinta a manifestação desse bem cultural imaterial como constitutivo de suas/nossas vidas.

O que pudemos analisar, a partir dos participantes narradores envolvidos com a organização do boi, colhidas em 2024 e da inter-relação entre elas, é que todas indicaram a necessidade de retomar o trabalho de educação patrimonial junto às crianças e aos adolescentes, interrompido em 2018, devido ao encerramento das atividades do CERC/Voo Livre. Todas pontuaram o papel de projetos dessa natureza na (re) construção de um contexto cultural berço da memória do boi.

Encontramos, no trecho abaixo, uma exemplificação do que foi acima apresentado:

“E... uma coisa que eu observo, ao longo dos anos, que eu atribuo muito, a justamente a ausência na cidade, de uma referência como era o Cerc. É... que aí eu sinto falta disso hoje, porque eu tive isso na minha infância, na minha trajetória. E eu sinto que hoje o que o boi precisa é ter justamente essa construção de uma continuidade. É... de resgatar essa memória, de uma forma que as crianças e os jovens, que tão agora na cidade, entendam a dimensão cultural e histórica que o boi tem pra cidade. E que eu sinto falta disso hoje. Hoje eu vejo que o boi, é... se tornou um evento ali pontual, que acontece. Tem a banda, que é muito bacana, que toca em alguns eventos. Mais, essa dimensão cultural e tradicional que o boi tinha antes, eu sinto que tá se perdendo ao longo do tempo. E eu atribuo isso muito a ausência de

realmente uma instituição, ou alguma referencia institucional, pessoas que consigam é trazer isso pra essa criançada de agora. Porque isso fez toda a diferença pra mim, quando eu era criança, quando eu estava no meu processo de formação. Fez toda a diferença, pra mim entender isso, que tivesse ali o Cerc, que tivessem pessoas preocupadas com isso, que tivessem iniciativas de incentivo realmente a isso. E hoje eu sinto muita falta. e eu acho que isso é um grande gargalo, é um grande risco, que o boi tem de perder força, realmente ao longo dos anos.” (Entrevistada nº 8).

“(...) toda a dimensão que o boi tem, e que eu sinto que tá se perdendo ao longo do tempo, é muito pela ausência, depois que não tínhamos mais isso, de reiterar mesmo, bater nessa tecla, da história, da continuidade. E de forma prática mesmo, como que faz uma boi? Essas crianças. jovens de hoje, não sabem, como que eu faço um boi? Como que eu posso fazer um boi? Eu posso fazer um boi de material reciclado, eu posso fazer um boi de bambú, eu posso fazer... eu posso usar o tecido tal, eu posso fazer o chifre de tal forma. Então, o próprio barracão do boi, que era essa iniciativa do Cerc, (...) trazia isso, né, assim, de... ser justamente um orientador, um norte pra essas crianças, pra esses adolescentes. Desde lá, como que você pega uma caixa de papelão e transforma em um boi. Até no meu caso, que é, fazer um projeto de pesquisa, captar esse material, tê isso roteirizado e depois ainda escrever histórias com isso. Que ainda tive essa oportunidade de escrever histórias com isso. (...)Esse ano, eu fui no boi da manta. Eu senti que já diminuiu muito, Cê vê uma, duas crianças com boi. Isso é muito triste. Muito triste. Porque realmente é... aí sem, num preciso nem entrar no impacto que isso tem socialmente, pras crianças que não tão ali no boi. Elas tão em algum lugar, fazendo alguma coisa. Que que essas crianças tão fazendo, sabe?”. (Entrevistada nº 8).

Entendemos, fazendo coro com a literatura científica e com a epígrafe deste capítulo 6, que, sem a possibilidade de vivência da manifestação, as crianças podem ficar restritas a apenas fragmentos da memória do boi e não lhes ser permitido entender a herança e a riqueza que há na memória a ser guardada e louvada. Poderão ter acesso a uma memória estagnada, mumificada, folclorizada, no sentido de pertencer a um passado apenas relatado. Em outras palavras, entendemos que a cultura, cujo acesso se dá apenas através da espetacularização em performances presenciais ou divulgações virtuais em redes mundiais podem não se transformar em memória. Também a cultura que se conhece exposta em acervos em museus e salas do patrimônio, carece de experimentação, para se manter viva em sua forma atualizada do presente e seguir sendo atualizada e narrada, não relatada. Nas palavras de Halbwachs (1968), já citadas anteriormente,

neste trabalho, “O que oferece consistência às lembranças é a intensidade afetiva do que foi vivido em uma comunidade. ”, “(...) No desapego não há lembranças, mas só esquecimento.”.

Do que podemos nos lembrar? Vamos infundir à memória, qual experiência pessoal, qual valor e sentido? Importa conhecer a história passada e saber como trazê-la ao presente, sendo protagonista deste presente na vivência e não apenas na apreciação visual. É como se dá na seguinte voz narrativa:

“E então, quando fui pra lá, ainda muito criança, com 7 anos, eu tive a experiência de conhecer Confins e começar a entender Confins, com meus próprios olhos, não só com a história que minha família me contava, com as histórias. (...) e o fato da festa ser uma coisa muito, muito histórica mesmo, muito tradicional pra minha família, todos os anos, me fez crescer indo sempre fantasiada, sempre lá na frente, sempre acompanhando o boi, sempre acompanhando a banda. É uma coisa que eu tenho uma memória afetiva, muito grande. (...) E então é com muito carinho que eu falo do boi. E é com muito carinho que eu quero que continue essa tradição. (...) Ao longo dos anos, eu tive a oportunidade de vivenciar o boi de outras formas, também. Muito por causa dessa instituição que eu mencionei, o Cerc, graças à Bete, e à Luisa, que fizeram manter viva essa tradição, até pras crianças que chegaram depois. Então é uma coisa, que com muito orgulho eu mantive a li, tanto participando de oficinas, pra aprender de forma prática como que funcionava, quanto depois tendo oportunidade de através do boi, me descobrir como profissional de produção cultural. (...) E como produtora, eu atribuo cem por cento ao boi. Que foi quando eu entendi que, é, o meu trabalho era válido, poderia ser remunerado e que isso poderia contribuir para a história da cidade. E pra manter viva a memória do boi e consequentemente a memória do meu avô.”. (Entrevistada nº 8).

Quanto às mudanças, de fato ocorridas a partir do Registro desse patrimônio imaterial junto ao IEPHA, os participantes narradores membros do GFBMC, pouco nos disseram. Duas delas associaram as mudanças a regras impostas como já vimos. Uma outra, após o dito abaixo transcrito, preferiu não responder à nossa pergunta sobre o que mudou:

“Depois que, que foi feito o registro do boi da manta, é... mudou sim. Mudou. Mudou.” (Entrevistada nº9).

Essa mesma entrevistada, mais à frente, narra que passou a ser paga por sua participação na manifestação, a partir de 2018, coincidentemente o ano em que o decreto municipal 904 de 20 de novembro homologou a inscrição desse patrimônio imaterial entre os bens protegidos pelo município.

“De 2018 prá cá, que eu posso falar por mim, os outros eu não sei, que eu passei a ser remunerada prá fazer o meu serviço.”. (Entrevistada nº 9).

Reconhecemos nas vozes que criam antagonismo dentro da história do grupo, como sendo indicações de possíveis pontos para um debate, que inicie, aprofunde formas para que o município (re) construa, a cada contemporaneidade, o porvir desse patrimônio imaterial.

A presente pesquisa aponta que é urgente a implantação de uma política pública municipal, a partir de um debate democrático quanto a, pelo menos, cinco aspectos:

1. A educação patrimonial das crianças, adolescentes, jovens e adultos;
2. A (re) integração das crianças e adolescentes à manifestação;
3. A discussão e implantação de relações mais democráticas e mais transparentes no seio da manifestação e das relações dela com a administração pública;
4. As possíveis formas de contribuição da escola no levantamento e costura dos fios da memória do boi e na construção de um contexto que seja berço dessa memória;
5. Criação do Memorial do Boi – uma casa para o boi viver.

Percebemos nas vozes narrativas, e como sujeito de fala, que somos, a partir de nossa condição de participante e desta observação interativa que, desde o início do processo de Registro do Boi da Manta junto ao IEPHA, a partir do ano de 2019, a forma como vem sendo feita essa patrimonialização acaba gerando dificuldades à (re) construção de um contexto que seja berço da memória da cultura do boi.

Uma dessas dificuldades foi sentida por nós na fase de pré produção desta pesquisa, especificamente na etapa de convite aos selecionados para serem entrevistados. Ocorreu que, diante de nosso convite para nos conceder uma entrevista, alguns líderes do GFBMC enxergaram, em nossa entrevista coletiva, a possibilidade de transformá-la em uma ação de salvaguarda de iniciativa e execução da administração municipal e desse próprio grupo.

Então, nos foi sugerido convidar para participar da entrevista com organizadores da manifestação, funcionários e prestadores de serviço da administração municipal vinculados à Secretaria de Cultura. Também nos foi dito, como uma queixa, que havia um prazo para que

cumprissem a salvaguarda prevista para o ano em curso; e alguns membros se queixaram de solicitações de última hora para cumprir agendas e dos precários recursos disponibilizados pelo município para a realização dessas ações.

Recusamos a proposta, apresentando nossos argumentos quanto à natureza acadêmica deste trabalho; que seus possíveis desdobramentos em publicações, seriam, sim, uma ação de salvaguarda, mas de âmbito privado, empreendida por uma cidadã; que o poder público municipal, por meio de política pública institucional, deveria desenvolver suas próprias ações e/ou subsidiar as ações do grupo do boi e até mesmo quem sabe, as necessidades e desdobramentos desta pesquisa. A partir disso, ocorreu uma sequência de adiamentos a agendamentos acordados e de não retornos para atenderem nosso convite a nos concederem entrevistas.

Portanto, pudemos interpretar como presente em Confins, a partir dessa interação inicial com os organizadores do boi, funcionários e prestadores de serviço à administração municipal, a afirmação de Ornelas e Pereira (2007), quanto ao fato do Registro provocar alterações nas relações internas e externas desses grupos, sendo elas de variadas naturezas, indo das disputas pelo poder, até ciúmes de natureza mais personalística.

Em alguns momentos, a dubiedade de sentimentos por parte desses possíveis entrevistados nos chegou em referências à administração municipal e a alguns integrantes de seus quadros funcionais, bem como às exigências de cumprimento de agendas previstas como salvaguardas instiuidas. Ou ainda, em referências aos altos cachês pagos a bandas carnavalescas de palco em contraposição ao pequeno recurso disponibilizado ao GFBMC.

A referência à agenda de apresentações do grupo nos remeteu a afirmação de Ornelas e Pereira (2007.p. s/n),

(...) as indústrias cultural e turística agem sobre os grupos, cooptando-os a partir da remuneração eventual de suas atividades. Diante da possibilidade de sua manifestação cultural gerar retorno material, os grupos as transformam em mercadoria a ser vendida em forma de apresentações, oficinas e cursos, produtos turísticos, entre outros. As indústrias cultural e turística carregam nesse âmbito muita cumplicidade, cujo enlace tende a ser retroalimentado, a exemplo da venda de artesanato, passeios com apresentações folclóricas. (ORNELAS e PEREIRA, 2007, p.s/n)

Assim, pudemos perceber, ainda nessa fase de pré- produção, a precariedade do nível de discussões sobre os papéis que lhes cabem ou as formas mais ou menos democráticas e participativas como eles podem ser instituídos, no contexto de um bem patrimonializado.

Ficou para nós, bastante evidenciado, o quanto essa discussão é influenciada pelo tipo de relações presentes, notadamente nos municípios pequenos, como exemplifica Confins, onde o acesso a empregos e outras oportunidades de inserção social são entendidas como naturalmente perpassadas pelo poder político partidário local. O que identificamos é que os envolvidos na manifestação passam, ora consciente, ora inconscientemente, a agir como representantes do poder público. Outras vezes, devido à natureza dessas relações, se veem impedidos de manifestar opiniões, embora, em alguns momentos, tenham os envolvidos deixado transparecer um ambivalente sentimento de estarem sendo explorados, mas sem consciência exata de quem e quais processos instituídos viabilizam essa dita exploração.

Um participante narrador, com visão de fora da organização do boi, nos trouxe um aspecto do que acabamos de expor:

“Em cidades de menor porte e... e que, há uma, um controle com relação à formação cultural e às manifestações culturais... Até mesmo, considerar governo, sendo que deveriam considerar administração. É... consideram gestores quando deveriam se considerar administradores, parceiros. E os legisladores, pior ainda, eles se entendem executivo, do executivo, executores. Uma vez que o poder exercido por um indivíduo capaz de utilizar os bens da sociedade, sejam eles imateriais ou materiais, em benefício próprio, com finalidade escusa, de se autopromover, já começa a ser condenável.”. (Entrevistado nº 12)

Citamos um agravante da manipulação política, a que está exposta o GFBMC, e que refere-se ao citado por Ornelas e Pereira (2007, s.p.), “Recorrentemente, observa-se a criação de um mercado paralelo de produção cultural devido à ausência de capacitação dentro dos próprios grupos que permitiria aos seus membros se ocuparem da execução das tarefas burocráticas de forma eficaz, além de contribuir à sobrevivência material.”. No caso do Boi de Confins, a não legalização do GFBMC como pessoa jurídica, em algumas ocasiões, o impediu de receber subsídios do poder público, colocando o grupo sob gestão de terceiros.

Desse modo, entendemos que o ocorrido na fase inicial dessa pesquisa revelou, por um lado, a precariedade das discussões em nível local, em torno desses “novos processos” no sentido de “compreender melhor, a real extensão da proposta política de proteção das expressões do povo, dentro do sistema capitalista”, como pontuado por Ornelas e Pereira (2007. P. 55). Também ficou evidenciada a fragilidade da negociação e definição no âmbito do município, dos papéis atribuídos ao poder público, aos organizadores da manifestação e à

sociedade civil em geral. Isso facilita ao poder público isentar-se de seu papel formulador e executor de políticas públicas e, notadamente, dificulta que tais políticas, se formuladas, tenham mínimo caráter democrático e de transparência.

Um outro aspecto da patrimonialização refere-se à espetacularização do Boi de Confins, que vimos testemunhando nos últimos anos, somada a medidas de gestão que, vez ou outra, limitam tempo e espaço da agenda da manifestação e ocupam o tempo que antes lhe era destinado, com bandas de palco, vai construindo o caráter contemporâneo do Boi de Confins .

Em consequência, o que, originalmente, era uma ampla e livre manifestação de rua, se transforma em uma engessada agenda controlada por critérios permeados pelo foco em, por um lado, atender minimamente à reivindicação popular que quer o Boi da Manta na rua, a partir de recursos financeiros obtidos via Registro do Patrimônio/ICMS cultural; e, por outro lado, utilizando-se do atrativo regional e local “Boi da Manta” para realizar agendas carnavalescas mais extensas e consumidoras de maiores recursos financeiros. Nesse contexto, o tempo-espaço da pós manifestação, em que a população usufruía do encontro e conversas em torno das barraquinhas foi, segundo pudemos testemunhar, sendo substituído pela convivência com grande percentual de público de fora, atraído pelas bandas de palco. Essas bandas são apresentadas à população como atrativos para geração de renda para barraquinhas instaladas durante a manifestação, no entanto, nem todas elas, sendo exploradas pela população local.

Afirmamos com Chauí (2006) *apud* Ornelas e Pereira (2007. p.s/p.) que “As indústrias cultural e turística, representantes do capital privado, apropriam-se da cultura popular para nulificá-las em simulacros, ou seja, em encenações dos acontecimentos que são as manifestações.”. Reiteramos que Boi da Manta de Confins é, no contexto municipal, grande atrativo turístico, inclusive regional, movimentando o comércio estabelecido e as barraquinhas de comidas e bebidas. Estas últimas, esperadas, durante todo o ano, por alguns munícipes, por serem importante complemento de renda familiar. A partir de seu registro, esse é um aspecto que vem sendo objeto de ainda precária discussão e prospecção de futuro, no município em geral e mesmo entre os membros do GFBMC.

Por todo o exposto neste capítulo, afirmamos com Costa e Castro (2018, p.127),

a patrimonialização de bens imateriais não diz respeito somente ao registro e à tentativa de preservação dos costumes, dos modos de fazer e saber de um grupo ou comunidade, mas significa uma intervenção em todo um conjunto de relações concreta e imediatamente vividas por esses grupos e comunidades. (COSTA E CASTRO, 2018, P.127).

Não estamos negando a importância dos subsídios financeiros, pois,—Sempre que a crítica cultural se queixa de materialismo, promove a crença de que o pecado é o desejo dos homens por bens de consumo, e não a organização do todo que nega aos homens

esses bens. (ADORNO, 2009, p.50); nem afirmando que tal preocupação é posterior ao Registro, já que ela é inerente à subsistência dos grupos. Entendemos que as necessidades reais destes devam ser, por direito, satisfeitas. No entanto, a transformação das suas manifestações em produtos, a serem vendidos para suprir tais necessidades, consiste na sua inserção na lógica do trabalho, distanciando-se do atendimento de um direito adquirido. (ORNELAS e PEREIRA, 2007. s/p)

Essa questão do direito adquirido foi pontuada por um participante narrador em entrevista realizada em 2018, *“Num tinha negócio de ... ‘silitação’ pro boi da manta, eu acharia que isso aí num deveria tê. Que isso aí é um patrimonio já da cidade. Um patrimonio já da cidade, num deveria tê isso não.” (Entrevistado nº 5.)*

Em si, a manifestação do Boi da Manta de Confins vive acelerado processo de transformação, tanto quanto ao seu presente, como quanto à sua projeção de futuro. As novas gerações encontram-se sem acesso a programações de educação patrimonial mais ampla, desde 2018, quando o CERC e o projeto Voo Livre, iniciativas privadas sem fins econômicos, realizaram a última edição do Barracão e Cortejo Infante-juvenil, conforme já citamos anteriormente.

Afirmamos, portanto, com Ferreira (2006. p. 79), apud Costa e Castro (2018, p.126),

“Considerando que noções de tempo e identidade operam em conjunto para o reconhecimento de algo como patrimônio, e, mais do que reconstruir o passado supostamente conservado ou retido, a preocupação subliminar é garantir o presente e projetá-lo em um devir, a autora complementa que é fundamental ressaltar que o patrimônio é uma construção cultural, portanto, um jogo de escolhas e um espaço de conflitos. ”

Diante de todas essas definições e considerações, essa pesquisa, que veio reunindo elementos de acervo desde 1992 e sendo, desde então, acalentada, caracteriza-se como uma ação de salvaguarda de iniciativa particular. Por uma sincronicidade, teve a felicidade de ampliar e sistematizar sua contribuição quanto à trajetória do Boi da Manta de Confins, justamente nos primeiros anos após o registro desse patrimônio junto ao IEPHA. Tempo hábil para dar sua contribuição à construção de um porvir que valorize a essência da cultura do Boi da Manta.

“Resposta – muita habilidade” – como bem define a personagem Concessa, da autora e atriz Cida Mendes, ao conceituar o termo responsabilidade. E não só nossa, enquanto pesquisadora, mas de todos os atores culturais, políticos e administradores públicos da cidade. Diante desse tema, palco de tantos conflitos e contradições, tão caro à sociedade confinense e em acelerado processo de atualização, todos somos responsáveis.

6.4.3. Memória e o papel das crianças

A alegria das crianças que acompanharam o primeiro boi de Confins, confeccionado na presença delas, pelo Sô João de Paulo, em 1959 e o encantamento de sua esposa, nossa entrevistada nº 1, ao descrever como aquele boi foi confeccionado, foram a mesma alegria e encantamento que explodiram em uma das vozes narrativas sobre o barracão Infanto-juvenil realizado pelo Cerc/Voo Livre.

“E a meninada assim... era... era delírio, né! porque... gostavam muito! E ocê vê assim, aquilo acontecer, né. O sorriso dos meninos! E saber que depois de tudo pronto, era tão lindo!... assim, que os meninos colocavam os bois, assim nessa posição. Os chifres pra cá assim, né, nas, nas paredes. E, um atrás do outro... um atrás do outro! Era lindo, lindo!... Mais num era um, dois, dez meninos. Era muito menino! Pra trabalhar com bambu, com isopor, com colas, com fitas, barbantes, cordões, né, é ... gliter, brocal... todas essas coisas! Tecidos, muito tecido de chitão!... (...) Muitos bois, muitos bois, não só os grandes, os pequeninhos também, os de caixa, que ficava, né, punha um em cima do outro. Cada um mais lindo do que o outro, mais criativo!”. (Entrevistada nº 10).

Esse mesmo encantamento e alegria, diante do desfrutar e do experimentar a liberdade criativa, nos trouxeram as vozes narrativas de dois jovens participantes do barracão que, ainda crianças, atuaram como monitores em suas oficinas e são atualmente integrantes da fanfarra do boi. Esses participantes narradores também nos falaram de empatia, de reconhecimento das habilidades do outro, das delícias do compartilhar e fazer junto que o barracão do boi lhes proporcionou:

- *“Igual antigamente, que gente ia pro pasto, com dificuldade de achar cabeça de boi. Ia pro pasto e não encontrava. Eu memo, com meu primeiro boi, que eu fiz. Eu fiz de cabeça de garrafa, entendeu. E ficou muito bom!”*

- *“Essa eu vou até contar. Na verdade, fal... Agente como era primos, né. São cinco primos, a gente fez os bois lá, né. Pra gente sair. Que a gente não era tocador ainda. Só ele que tocava. È... é... a gente conseguiu lá as cabeça de boi lá pra colocar e faltou uma, faltou uma. Cumé que gente ia achar esse negócio no dia. Tipo assim, faltando poucas horas. Aí, João Victor, do nada, chega com um negócio de bam... de garrafa pet com roda de bicicleta, perfeito! Ou, idêntico! idêntico a, a uma cabeça de verdade. Quando colocou o pano que fez. Eu falei, cara, esse cara não existe, veio.*

Primeiro que o cara criou isso, em tres horas faltando, e... ou, e foi um sucesso aí! E eu lembro que, a gente chegou com essa ideia aqui no projeto, no Cerc, e casou super bem, assim... Tanaka ainda, que era um dos organizadores lá, falou, “cara, como é que ocês pensaram uma coisa dessas?” Falei, eu não, foi ele. O homem tá aqui, a cabeça pensante! Essa hora foi legal!” (entrevistado nº 6).

Nas manifestações narrativas dos dois entrevistados com visão de fora da manifestação, o papel das crianças foi também reconhecido:

“É... o papel das crianças seria, é... ter a continuidade de... de todos esses pontos positivos que a gente falou. É... se a criança já tá inserida nesse meio ela já está tendo ali um pertencimento, um convívio social. Um contato também com a cultura. E isso é passado de geração em geração, então é muito importante que seja um ambiente interessante pras crianças participarem também. E a participação delas é o que vai garantir a continuidade da, da festa popular. É ... caso contrário num tem, é... continuidade porque aquilo vai se perdendo. Então, a partir da tradição, e sendo uma coisa que é recorrente, que é feito em famílias e tudo. E que as crianças participam. É isso tudo faz parte da construção e da consolidação dessa tradição.”. (entrevistado nº 11).

Em todos os sujeitos de fala com um olhar de dentro da manifestação do boi, pudemos constatar, em algum grau, a autovalorização das próprias experiências/ações enquanto atores sociais. Não identificamos nenhuma autocritica quanto a possíveis impactos, positivos ou negativos, dessas ações no porvir do boi. Exceção única, e ainda assim referente exclusivamente à valoração positiva, foi explicitada por uma participante narradora sobre as ações do Barracão e Cortejo Infanto-juvenil realizado pelo Cerc/Voo Livre, conforme trecho abaixo transcrito:

“Por que isso? Porque a gente já tinha ido a alguns desfiles do boi e a gente viu que... Percebemos que aquilo estava se perdendo. (...) E... e aí fizemos as oficinas. Essas oficinas, né, era o barracão do boi. Que a gente fez durante dez anos. Desfilamos com esses meninos, né, com os boizinhos... Confeccionados por eles, com a ajuda nossa, ajuda das mães, dos pais, né. Dos menino também da fanfarra... (...)”

E nesse período, né, deu uma... uma... um “Api”, um... é... as crianças começaram a se interessar por isso.”. (Entrevistada nº 10).

Outros participantes narradores, integrantes do grupo entrevistado em 2024, também avaliaram como positivas as ações do Barracão e Cortejo Infanto-juvenil do Boi da Manta realizado pelo Cerc/Voo Livre,

“- Eu pude também fazer parte do barracão do boi, né, então esse interesse meu... em ao longo do tempo, de participar do boi da manta, ele vem por conta do barracão do boi, né. Que desde novo eu fiz parte, e tô até hoje, né, na equipe. (Entrevistado nº 6). (Equipe a que entrevistado faz referência é a atual comissão organizadora vinculada ao GFBMC.).

- Quando chegava a época mesmo do boi da manta, o próprio projeto, que era do Cerc, Voo Livre, né, que era o daqui mesmo, com a Bete, entendeu. Era muito bom, as pessoas vinham. Assim... e era à ríviria!!!!.....” (Entrevistado nº 7)..;

“Eu lembro muito do barracão, quando a Luisa e a Bete convidava a gente pra ir..., entendeu. Tinha os grupos... Eu lembro, tipo assim, tinha o professor Tanaka pra ensinar a gente, mas às vezes, tipo assim, ele voava um pouco das ideias. Eu, já chegava mais no centro, tipo assim, o que era mais ou menos os detalhes do boi da manta, entendeu. A gente ajudava muito... e ajudava as crianças também, que vinha, que participava. A Luisa e a Bete dava todo apoio pra gente, entendeu.” (Entrevistado nº 7)..;

“Muito por causa dessa instituição que eu mencionei, o Cerc, graças à Bete, e à Luisa, que fizeram manter viva essa tradição, até pras crianças que chegaram depois. Então é uma coisa, que com muito orgulho eu mantive a li, tanto participando de oficinas, pra aprender de forma prática como que funcionava, quanto depois tendo oportunidade de através do boi, me descobrir como profissional de produção cultural. (...)E como produtora, eu atribuo cem por cento ao boi. Que foi quando eu entendi que, é, o meu trabalho era válido, poderia ser remunerado e que isso poderia contribuir para a história da cidade. E pra manter viva a memória do boi e

consequentemente a memória do meu avô. (...). Isso rendeu frutos e eu consegui enxergar de forma palpável o meu trabalho (...) tanto esse trabalho como produtora quanto as outras oportunidades que eu tive. Inclusive uma delas foi de fazer uma pesquisa sobre a história do boi, com captação de imagem, de áudio, de material, de coisas realmente que tornam tangíveis a história do boi. (...) se não fosse o Cerc, se não fosse todas as iniciativas do próprio barracão do boi em si, que foi por anos, todas essas iniciativas que eu falei, eu não acho que só com o que eu tinha de bagagem da escola eu teria a consciência que eu tenho hoje. Mesmo tendo raízes muito fortes dentro da própria organização do boi, desde criança. (...) toda a dimensão que o boi tem, e que eu sinto que tá se perdendo ao longo do tempo, é muito pela ausência, depois que não tínhamos mais isso, de reiterar mesmo, bater nessa tecla, da história, da continuidade. E de forma prática mesmo, como que faz um boi? Essas crianças, jovens de hoje, não sabem, como que eu faço um boi? Como que eu posso fazer um boi? Eu posso fazer um boi de material reciclado, eu posso fazer um boi de bambu, eu posso fazer... eu posso usar o tecido tal, eu posso fazer o chifre de tal forma. (...) O próprio barracão trazia isso, né, assim, de... ser justamente um orientador, um norte pra essas crianças, pra esses adolescentes. Desde lá, como que você pega uma caixa de papelão e transforma em um boi. Até no meu caso, que é, fazer um projeto de pesquisa, captar esse material, tê isso roteirizado e depois ainda escrever histórias com isso. Que ainda tive essa oportunidade de escrever histórias com isso. É, então assim, de toda a história que eu tenho com o boi, de toda a referência que eu tenho, com tanto carinho, eu tenho também uma preocupação muito grande de que isso se perca, pela falta da gente ter esse tipo de projeto. (...). Porque eu acho que se o Cerc não tivesse tido essa iniciativa, talvez eu nem tivesse aqui falando.”. (Entrevistada nº 8).

Nas vozes narrativas de todos os entrevistados em 2024, a valoração positiva do trabalho do barracão foi contraponto de uma forte e veemente contestação quanto à ausência, desde 2019, de um trabalho de educação patrimonial junto a crianças e a adolescentes. Alguns desses sujeitos de fala pontuaram e reconheceram as consequências dessa ausência para a perda de essência dessa manifestação cultural. Eles associaram essa falta à ausência de boizinhos e à menor participação de crianças durante a manifestação:

“(...) já diminuiu muito, Cê vê uma, duas crianças com boi. Isso é muito triste. Muito triste. (...) num preciso nem entrar no impacto que isso tem socialmente, pras crianças que não tão ali no boi. Elas tão em algum lugar, fazendo alguma coisa. Que que essas crianças tão fazendo, sabe? Então eu acho que são muitos incentivos, pra coisas negativas pra essa geração de agora. E que a manutenção do boi no entendimento do boi como uma instituição tradicional e que deve ser continuada, é importante pra chamar atenção dessas crianças, desses adolescentes pra isso. Que no futuro pode ser inclusive uma profissão, igual virou pra mim. ” (Entrevistada nº 8)

“(...) este trabalho de dar continuidade, de mostrar a história, todo ano, né. Por mais que pareça repetitivo, mas ela tem que ser repetitiva, pra continuar. (...) o projeto Voo Livre que é do Cerc é que dava essa continuidade pra gente. ” (Entrevistado nº 6);

“ (...) se ocê pedisse um menino de dez, sete, dez anos pra fazer. Ele fazia lá um triangulozinho, colocava o bambu, assim... Tipo assim, te mostrando que sabia fazer. Hoje em dia, ele fica com dúvida, o que que é um boi da manta, entendeu.” (Entrevistado nº 7);

“E... uma coisa que eu observo, ao longo dos anos, que eu atribuo muito, a justamente a ausência na cidade, de uma referência como era o Cerc. (...) eu sinto falta disso hoje, porque eu tive isso na minha infância, na minha trajetória. E eu sinto que hoje o que o boi precisa é... é ter justamente essa construção de uma continuidade. É... de resgatar essa memória, de uma forma que as crianças e os jovens, que tão agora na cidade, entendam a dimensão cultural e histórica que o boi tem pra cidade.

(...) essa dimensão cultural e tradicional que o boi tinha antes, eu sinto que tá se perdendo ao longo do tempo. E eu atribuo isso muito a ausência de realmente uma instituição, ou alguma referência institucional, pessoas que consigam é trazer isso pra essa criançada de agora. Porque isso fez toda a diferença pra mim, quando eu era criança, quando eu estava no meu processo de formação. Fez toda a diferença, pra mim entender isso, que tivesse ali o Cerc, que tivessem pessoas preocupadas com isso, que tivessem iniciativas de incentivo realmente a isso. E hoje eu sinto muita

falta. e eu acho que isso é um grande gargalo, é um grande risco, que o boi tem de perder força, realmente ao longo dos anos. Justamente, porque as gerações que tão vindo agora não tem essa propriedade, elas não tem essa... essa... força, essa percepção apurada do que que é o boi para além daquela festa que acontece em janeiro. Então, isso é uma coisa que eu sinto muita falta, hoje.”; (Entrevistada nº 8).

“ Mais tá fazendo falta. Interagir mais com as crianças com os adolescentes, que estão chegando agora. Prá que esta tradição continue.(...) Ocê teria que ter um projeto voltado pras crianças. Porque as crianças acabam, que elas gostam mais da folia do boi, do que os próprios adultos. Tem pais que ocê não vê na rua! Mas no dia do boi da manta, na época de boi da manta, você vê eles na rua. Por que? Eles vão pra leva os seus filhos, que fazem eles saírem de casa.”. (Entrevistada nº 9).

Um fragmento de nossa memória pessoal perpassou, insistentemente, nosso pensamento enquanto redigíamos este capítulo. E permaneceu insistindo em fazer parte deste trabalho, até quando terminamos a redação das Considerações Finais. Então nos rendemos a ele, retornando até esse ponto de nossa escrita, para lhe conceder espaço de manifestação. Esse insistente fragmento de memória, desfila em nossa tela mental cenas por nós assistidas ou narradas em sua contemporaneidade, por participantes do barracão infanto-juvenil, ocorridas na década de 2010. Em diversos pontos da cidade, nos quintais, garagens e varandas, crianças costumavam reunir-se para construir seus boizinhos, a fim de ajudar e ensinar os que ainda não sabiam construí-los, para fazer os boizinhos para seus amiguinhos e parentes menores, para finalizar algum boizinho que não pode ser finalizado a contento na programação do barracão infanto-juvenil. Mães e familiares dos participantes do barracão infanto-juvenil levavam para casa material para confecção de boizinhos, sempre que o tempo disponível não fora suficiente para que fossem construídos naquela oficina.

À insistência desse nosso fragmento de memória, agradecemos a ideia que nos surgiu de ser estruturada e, por algum grupo cultural, executada: a realização de uma modalidade de Barracão infanto-juvenil itinerante, em pontos públicos da cidade. Uma sugestão que já apresentamos, antes mesmo da apresentação deste TCC à aprovação da banca acadêmica, à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

6.4.4 Memória e um olhar sobre o gênero

Como narramos anteriormente, não obtivemos a adesão como entrevistadas desta pesquisa, das mulheres familiares de líderes da organização do Boi da Manta. Diante desse fato, gostaríamos de pensar que todas aquelas que contatamos, no espaço de sua autonomia, assim decidiram por seus próprios motivos, que não nos foram revelados, por estarem ou não de acordo com os motivos, também não explicitamente revelados, que levaram à não adesão dos homens de suas famílias.

No entanto, precisamos pontuar que, com algumas delas, em primeiro contato, encontramos três situações. Embora essas situações não tenham nos permitido conclusões, pudemos interpretá-las como uma possibilidade de que representem um sinal de reduzido espaço de liberdade de expressão e autonomia feminina, para se narrar enquanto participante da manifestação do Boi da Manta de Confins, por um lado. Por outro, sinalizam que essas mulheres não alcançaram a importância ao papel que desempenham, seja no sentido de caracterizá-lo como expressão de gênero ou não.

No primeiro contato com cada uma delas, fizemos o convite para concessão da entrevista, de forma pessoal em visita a duas residências e um local de trabalho, na ausência dos homens seus familiares. A primeira mulher contatada nos respondeu que dependia da autorização do marido. A segunda mulher aderiu, de imediato, à concessão de uma entrevista, inclusive se comprometendo a contatar algumas outras para uma entrevista em grupo e nos comunicar a data e a hora para nosso encontro.

Em ambas as situações, os maridos nos comunicaram, posteriormente, que eles mesmos organizariam, cada um por sua vez, um encontro para as entrevistas. Uma terceira contatada nos informou que gostaria de conceder a entrevista, mas que, primeiro precisava conversar com um dos homens da família. Com a decisão na mão, todos esses homens passaram a prometer a organização dos encontros e em seguida adiar, adiar, e novamente os adiar.

Todavia, não podemos deixar de registrar, a partir de nosso lugar de sujeito de fala, enquanto agente cultural e enquanto participante narradora, o papel que, no geral, as mulheres da cidade vêm, desde sempre, e muito antes das ações do barracão infanto-juvenil, desempenhando no incentivo à cultura do boi junto a suas crianças. Seja em ações individuais ou ligadas a outros grupos, confeccionando boizinhos no ambiente doméstico ou não, ou seja, contribuindo para que estejam presentes à manifestação. Para além disso, sempre desempenharam, no exercício de várias funções de produção, importante e fundamental papel por trás da cena que coloca o boi na rua. Esperamos em alguma oportunidade, poder dialogar com elas quanto a essas funções e como percebem seu papel na manifestação do Boi de Manta.

A não adesão das três mulheres e de suas possíveis contactadas a esta pesquisa, não impediu que as vozes narrativas que aderiram à pesquisa identificassem a contribuição das mulheres ao longo da caminhada do boi. Uma contribuição que, inclusive, em alguns períodos dessa caminhada, participantes narradores nos apontaram que fizeram toda a diferença no sentido de embalar o berço cultural do boi. Ou seja, algumas vozes narrativas nos permitiram apontar que ações femininas contribuíram para fortalecer um contexto cultural que, em algum aspecto, se fez berço da cultura do boi por um determinado tempo. Tempo esse coincidente com as ações do Barracão e Cortejo Infanto-juvenil Cerc/Voo Livre. Exemplos disso são as falas que transcrevemos a seguir:

“A história dos, do boi contada pela Ana Clara, nas escolas, foi também muito bom. Porque... várias coisas do boi, as pessoas não sabiam, e ficaram sabendo a partir de: dessa contação de história da Ana Clara.”. (Entrevistada nº 10);

“ Com relação ao papel das mulheres e das crianças, né, na historia do boi, enfim. Eu posso dizer, com propriedade, dos últimos anos, dos meus 25 anos aí, né... Pelo menos dos últimos 20, que é o que eu tenho memória. Não só no boi, mas em várias das iniciativas propostas, e aí não tem como não falar do Cerc de novo. Eu sei disso, que isso é uma coisa que eu sempre observei muito, um papel muito ativo das mulheres. Das mães. E das outras mulheres do município, que as vezes não eram mães de alunos, mais que se envolviam. Uma união mesmo, que eu vejo, feminina, em torno de determinadas coisas, e isso ficava muito claro pra mim. (...) É era sempre muito claro pra mim, como que essa união, principalmente feminina, fazia o negócio acontecer, também. Começou lá atrás, né, com a Lu e com a Bete, né, nessa iniciativa, duas mulheres, E aí uma sequência de mulheres que se uniam e faziam acontecer, mesmo que em vários momentos tinham várias dificuldades, que às vezes limitassem isso. É isso pra mim sempre foi uma referência muito grande. E aí, paralelamente, essas crianças, né porque, essas mulheres que estavam ali, majoritariamente eram mães, mães das crianças que estavam fazendo parte desse projeto. Então... sempre uma força muito feminina, presente, na história do boi em si, na forma de viabilizar isso, de acontecer, de pensar, e de realmente tá ali dando uma continuidade, com as crianças, né.”. (Entrevistada nº 8);

“Essa... passagem das mulheres, tanto no projeto, como no boi da manta, né, o ba... A gente sabe, por exemplo, até hoje as mulheres fazem as comidas, as mulheres estão na comissão de frente, as mulheres, né, que tão lá embelezando, né, e... e... sorrindo para todos. É de grande importância, é de grande valia isso, né.”. (Entrevistada nº 10).

Em uma outra voz narrativa, pudemos identificar como o universo masculino se impõe nas relações entre os que organizam a manifestação do Boi da Manta. Ao reconhecer o papel das mulheres, esse participante narrador o associou apenas a funções que, tradicionalmente, são vinculadas ao universo feminino, como a cozinha, a dança e a estética. Quanto às definições estéticas, utilizou o termo “palpites” para narrar a contribuição das mulheres, denotando que a decisão não lhes cabia. Esse mesmo sujeito de fala, enunciou que “acha” que no início do boi o papel das mulheres era maior, por ter mais alegorias e dançarinas na manifestação. Essa voz narrativa, por um lado, nos trouxe novamente a constatação do poder masculino que rege a organização do boi, conforme já havia nos sinalizado, o episódio da dependência de algumas mulheres quanto à decisão de aderir a essa pesquisa. Um trecho dessa voz confirma essa análise narrativa:

“O papel das mulheres, né. No princípio do boi era maior, por conta de tê, acho que alegorias, né, tinha mais dançarinas e tudo. Hoje em dia, as mulheres, elas trabalham e as crianças, né, também, tanto na questão do montante de pessoas, né, enquanto tá participando lá, no dia. E as mulheres, em si, na parte da cozinha, né, na parte da... da... de palpites assim de... de... estética, como que vai ser... as cores que vão ser usadas. Já que a gente, a gente, nós homens, né, a gente fica mais por conta da bateria, a gente fica por conta mais de logística, né, de ... de carregar instrumento, conserto, manutenção. Então tem dessa distribuição, entre mulheres, criança e homem. É muito bem organizada, graças a Deus.”. (Entrevistado nº 6).

O papel das mulheres do boi, enquanto referência feminina a partir de diversos lugares de identificação de gênero, pudemos identificar nas narrativas abaixo:

“eu me sinto uma artista, quando eu tô dançando no boi. Porque as crianças, as menininhas, pequenininhas, tudo se espelham em mim. Então, muitas falam que quer crescer rápido, pra dançar como eu. Me pede pra ensinar a dançar. Aí eu chego lá,

quer usar o meu brilho, que tá no meu corpo, quer usar a minha maquiagem. Pede a mãe pra pintar a unha igual. Quer um sapato igual. Eu escutei muito isso, esse ano. Muita coisa! Eu pinteí minha unha de gliter, cada dedo com uma cor. A mãe chegou pro mim lá, e falou assim, è, è, “você me fez comprar um esmalte pra cada dedo, pra minha filha. Porque ela queria aparecer aqui hoje com esse esmalte igual tá na sua mão. Então isso, è, é gratificante.” (Entrevistada nº 9);

“eu lembro de ter não só essa referência feminina cis, mas eu tinha também, a Júlia, sempre foi uma imagem muito marcante pro boi, e ela era uma mulher trans. Então,,, Apesar do grupo do boi ser formado majoritariamente por homens. O que é muito engraçado, né. Porque realmente a manutenção dessas coisas ao longo do tempo, e principalmente desta referência pras crianças, pra mim enquanto criança e pra mulher que eu sou hoje, começou com duas mulheres, Luisa e Bete.”. (Entrevistada nº 8).

Nossa condição pessoal de mulher e nossa orientação sexual inscreveu essa pesquisa no campo do protagonismo feminino e do protagonismo do universo LGBTQIAPN+, reforçando o papel do feminino no embalo do berço da cultura do boi, que essa pesquisa também representa, conforme interpretamos a partir do pontuado pelas seguintes manifestações narrativas:

“É, então assim, pra manutenção histórica mesmo, e cultural do boi, é importante que tenha, não é só importante. É essencial, que tenha esse tipo de registro, que tenha esse tipo de iniciativa, pra ter realmente essa continuidade. Então eu agradeço por esse espaço de poder falar e poder deixar aqui um pouquinho da minha percepção.”; (Entrevistada nº 8);

“Eu gostei muito de ter participado dessa entrevista hoje, né. Fui convidada por Bete e Luisa, pra, pra estar dando essa entrevista, né, como rainha da bateria do boi da manta de Confins, hoje. E, e assim, me senti muito lisonjeada, estou lisonjeada com este convite, porque a gente deixa um legado, né. A gente deixa um legado. E eu acredito que eu construí esse legado, é, esse tempo todo que eu faço parte da história de Confins, no carnaval. E é muito bom. É muito bom, e assim, é gratificante você ser lembrada, em vida, né. (...) E a gente vai com a certeza que fez parte da história. Então, é gratidão, gratidão por essa dedicação, por esse convite.”. (Entrevistada nº 9);

- *“De gravar? Difícil, né, ficar assim pra câmera. É complicado. É... é mais por conta de ...Que eu tinha falado, né, da tecnologia tá ajudando a gente. Essa entrevista pode ser passada,”. (Entrevistado nº 6).*

- *“ de gerações em gerações.” (Entrevistada nº 7)..*

- *“daqui a cinquenta, até cem anos, que talvez o que eu tô falando hoje, uma pessoa lá na frente vai ter o entendimento que eu fiz o meu papel, hoje, no boi da manta. Então, é.. eu achei muito interessante a ideia do pessoal do, da Cerc, da Luisa e da Bete, em especial. E fico muito feliz de fazer parte, da entrevista.”.; (Entrevistado nº 6).*

“ Nós ficamos na história de Confins! Isso é muito importante, né, pra nossas família... futuramente, ver essas matérias aí, então pra nós vai ser muito, muito bom.”. (Entrevistado nº 3).

No geral, o que percebemos foi que havia entre os entrevistados precária reflexão quanto ao papel das mulheres no Boi da Manta. Essa percepção foi fortemente reforçada pela surpresa que manifestaram os entrevistados diante da pergunta de número 9: “Na sua opinião as mulheres e as crianças e os adolescentes têm ou tiveram em alguma época um papel na manifestação do Boi da Manta? Qual? Como se dá ou se deu esta participação?”

Também, de nossa parte, confessamos que embora tivéssemos como hipótese o papel significativo das mulheres nas ações de fomento à cultura e manifestação do boi da manta e, a partir disso, tenhamos estabelecido o papel das mulheres como recorte desta pesquisa e formulado essa pergunta; igualmente tínhamos uma consciência bastante limitada do alcance desse papel.

Assim, apenas após termos realizado as entrevistas, lido essas vozes narrativas transcritas; tivemos consciência mais ampliada do papel das mulheres e das consequências de suas ações. Os participantes narradores e nosso pensamento narrativo nos conduziram a descobrir essas mulheres como protagonistas na construção de um contexto, em si mesmo, minimamente berço cultural, no presente e no porvir do boi, pelo menos no intervalo de tempo em que era realizado o Barracão e Cortejo Infanto-juvenil do Boi da Manta do Cerc/Voo Livre. Nesta ação de protagonismo, atuamos junto a outras mulheres, concebendo a iniciativa e na função de gestão e produção, como já dissemos na introdução deste trabalho.

Por isso, recebemos como um presente pessoal e coletivo, o foco de luz que essa pesquisa jogou sobre o significado desta atuação cultural. Um conjunto de ações propostas e coordenadas

por mulheres. E executadas, equitativamente, por mulheres e homens. Por via deste pensamento narrativo, entendemos que essa pesquisa corroborou que as entrevistas que deixamos de realizar, conforme já explicitamos, com as mulheres que executam ações junto à organização do boi, podem, caso venham a ser objeto de pesquisas futuras, também nos trazer surpresas edificantes para a cultura do presente e do porvir do boi.

Entretanto, entendemos que as reflexões e os reconhecimentos quanto ao papel do feminino no Boi da Manta de Confins, pontuados por esta pesquisa, não representam superação da “posição de espelho da presença dos homens” que as mulheres tradicional e historicamente desempenham, inclusive, como atestam vários trabalhos científicos, no âmbito da cultura nacional do Bumba meu Boi, da qual certamente originou-se o boi da manta. Elas ainda estão e estarão na posição de espelho, enquanto se mantiverem por trás da cena e sem atitudes protagonistas.

O termo “posição de espelho”, tomamos de empréstimo à formulação de Albernaz (...),

“As posições das mulheres eram referidas, mas principalmente como espelho da presença dos homens, sendo colocadas como *naturalmente* acompanhado os homens durante as apresentações da ‘brincadeira’, bem como nos espaços privados de produção do folguedo, tais como: confecção, guarda e preservação das indumentárias, e na produção de alimentos em algumas festas. ”
(ALBERNAZ, *apud* p..126)

Mas, em Confins, o protagonismo de mulheres que inauguraram e mantiveram com a colaboração de inúmeras outras mulheres, por uma década, o Barracão e Cortejo Infante-juvenil do Boi da Manta, **uma ação de protagonismo feminino**, significou um reposicionamento do papel feminino, pelo menos neste intervalo de tempo, no contexto da cultura masculina da manifestação. Ou seja, tiveram seu papel próprio, saíram do de trás da cena, deixaram de ser espelho.

Nosso pensamento narrativo buscou aplicar a metáfora da mulher como espelho à sua própria atuação protagonista, investigando o que nessa posição a ação feminina refletiu. O que encontramos refletido no espelho (dessa mulher reposicionada como protagonista), foi um outro protagonismo, o protagonismo infante-juvenil, fundamental à cultura do boi

Numa analogia, nosso pensamento narrativo reconheceu que esse protagonismo feminino, específico do barracão do boi, iguala-se ao papel também protagonista da personagem Catirina, pivô do tema do Auto do Boi, origem dessa manifestação cultural. Curiosamente, no auto, é Catirina a personagem que mobiliza a partir de seu desejo manifesto, todas as ações e coloca o Boi como centro delas. O barracão, enquanto ação de educação patrimonial também colocou o boi no centro da manifestação e para além disso, prospectou seu porvir junto as novas gerações.

Em Confins, a grande boneca, alegoria de Catirina, conforme nos apontaram os participantes narradores desta pesquisa, nem sempre esteve presente na trajetória da manifestação do Boi da Manta. No

entanto, a metáfora da Catirina esteve multiplamente presente na grande variedade e quantidade de homens travestidos de mulher, durante as manifestações, situação entendida por nós, como reflexo da majoritária "posição de espelho dos homens" que as mulheres protagonizaram, na maior parte da trajetória dos então 65 anos, dessa manifestação. Assim interpretamos, pelo menos no âmbito dessa pesquisa, pois nas narrativas, não encontramos citações de "Catirinas" confeccionadas por homens. São marcas e experiências que podem ser objeto de pesquisa futura.

Nos anos em que os sujeitos de fala desta pesquisa fizeram referência às alegorias de Catirina, o narrado foi terem sido feitas e vestidas por mulheres, conforme pode ser verificado nas narrativas do entrevistado de número 5 e da entrevistada de número 10, já transcritas neste trabalho em outro contexto, mas que aqui transcrevemos novamente:

“nós tinha uma bonecona grande, era até a dona Maria (...) que andava nessa boneca, faleceu também (...) foi nós desistimo, paramo que ninguém teve aquela boa vontade mais de vestir “. (Entrevistado nº 5);

“E, dessa... dessa confecção do boi, a gente fez também os bonecos, né! Pediram homenagem ao Vavá... à Julinha, né. Mas bem anterior a isso, a gente fez uma boneca... bem antes mesmo, que desfilou no boi. Depois essa boneca, a gente levou pro galpão que a gente tinha, na, na... ali em frente a minha loja. Essa boneca ficou lá por um bom tempo. E depois a gente fez uma segunda boneca. Boneca, gigante! Catirina!... Que a gente colocou na praça, né. Ali... perto do Sicred, onde é o Sicred hoje. E a terceira boneca que a gente fez, é... ficou por um bom tempo na, na... no coreto, na praça.”. (Entrevistada nº 10).

A ausência de uma alegoria de Catirina nos fez pensar no significado de sua presença. Se a alegoria de um boi remete, como vimos neste trabalho, a um imaginário de tão alegre encantamento, que outros maravilhamentos e pensamentos sobre o papel da mulher na sociedade, a alegoria de Catirina poderia também despertar, estando permanentemente presente na manifestação?

6.4.5 Memória e o olhar sobre a escola

Diante da pergunta de número 8: ‘Na escola você aprendeu sobre o Boi da Manta em

Confins? E sobre a História do Boi da Manta no Brasil? Como foi este aprendizado? ', observamos uma enorme surpresa entre os três entrevistados jovens, na faixa entre 23 a 25 anos de idade. Esses participantes narradores, sem qualquer referência à esfera nacional, falaram da ausência do boi, enquanto tema e projeto específico na escola. Elas foram unânimes na afirmação de que sua presença se dava de forma pontual nas épocas do calendário da manifestação, como pode ser verificado nos trechos abaixo transcritos:

“Escola? Na escola municipal ou estadual? Era mais, por exemplo, na época da escola, por exemplo, como o boi da manta ele se inicia talvez na primeira semana da escola, então, era mais uma questão de, por exemplo, a escola só divulgar mesmo. “Ó... tá tendo o boi da manta, cês tão indo? Cumê que tá a expectativa esse ano? Tá gostando? É mais isso, porque o boi da manta ele começa antes da escola. Então como fazer dentro da escola? Aí, às vezes tinha no meio do ano, ou no final do ano, alguma coisa assim, é... é... como matéria história, de história, geografia também. Eles colocavam isso pra , pra entrar na matéria mesmo, pra acrescentar na matéria. Uma coisa de é... é... de acrescentar mesmo. Num era tão...”. (Entrevistado nº 6).

“Eu acho, tipo assim, igual, hoje em dia, como as escolas não trabalham,”. (Entrevistado nº 7).

“(...) eu estudei, muitos anos, na escola municipal e depois fui pra escola estadual lá do município mesmo. A escola era mais um papel de mencionar mesmo, o projeto do boi. Mais, levava muito pra esse sentido pontual do ano. Que eu acho, que o boi não é só isso, eu acho que ele acontece o ano todo, de diferentes formas.” (Entrevistada nº 8).

A mesma escassez de abordagem da cultura do boi na escola foi também apontada por uma participante narradora, à época da realização da pesquisa, com 50 anos de idade:

“Então, era pouco, era muito pouco na minha época de escola.”. (Entrevistada nº 9).

A voz narrativa, abaixo transcrita, falou de uma outra forma da presença do boi na escola, além da simples referência a seu calendário de manifestação, apontado nas vozes narrativas já citadas:

“(...) Já entra o mês de carnaval, eles já entram no tema, no tema do carnaval. Inclusive alguns integrantes do boi da manta, eles são convidados pra ir na escola levar o boi da manta pra eles conhecerem, né. Porque cada dia tem uma criança nova.” .” (Entrevistada nº 9)

Pelo que essa narrativa explicitou, com foco na apresentação do boi a crianças que o desconhecem, o que havia era uma ação pontual na referida escola. Embora esse participante narrador não tenha mencionado, pudemos interpretar que a expressão “cada dia tem uma criança nova”, se referiu a crianças que atingem a idade escolar e àquelas recém-chegadas ao município.

Há que se indagar: em que medida a escola corre o risco de tornar-se apenas cessionária de espaço público, para o cumprimento de exigências puramente institucionais de salvaguardas patrimoniais? Isso porque tais agendas de visita de integrantes do GFBMC às escolas, em especial, a partir do processo de registro, quase sempre cumprem, como é sabido, planos de salvaguarda. Qualquer ação é melhor que nenhuma, no entanto, não podemos desconsiderar o que a conceituação adotada por essa pesquisa pontuou em seus resultados, quanto à espetacularização de uma manifestação popular.

Melhor dizendo, a partir da folclorização que faz dela um espetáculo, ela vai se distanciando do lugar de vivência, capaz de construir atualizações que, no presente, prospectam seu porvir e assim se faz berço de sua memória. Estamos falando, de alguma nuance de espetacularização folclorizada que visitas pontuais à escola podem significar, em um contexto cultural pouco caracterizado como berço da cultura do boi, conforme essa pesquisa também constatou. Assim, este formato de salvaguarda, pouco contribui para o embalo do berço da cultura do boi.

Entendemos que a manifestação do boi em Confins é folclore vivo, patrimônio em constante processo de resignificação, a cada tempo-espaço deste território. Nossas próprias ações, enquanto proponente e gestora do barracão e cortejo infantojuvenil do Cerc/Voo Livre, podemos afirmar, contribuíram no sentido da folclorização e resignificação dos acontecimentos do Boi da Manta.

O que pontuamos no parágrafo acima refere-se à fragilidade de apresentações não agregadas de possibilidades de que o sujeito possa experimentar, vivenciar, memoriar. Sem o experimentar, torna-se frágil a contribuição para o debate patrimonial e para a construção de um contexto berço dessa cultura.

Fazemos nosso o entendimento de Calaça at ali, (p.40), sobre o conceito de folclore,

“É ele uma espécie de brincadeira com o tempo: traz de volta o passado, recebe influência do presente e remete a uma visão de perspectiva do homem, a um só tempo, fazendo-nos pensar que o que no Oriente se chama “tempo em espiral”, dinâmico, eterno movimento, diverso do tempo linear, ocidental, limitado por um princípio, meio e fim de todas as coisas.”. (CALAÇA at ali, P.40).

Esses autores seguem citando Ives Pelicier, para quem, “dentre as funções do folclore, uma seria nomear as coisas, conferir identidade aos povos, às regiões a que pertence. Outra, seria de teatralizar o afetivo, o emocional e o espontâneo.”. Entendemos que nada disso é possível sem o vivenciar.

Tomamos de Rocha (1996) apud Freitas (2006), a noção de que por meio da tradição o fato folclórico preserva a memória cultural e pela oralidade é entendido por todos. A aceitação coletiva o torna parte da cultura coletiva. Desta forma, segundo este autor, “pela vulgaridade” não há grupos ou elite. Ou seja, qualquer um pode praticá-lo.

Souza (1999), apud Freitas (2006), nos alerta que o fato folclórico unicamente espetacularizado, é simples espetáculo, ocorrendo que “... os portadores do folclore desvinculam-se da tradição...”. Nessa situação, o fato perde, inclusive, seu status de fato folclórico, torna-se encenação sem vida e lastro no presente.

Uma das participantes narradoras citou a importância e resultado da contação de história, realizada nas escolas pelo CERC/Livre no ano de 2018. Essa enunciação narrativa refere-se ao resultado das entrevistas realizadas naquele ano e que integram esta pesquisa. No entanto, também esta foi uma ação pontual. Neste trabalho, já citamos em outro contexto, este trecho de voz narrativa, mas o transcrevemos novamente aqui:

“A história dos, do boi contada pela Ana Clara, nas escolas, foi também muito bom. Porque... várias coisas do boi, as pessoas não sabiam, e ficaram sabendo a partir de: dessa contação de história da Ana Clara.”. (Entrevistada nº 10).

Os participantes narradores também disseram, explicitamente, que entendiam como importante e como tarefa da escola um projeto que abordasse o tema em seu aspecto de tradição, em sua história e significado, conforme trechos abaixo transcritos, nos quais os grifos são nossos:

*“(...) hoje em dia, como as escolas não trabalham, eu acho muito importante começarem a trabalhar isso, entendeu. Principalmente na época, pra ensinar o que **que é boi da manta**, entendeu. Tipo assim, procurar alguma especificação, tipo assim, de um professor, não um professor, quem já é mais entendido. Levar nas*

escolas, pra **contar um pouco sobre essas história**, entendeu. Pra apresentar algum **projeto**, igual tinha da, do Voo Livre, entendeu.” (Entrevistado nº 7)

“(...) eu estudei, muitos anos, na escola municipal e depois fui pra escola estadual (...) Eu sentia falta de ter na escola **algum projeto, alguma iniciativa, ou no próprio projeto pedagógico, no próprio programa pedagógico** da escola, algo **que situasse os alunos com relação à história do boi, é... a tradição do boi**. Enfim, realmente alguma coisa **que enraizasse a história do boi**, né, assim no conhecimento dos alunos, eu acho que isso é muito importante.” (Entrevistada nº 8)

“Mas eu achava que tinha que ser **tema de escola**. Tinha que ser tema de escola. Não só o boi da manta, é, é, faz parte de cultura da cidade, como o conhecimento de *Confins no geral*”. (Entrevistada nº 9).

“E eu acho importante que as professoras, é, é, faz um trabalho, **um trabalho interino com eles**.”. Entrevistada nº 9).

Todas essas vozes revelam que, no âmbito escolar, repete-se o que esta pesquisa apontou que vem ocorrendo no âmbito da esfera da administração pública e da forma como vem sendo tratada a cultura em Confins. Dito de outro modo: há uma desvalorização desse patrimônio imaterial, amado e reverenciado por toda a população, uma ausência de ações que contribuam para um contexto que seja berço da cultura do boi. Pudemos deduzir, a partir dessas mesmas vozes narrativas, que há um desejo de que a escola desenvolva projetos contínuos que contribuam para ‘COSTURAR’, em seu aspecto de tradição, em sua história e significado, a memória do Boi da Manta de Confins.

Quanto à atribuição à escola do papel **de ‘COSTURAR’** memórias, trazemos o pensamento de Leal (2015), em palestra proferida, no CEFET – MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, “De qualquer maneira fica uma interrogação: **para puxar os fios da memória há de haver quem os ajude a costurá-los**. Esse é o **desafio para nós**, pesquisadores e nós, formadores.” (Grifos nossos).

Um projeto escolar pode fortalecer a memória do Boi da Manta de Confins, conectando lembranças e preservando a tradição, de modo que sua continuidade seja assegurada.

Trata-se, tal como Akinruli, de discutir “não somente as práticas e premissas cristalizadas pelo tempo, mas especialmente as concepções atuais sobre sociedade, educação e herança cultural. ”

A partir do entendimento dessa pesquisadora, que também fazemos nosso, de que,

“Entre os inúmeros componentes de uma cidade, o patrimônio é um dos lastros de maior conectividade entre o indivíduo e o ambiente que habita, expondo as relações de pertencimento entre o sujeito e o lugar, e promovendo o posicionamento do cidadão no mundo em que está territorialmente e temporalmente inserido. O cidadão, ou o sócio da cidade, é aquele que detém a consciência de pertencimento a uma comunidade e a responsabilidade pelas decisões relacionadas à vida em comum, cuja problematização é imprescindível ao estudo do patrimônio local. ”

“A pesquisa é um caminho crucial para o desenvolvimento do senso crítico e, portanto, da cidadania, demandando métodos que promovam a mediação dialógica entre o saber prévio (senso comum) e o saber organizado e avalizado pela ciência. E nessa mediação dialógica, a escola tem papel fundamental quando instiga o questionamento, estimula a curiosidade, confronta a realidade. Ao se instaurar o diálogo, rompe-se com a cultura do silêncio e se estabelecem novos caminhos na relação entre a fala e a escuta, construindo-se a ponte para uma educação libertadora com sujeitos ativos frente à produção do conhecimento, seguindo os postulados educacionais de Paulo Freire. ” (AKINRULI, 2018, P.13)

Parafraseamos, a partir do pensamento de Halbwach (1968, p.83 e 84), sobre como “reaproximar gerações extremas” apagando rupturas, “mesmo que as instituições sociais estejam profundamente transformadas”, por meio da criação de raiz a partir de tradições, “para retomar as coisas do início. ” Segundo este pensador, “depois de algum tempo, com efeito, imagina-se que nada mudou, porque se reata o fio da continuidade. ” Para ele, essa “ilusão” de descontinuidade permite “que passemos de uma etapa a outra sem que a memória coletiva tivesse, em algum momento, o sentimento de se interromper. ” Por analogia, entendemos que identificar o fio que costura a memória de uma tradição como ele a costura, perpassando suas atualizações é o que garante sua continuidade e nos permite esse sentimento de não ruptura.

A escola, ao atender grande percentual da população infanto-juvenil, e em sua prerrogativa de ensino aprendizagem da leitura do mundo pode, então, ser espaço privilegiado para ajudar a costurar os fios da tessitura, como se tece um tear, da memória do tradicional Boi da Manta.

Portanto, projetos que tragam para o seio da escola ou permitam que ela se integre às vivências e memórias desse imaginário, tão presente no município, pertencentes aos alunos e seus familiares, merece, a nosso ver, ser objeto de um debate. Uma discussão democrática envolvendo escola e sociedade civil, tendo como objeto alternativas de projetos pautados na escuta e concessão de voz à diversidade de vivências e experiências culturais dos alunos e que aborde, além do como ajudar a puxar e costurar os fios da memória, as possíveis formas de contribuição da escola na construção de um contexto que seja berço da memória do boi.

Trata-se, como bem defendem os teóricos da educação, de condição para a aprendizagem, que a experiência prévia e a cultura do aluno sejam base desse processo. Entre eles, trazemos um mínimo recorte de Piaget, um dos primeiros estudiosos a chamar atenção para a importância do que hoje os educadores conhecem e praticam sob a denominação de conhecimentos prévios,

“Não somente uma aprendizagem não parte jamais do zero, quer dizer que a formação de um novo hábito consiste sempre numa diferenciação a partir de esquemas anteriores; mas ainda, se essa diferenciação é função de todo o passado desses esquemas, isso significa que o conhecimento adquirido por aprendizagem não é jamais nem puro registro, nem cópia, mas o resultado de uma organização na qual intervém em graus diversos o sistema total dos esquemas de que o sujeito dispõe.” (PIAGET, 1974, p. 69).

Citamos também Ausubel (apud MOREIRA, 1999, p. 163): “(...) o fator mais importante que influencia a aprendizagem é aquilo que o aluno já sabe. ’

Nesse sentido, nos pareceu contribuir a voz narrativa de um entrevistado, com visão de fora da organização do boi:

“É muito comum, nos nossos jovens, e as pessoas mais novas, né assim, independentemente da faixa etária que estejam, num vácuo de quarenta anos, um complexo de inferioridade muito grande com relação à cultura, e aspecto cultural, de ter vindo do campo, de ter vindo da roça, de ser, de ser algo... Quilombola... de ser algo depreciativo. As pessoas têm péssimo costume de se inferiorizarem em função disso. E nós vemos que isso às vezes né, por ter uma cultura tão rica, devia ser exatamente o contrário, né. Nós devíamos nos orgulhar, devíamos nos orgulhar de ter uma cultura tão diversificada. E fazer com que essa, esse complexo de inferioridade seja transformado e esses, essas manifestações, elas possam servir pra consolidar, o espaço, e se apropriar desse espaço. E desse valor cultural, da experiência que tem. Claro que aí a gente entra nessa coisa da valorização da experiência “pre” escola, né.” (Entrevistado nº 12).

“Nós precisamos garantir que a nossa população tenha discernimento, que valorize a experiência que trazem, seja do campo, da roça, da indústria, da... do meio urbano, de onde quer que seja. E que cresçamos com isso, compartilhando essas experiências. ’. (Entrevistado nº 12).

As vozes narrativas acima, no contexto da costura de memórias, remeteram-nos ao pensamento de Halbwachs (1968, p.71), sobre como a criança entra em contato com quadros sociais do passado, quando ele afirma que, para ela, “(...) a história vivida (...) tem tudo o que é preciso para constituir um quadro vivo e natural em que um pensamento pode se apoiar, para conservar e reencontrar a imagem de seu passado.”.

Então, tudo o que foi narrado sobre memória e o olhar sobre a escola nos levou a propor como questões iniciais para um debate e/ou talvez como tema para pesquisa futura: de que formas as crianças e adolescentes poderiam, no âmbito escolar, explorar e manifestar o imaginário do boi da manta, que tanto as fascina em suas vidas fora da escola, conforme essa pesquisa identificou? O que elas mesmas e o corpo docente têm a dizer sobre isso? Que espaço de interação, empatia e respeito a partir do compartilhamento de memórias, entre corpo docente e discente essas formas podem criar? Que potencial de afetividade, reconhecimento e desenvolvimento de valores, elas podem trazer para o ambiente escolar? E para o pertencimento local? Que propostas interdisciplinares, fomentadoras de criatividade, de identificação e desenvolvimento de talentos, podem ser desenvolvidas na escola a partir do tema Boi da Manta? Que possibilidades há de interação da escola na criação, (re) criação ou fomento a um contexto cultural berço da memória do boi? Como e em que, a costura do fio da memória do boi pode contribuir para com o processo de ensino aprendizagem? E para o pertencimento aluno-escola? E para a interação escola-família-comunidade?

6.4.6- Boi da manta: um legado cultural do patrimônio imaterial e sua influência na identidade social do município

Esta pesquisa, como demonstramos até aqui, identificou, entre os atores sociais por ela entrevistados, participantes narradores e nas outras vozes que eles nos trouxeram, como no presente a ela contemporâneo, que o boi continuava amado.

Quanto à valorização da cultura em si, subjacente e expressa nessa manifestação, pudemos identificá-la nas narrativas que nos trouxeram adjetivações e/ou sentimentos e emoções, presentes nas memórias narradas de como a festa acontecia e de como envolvia toda a comunidade em um imaginário compartilhado.

Todas as vozes narrativas nos falaram, de variadas formas, que o que estavam apontando como merecedor de valorização por meio dessa manifestação era o que ela carrega enquanto

memória e vivência de um modo de vida e seus valores. Para além disso, mas em complemento, citamos novamente uma interpretação de nossa orientadora Dra. Leiva de Figueiredo Viana Leal, ao nos pontuar que identificou que há um “desejo de incorporação dos afetos: liberdade de criação, a alegria da espontaneidade, o fervor da alma confinense”, que todos gostariam de ver em continuidade no porvir desse amado Boi da Manta.

Para além disso, e a partir disso, pudemos também identificar como esses atores percebiam e narraram o legado desse patrimônio imaterial. Eles explicitaram que ele vinha influenciando a identidade social do município, bem como o que desejavam para seu porvir. Exemplificamos com as falas seguintes:

“ O boi, quando eu penso em Confins, uma das principais, talvez a principal referencia, a principal assinatura da cidade, é justamente o boi da manta. (...) Então, quando eu penso no valor do município, e aí quando eu penso em expandir esse valor pra fora da cidade, pra fora do estado, né, porque não. Eu não consigo pensar nisso, sem primeiramente pensar no boi da manta. Porque eu, eu sinto, que é a principal manifestação, de representação do que que é Confins. É quando todo mundo, se junta, da cidade. Todo mundo se conhece..., porque cê conhece o fulano, filho de ciclano, neto de beltrano. E acontece ali aquela festa, que vem desde meu avô, desde meu bisavô. Então, assim, é uma tradição realmente”.; (Entrevistada nº 8).

“(...) o boi da manta sempre pode cair, né! E cair nós num queremos que caia, que ele patrimonio da cidade. A importância na cidade é o boi da manta, né! O carnaval num é tanto, mas o boi da manta é!”. (Entrevistado nº 5).

As vozes acima vieram como resposta à pergunta sobre a importância da manifestação para a cidade, os benefícios que traz, o que pode ser melhorado, qual boi o entrevistado quer para as gerações futuras? (Pergunta 10 do APÊNDICE A.)

A dois entrevistados, com visão de fora da organização do boi e portadores de opinião formada sobre ele, a pergunta formulada foi “Qual o valor formativo do Boi para a reconstrução da cultura local e regional?” (Pergunta 1 do APÊNDICE C).

Em resposta a essa pergunta, para além de corroborar o que nos trouxeram as manifestações acima, esses participantes narradores as complementaram e explicaram, como exemplificam os trechos:

“Eu penso que o valor, é... não é mensurável. É, assim dessa forma que a gente vai quantizar. E trata-se de um fenômeno, cultural, e que faz com que as pessoas se aproximem umas das outras nessas épocas. Seja pra diversão... pra reencontrar, é... pessoas que não se relacionam mais no dia a dia em função de trabalho, escola, mudança. E claro, faz com que essas comunidades acabem criando identidade muito próxima das figuras folclóricas, que tínhamos, no passado. É dessa forma que eu vejo o boi da manta e o valor que ele traz, pra essas comunidades, nas quais as festas do boi da manta são realizadas. Nós devíamos nos orgulhar, devíamos nos orgulhar de ter uma cultura tão diversificada. E fazer com que (...) essas manifestações, elas possam servir pra consolidar, o espaço, e se apropriar desse espaço. E desse valor cultural, da experiencia que tem. (Entrevistado nº 12).”;

“o valor formativo do boi é muito grande pra, pra cultura e pra reconstrução da cultura local.” (Entrevistado nº 11).

Todavia, nesse processo, em que um patrimônio imaterial influencia a identidade social do município, pudemos, a partir do que foi narrado e dos conceitos que fundamentaram esta pesquisa, perceber o importante papel desempenhado pelo interdiscurso. Por exemplo, nas vozes de jovens narradores participantes, que já atualizam suas memórias com percepções construídas a partir do interdiscurso do processo de patrimonialização.

Da mesma forma, as enunciações narrativas de líderes de outros tempos, integraram a vozes narrativas de líderes contemporâneos a esta pesquisa, memórias que lhes chegaram pelo interdiscurso.

Um exemplo de atualização do interdiscurso, neste caso referente ao tempo de existência da manifestação no município, encontramos nas vozes narrativas de participantes narradores em entrevistas realizadas em 2018, na programação do Barracão. Estas vozes integraram a suas narrativas o narrado pela primeira entrevistada naquela fase de pesquisa, a esposa de Sô João. Isso é o que exemplificam as falas a seguir.

“Eduardinho foi depois do... do João de Deus. E já não é do nosso tempo, né, mais o comentário do mais antigos, ele que deu o fundamento. E... depois ele parou, o Eduardinho deu sequência, ficou bastante tempo, aí parou também, aí, demo sequência, e fomos até em enquanto nós guentamo, né, prestigiar o boi e movimentar, nós movimentamo.” (Entrevistado nº4)

*“Agora com essa que você falou dos dois, começou aí, tá quase beirano uns 70 ano.
” (Entrevistado 5)*

Esse momento nos remeteu à imensa responsabilidade das pesquisas e dos pesquisadores, tanto durante o processo de pesquisa, como quanto à influência no contexto do objeto de pesquisa, de suas interpretações e “conclusões”. Mesmo considerando o caráter relativo de indícios, de verdades inacabadas e não absolutas, de toda pesquisa, o interdiscurso gerado influencia na atualização da identidade social do município, introduzindo modificações, que podem ser questionadas ou, no mínimo, analisadas. Análises essas, não só do ponto de vista do que esses interdiscursos causaram de modificação, mas, principalmente, buscando entender os significados e influências delas na identidade social do município. Reconhecemos, nesse recorte, um interessante objeto para pesquisa futura.

Em outras palavras, pudemos constatar que a memória compartilhada proporciona, além do entendimento do sentido e da resignificação, uma espécie de inter-transferência da memória individual, dando-lhe a forma de um tijolinho novo, na construção da memória coletiva. Identidade e memória que, conforme já explicitamos no capítulo 3, a partir do pensamento de Pollak, “não podem ser compreendidas como essência de uma pessoa ou de um grupo”, pois podem ser negociadas”.

Os episódios por nós vivenciados, seja durante a pré-produção desta pesquisa ou nos eventos a que comparecemos durante a finalização da escrita deste trabalho e, ainda, na interlocução com vistas à devolução de seus resultados ao GFBMC e à comunidade, retrataram o postulado por Benjamin (1995),

“A língua tem indicado que a memória não é um instrumento para a exploração do passado, é antes o meio. (...). Quem pretende aproximar-se do próprio passado soterrado deve agir como um homem que escava.

Antes de tudo não deve temer voltar sempre ao mesmo fato, espalhá-lo como se espalha a terra, revolvê-lo como se revolve o solo. Pois “fatos” nada são além de camadas que apenas à exploração mais cuidadosa entregam aquilo que recompensa a escavação. (...) é indispensável a enxada cautelosa e tateante na terra escura. E se ilude privando-se do melhor, quem só faz o inventário dos achados e não sabe assinalar no terreno de hoje o lugar no qual é conservado o velho. BENJAMIN (1995).

Esse lugar onde o velho está conservado nos traz pessoas, afetos, histórias, memórias, fatos e experiências vividas, muitas vezes, até então relegadas ao esquecimento e/ou sem espaços de compartilhamento. Assim, é natural que ao trazer e compartilhar conhecimentos novos à memória, como acontece a todo conhecimento, ameace poderes estabelecidos. E se não há

reflexão e disposição para debater os novos achados, a resistência instala-se sobre o desconhecimento do que foi, em realidade, descoberto e do significado dessas descobertas. Ilusões e inverdades encontram aí campo fértil de instalação, crescimento e disseminação. Nesse contexto, torna-se banal a descaracterização de achados aos quais na verdade fecham-se os olhos e os ouvidos. Agiganta-se o sentimento de ameaça ao status e poder estabelecidos pelo nível de conhecimento até então reinante.

Nas questões referentes à relação entre memória e patrimônio imaterial, sofrimentos provocados por tais medos, poderiam ser amenizados por uma maior clareza quanto aos conceitos de patrimônio imaterial e a quem ele pertence, de verdade, das concepções de mundo (conscientes ou não) por trás do status de poder a que comumente todos nos agarramos.

Nesses processos de disputa pelo poder, muitas vezes nos arvoramos a prerrogativa de donos absolutos da memória, decidindo o que deve viver e o que deve morrer pela memória. Como se bastasse negar descobertas, ignorá-las ou descaracterizá-las, seja no âmbito individual ou de pequenos grupos, para torná-las inverossímeis e inúteis. Consciente ou inconscientemente, uma estratégia de defesa perversa que impede a disseminação e o compartilhamento de memórias, que cerceia o direito à memória, que contribui para a destruição da cultura capaz de alimentar a vida e o porvir de um patrimônio imaterial.

Todas essas percepções, fruto das análises que nos esforçamos por empreender, percorreram toda a trajetória desta pesquisa. Em campo fértil para tais ocorrências, devido ao contexto de precário entendimento e discussão da questão patrimonial, tanto por parte de muitos dos envolvidos nos conselhos de participação e controle social, como por parte de muitos dos envolvidos com a organização do patrimônio imaterial, objeto desta pesquisa.

Essas disputas, pautadas consciente ou inconscientemente, na definição do que deve ser lembrado e do que deve ser esquecido e em censuras impostas por atitudes e mecanismos de resistência à divulgação dos resultados desta pesquisa, sinalizam possíveis definições quanto à influência, ou não, na identidade social do município deste patrimônio imaterial.

Encerrando nossa análise narrativa e considerando o adverso contexto sociocultural por onde caminhava o Boi da Manta de Confins, no presente contemporâneo dessa pesquisa, chegamos a este momento, com uma pergunta: Memórias do Boi de Confins, para quê? Em outras palavras, para que servem os resultados desta pesquisa, para além do registro e caracterização de sua caminhada? A resposta, que ratificou o exposto nos últimos parágrafos, veio da formulação de Leal (2014, P.162), já citada neste trabalho “Pela estética de Benjamin (1994), o retorno ao

passado só vale se permitir pensar o presente. Trata-se da luta contra o esquecimento e contra a injustiça”. (LEAL, 2014, P.162).

Por isso, relacionamos, a partir do que nossas análises sinalizaram, os ‘Fatores dificultadores da resignificação do Boi da Manta de Confins, no presente contemporâneo e no futuro’, (APÊNDICE G), deste trabalho.

7.MEMÓRIAS DE MIM E MEMÓRIAS DE MIM COM OS OUTROS

*“Ser significa ser para o outro,
E, através dele, para si. ”
“Na vida, depois de vermos a nós mesmos pelos olhos do outro,
sempre regressamos a nós mesmos” (Bakhtin)*

As manifestações narrativas sobre mim, feitas nas primeiras três entrevistas por nós realizadas, foram doce surpresa do reconhecimento de nosso trabalho. Uma alegria sermos narradas de forma positiva, nas vozes de outros, ainda mais, por serem jovens esses narradores. Eles citaram nosso nome enquanto responsável pelo barracão infanto-juvenil.

Pudemos perceber o quanto essa iniciativa contribuiu, no período de sua realização, para embalar o berço da cultura do boi, pois dois desses entrevistados pertencem à terceira geração da família, que, desde 1989, estava à frente da manifestação do Boi da Manta de Confins. Eles atribuíram, em grande parte, à sua participação no barracão, o fato de seguirem, até o presente contemporâneo à realização desta pesquisa, como integrantes da manifestação. Isso, sem deixarem de pontuar o incentivo que receberam e os saberes que desenvolveram em seu ambiente familiar.

Citamos algumas falas dessas vozes narrativas:

“Eu pude também fazer parte do barracão do boi, né, então esse interesse meu... em ao longo do tempo, de participar do boi da manta, ele vem por conta do barracão do boi, né. Que desde novo eu fiz parte, e tô até hoje, né, na equipe.” (Entrevistado nº 6)

“Quando chegava a época mesmo do boi da manta, o próprio projeto, que era do Cerc, Voo Livre, né, que era o daqui mesmo, com a Bete, entendeu. Era muito bom, as pessoas vinham. Assim... e era à riviria!!!!.....

“Eu lembro muito do barracão, quando a Luisa e a Bete convidava a gente pra ir..., entendeu. Tinha os grupos.... Eu lembro, tipo assim, tinha o professor Tanaka pra ensinar a gente, mas às vezes, tipo assim, ele voava um pouco das ideias. Eu, já chegava mais no centro, tipo assim, o que era mais ou menos os detalhes do boi da manta, entendeu. A gente ajudava muito... e ajudava as crianças também, que vinha, que participava. A Luisa e a Bete dava todo apoio pra gente, entendeu. E desde pequeno também, eu observava demais, entendeu. (Entrevistado nº 7)

“Não o pessoal fica perguntando, assim, vai chegando a época do boi da manta, és fica perguntando, assim mandando mensagem no instagram. “Vai ter o barracão do boi? Cês vão fazer boi? Fica pedindo pra gente fazer pra eles, né. A gente não tem mais tempo, nem espaço necessário pra fazer, igual era aqui no Cerc, né?” (Entrevistado nº 6)

“(...) as pessoas também ficam me parando na rua, oh... num vai ter, cês não vão fazer, é, projeto esses trem, não? Porque meu filho dica doido pra fazer.” (Entrevistado nº 7)

“Ao longo dos anos, eu tive a oportunidade de vivenciar o boi de outras formas, também. Muito por causa dessa instituição que eu mencionei, o Cerc, graças à Bete, e à Luisa, que fizeram manter viva essa tradição, até pras crianças que chegaram depois.”

“É muito nítido também, inclusive no barracão do boi, e aí volto de novo, porque não tem como não falar disso tudo sem falar do Cerc. Porque eu acho que se o Cerc não tivesse tido essa iniciativa, talvez eu nem tivesse aqui falando. É era sempre muito claro pra mim, como que essa união, principalmente feminina, fazia o negócio acontecer, também. Começou lá atrás, né, com a Lu e com a Bete, né, nessa iniciativa, duas mulheres, E aí uma sequência de mulheres que se uniam e faziam acontecer, mesmo que em vários momentos tinham várias dificuldades, que às vezes limitassem isso. É isso pra mim sempre foi uma referência muito grande.”

Então,,, Apesar do grupo do boi ser formado majoritariamente por homens. O que é muito engraçado, né. Porque realmente a manutenção dessas coisas ao longo do

tempo, e principalmente desta referência pras crianças, pra mim enquanto criança e pra mulher que eu sou hoje, começou com duas mulheres, Luisa e Bete.

“O próprio barracão trazia isso, né, assim, de... ser justamente um orientador, um norte pra essas crianças, pra esses adolescentes. Desde lá, como que você pega uma caixa de papelão e transforma em um boi. Até no meu caso, que é, fazer um projeto de pesquisa, captar esse material, tê isso roteirizado e depois ainda escrever histórias com isso. Que ainda tive essa oportunidade de escrever histórias com isso. É, então assim, de toda a história que eu tenho com o boi, de toda a referência que eu tenho, com tanto carinho, eu tenho também uma preocupação muito grande de que isso se perca, pela falta da gente ter esse tipo de projeto.”

“Mesmo tendo raízes muito fortes dentro da própria organização do boi, desde criança. Então, mesmo assim, eu sinto que talvez eu não tivesse a clareza que eu tenho hoje, se não fosse pela iniciativa do Cerc.”

“Mais, essa dimensão cultural e tradicional que o boi tinha antes, eu sinto que tá se perdendo ao longo do tempo. E eu atribuo isso muito a ausência de realmente uma instituição, ou alguma referência institucional, pessoas que consigam é trazer isso pra essa criançada de agora. Porque isso fez toda a diferença pra mim, quando eu era criança, quando eu estava no meu processo de formação. Fez toda a diferença, pra mim entender isso, que tivesse ali o Cerc, que tivessem pessoas preocupadas com isso, que tivessem iniciativas de incentivo realmente a isso. E hoje eu sinto muita falta. e eu acho que isso é um grande gargalo, é um grande risco, que o boi tem de perder força, realmente ao longo dos anos. Justamente, porque as gerações que tão vindo agora não tem essa propriedade, elas não tem essa... essa... força, essa percepção apurada do que que é o boi para além daquela festa que acontece em janeiro” (Entrevistada nº 8)

Ao sermos assim colocadas como que diante de um filme, em que éramos protagonistas, tomando de empréstimo o pensamento de Guimarães Rosa, (Rosa, 2001, pág.130) percebemos que estávamos, ao elaborar o projeto desta pesquisa e depois ao iniciá-la, ‘desaparecidas em nossas tão nossas lembranças’. A partir do olhar desses outros (os entrevistados), elas agora não eram mais tão nossas e foram arrastadas à superfície. As vozes narrativas desses participantes nos cutucaram e nos conduziram memórias escondidas, sobre o que juntos vivenciamos e sentimos. Como sabemos, não havia como impedir que uma correnteza de memórias pessoais, reconstruídas

e reconhecidas no compartilhamento e inter-relacionamento com a memória coletiva de nosso tempo, expressa por esses sujeitos de fala, viesse à tona.

Desta forma, se já nos sabíamos fonte de informações e sujeito de experiência, ali nos (re) descobrimos também personagem na caminhada do boi e, portanto, da memória coletiva de um tempo, o nosso tempo espaço de vida em comum com o tempo espaço desses entrevistados. Que descoberta surpreendente! Gratificante, mas desafiante, para quem, como nós, estávamos no lugar de pesquisadora. Essa descoberta nos trouxe junto a revelação de que o Barracão e o Cortejo Infante-juvenil Cerc/Voo Livre constituíam parte da linha do tempo da trajetória do boi de Confins, que nossa pesquisa havia se proposto a traçar. Desse modo, tivemos que ressignificar nosso lugar de pesquisadora. Se, antes de termos reavivadas e ressignificadas as nossas memórias, já lidávamos com a questão de como isentar nossas interpretações das vozes dos participantes, das conclusões tiradas a partir de nossas próprias e muitas vivências, de nosso lugar no contexto cultural da cidade, elas, agora, chegaram à superfície de nossa memória

Muitas dessas experiências que essas memórias nos trouxeram, no processo de construção de nosso espaço de atuação ao longo dos anos, foram entremeadas por percalços, velados ou não. Junto do dito acima, a experiência de narrar o vivido, para além de nos revelar ao outro, foi nos revelando a nós mesmas. Assim, tudo isso foi nos despertando um incômodo, algo crescendo como um sentimento e um pensamento que não conseguia se expressar ou alcançar solução, porém, ao mesmo tempo nos impulsionando a seguir e nos paralisando em inseguranças e dilemas quanto a caminhos possíveis. E não se resolvia. Era um sentimento de dúvida sobre como, nesse contexto que narramos, considerando nossas relações de afeto e respeito com todos os envolvidos na caminhada do boi, manter nosso compromisso com a verdade? Também sobre a coragem, que sempre nos exige a verdade, ainda que a saibamos relativa.

O que em nosso íntimo nos causava incômodo guardava relação com o pensamento de Roland Barthes, “A linguagem é uma pele: esfrego minha linguagem no outro. É como e eu tivesse palavras em vez de dedos, ou dedos na ponta das palavras. Minha linguagem treme de desejo.” (BARTHES, 1981, p. 64). Em outras palavras, quais desejos estariam na base de nossa linguagem enquanto também um sujeito de fala, desta pesquisa?

Seria possível aos dedos da linguagem da narradora desta pesquisa, não ferir suscetibilidades de pessoas tão parte de nossas relações e afetos pessoais? Onde isso terminava e começava nossa falta de coragem para narrar o que os outros sujeitos de fala nos haviam dito, algumas vezes, sem a consciência do dito e que agora nos cabia narrar pelos seus dizeres.? Foi imperativo irmos, ao longo de nossas análises sobre os caminhos do Boi, conferindo os desejos expressos pela linguagem deste trabalho. E fomos, assim, (re) descobrindo em nosso íntimo,

outras vozes, (re) construindo em nossa intimidade, nosso afeto pela cidade, por seus atores culturais, por seus cidadãos mais comuns e por seus cidadãos investidos de poderes políticos. Fomos elaborando esse nosso grande incômodo pessoal, superando-o, até alcançarmos o alívio de, parafraseando Roland Barthes, que os dedos da linguagem de nossa pesquisa eram os de afeto pela cultura do boi e pelos que o mantiveram vivo até aqui. E, nosso desejo, era ainda o dos tempos em que fomos apresentadas ao Boi da Manta de Confins: contribuir para o registro e quem sabe (re) construção de um contexto berço da ressignificação desse patrimônio imaterial. Desta forma, reconstruir a história do Boi da Manta de Confins, foi também um processo de ressignificação interna de nossa história pessoal, enquanto ator cultural.

Quando terminamos este parágrafo sobre a narrativa de mim, nos surgiu um novo incômodo em forma de uma pergunta: Quais são os ditos não ditos destas narrativas de mim? O que havia nas margens destes ditos? Então pudemos interpretar que, embora reconhecido como tendo contribuído para alimentar a cultura do boi, o Barracão era uma ação pontual, realizada uma vez por ano. No mais, estes não ditos sobre o Barracão podem vir a ser interessante tema de uma outra pesquisa.

Também na resposta à pergunta número 12, do Roteiro de Entrevista (APÊNDICE A): “O que você achou de gravar esta entrevista, de falar sobre a história do Boi da Manta aqui na cidade? ”, encontramos narrativas de mim. Nelas, esta pesquisa recebeu a gratidão dos entrevistados, que a narraram como um registro de memória legado para novas gerações e como valorização e reconhecimento dos atores sociais envolvidos na cultura do boi, conforme exemplificam os trechos:

- *“De gravar? Difícil, né, ficar assim pra câmera. É complicado. É... é mais por conta de ...Que eu tinha falado, né, da tecnologia tá ajudando a gente. Essa entrevista pode ser passada,”. (Entrevistado 6).*

- *“ de gerações em gerações.”. (Entrevistado 7, complementa a fala anterior do entrevistado 6).*

- *“daqui a cinquenta, até cem anos, que talvez o que eu tô falando hoje, uma pessoa lá na frente vai ter o entendimento que eu fiz o meu papel, hoje, no boi da manta. Então, é.. eu achei muito interessante a ideia do pessoal do, da Cerc, da Luisa e da Bete, em especial. E fico muito feliz de fazer parte, da entrevista. (Entrevistado 6).*

É, tô grata e feliz, por eu tá aqui, dando esse registro. E... eu vejo que assim, mais do que o registro é a manutenção disso, nessas pessoas que estão chegando agora. Várias pessoas, até da minha época também, que poderiam dar, que poderiam falar isso tudo

aqui que eu tô falano. Fico muito feliz por essa oportunidade de poder tá aqui dando uma entrevista. (...) É, então assim, pra manutenção histórica mesmo, e cultural do boi, é importante que tenha, não é só importante. É essencial, que tenha esse tipo de registro, que tenha esse tipo de iniciativa, pra ter realmente essa continuidade. Então eu agradeço por esse espaço de poder falar e poder deixar aqui um pouquinho da minha percepção. Que eu tenho certeza que é a percepção de muitas pessoas da minha época, e que fez toda a diferença pra elas serem quem elas são hoje. ” (Entrevistada nº9).

“Eu gostei muito de ter participado dessa entrevista hoje, né. Fui convidada por Bete e Luisa, pra, pra estar dando essa entrevista, né, como rainha da bateria do boi da manta de Confins, hoje. E, e assim, me senti muito lisonjeada, estou lisonjeada com este convite, porque a gente deixa um legado, né. E é muito bom. É muito bom, e assim, é gratificante você ser lembrada, em vida, né. (...)Então, é gratidão, gratidão por essa dedicação, por esse convite. Ah!... Eu queria... Eu queria, não. Eu quero. Eu quero agradecer! ”. (Entrevistada nº 10).

Da memória de mim, não foi difícil chegar à memória do outro, à memória coletiva; lembranças reconstruídas a partir de informações, noções e sentimentos comuns a um grupo. Reconstituída ela passa, reciprocamente, de um membro a outro do grupo e não deixa desaparecer o sentimento experimentado junto. Aí está a força da memória coletiva.

No entanto, cada membro do grupo, de acordo com o lugar que ali ocupa, tem seu ponto de vista próprio sobre a memória coletiva, entendendo que o lugar de cada um, em dado grupo, muda de acordo com a relação mantida com outros grupos. É o que afirma Halbwalchs (p.51): “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios. ”

Com Halbwalchs, também afirmamos que a memória coletiva

“É uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, já que retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há, na realidade, dois grupos que se sucedem. ” (HALBWALCHS, 1990, p.82)

Na memória coletiva há uma continuidade, pois nela o presente não se opõe ao passado. Ela reconstitui exatamente esta continuidade do passado no presente. Este entendimento, também encontramos na formulação de Halbwach (1968, p.84): “O presente (entendendo-se por uma certa duração, aquela que interessa à sociedade de hoje) não se opõe ao passado, configurando-se dois períodos históricos vizinhos, porque o passado não mais existe, “

Assim, para este pensador, “O grupo, no momento em que considera seu passado, sente acertadamente que permaneceu o mesmo e toma consciência de sua identidade através do tempo.”. A memória coletiva “é o grupo visto de dentro”, em “um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas.” (Halbwach, 1990, p.87). Ela é um quadro de analogias e assim, “ é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo e o que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros.”. (Halbwach, 1990, p.87)

Essa pesquisa conclui que “as mudanças, isto é, os acontecimentos que se produziram dentro do grupo, se resolvem elas mesmas em similitudes, já que parecem ter, como papel, desenvolver, sob diversos aspectos, um conteúdo idêntico, quer dizer, os diversos traços fundamentais do próprio grupo.”. Também, com esse pensador, afirmamos que “O essencial é que os traços pelos quais ele se diferencia dos demais subsistam e que estejam assinalados por todo o seu conteúdo.” (Halbwach, 1990, Ps.88 e 89).

6. LINHA DO TEMPO DO BOI DA MANTA DE CONFINS

A partir dos dados que nos trouxeram os narradores, produzimos o infográfico linha do tempo do Boi da Manta de Confins, em conformidade com os objetivos desta pesquisa. Portanto, nosso critério para sua construção não foi a divisão em períodos cronologicamente delimitados, de acordo com a atuação dos atores sociais que estiveram historicamente envolvidos na liderança e na organização dessa manifestação cultural. As próprias vozes narrativas nos pontuaram que foram as atualizações socialmente construídas nos períodos históricos, coincidentes ou não, com suas lideranças cidadãos, que se constituíram em marcos construtores do presente e do porvir do boi de Confins. Então, foram esses marcos que dividiram, cronologicamente, nossa linha do tempo em cinco períodos históricos:

- 1959 a 1987;

- 1988 a 1999;
- 2000 a 2017;
- 2018 a 2024;
- 2025 em diante, “período” que nomeamos ‘2025 EM DIANTE, porvir?’.

Os quatro primeiros períodos históricos da linha do tempo foram, cada um deles, divididos em 4 (quatro) campos de informação. Em cada campo, foram elencadas palavras-chave, pinçadas das narrativas dos sujeitos de fala desta pesquisa.

- No primeiro campo foram elencados os fatores e/ou agentes apontados pelos narradores participantes como responsáveis pela introdução de atualizações na manifestação.
- No segundo campo, elencamos as características e atualizações apontadas como construtoras e (re) construtoras da manifestação. Nesse campo, também citamos, manifestações dos sujeitos de fala sobre como vem sendo feita a transmissão dos saberes exigidos para a construção e ressignificação desse patrimônio imaterial.
- No terceiro campo, sintetizamos a caracterização socioeconômica do município, pontuando fatos que influenciaram a forma como ele vem se desenvolvendo e sendo impactado pelo projeto de desenvolvimento do estado, a partir de seu uso como “área/território”, conforme exposto no capítulo 1 deste trabalho. E, não por acaso, fomos naturalmente identificando a correspondência entre períodos históricos que delimitam fatos e caracterizações socioeconômicas e culturais do município e os períodos cronológicos que os marcos das vozes narrativas foram construindo ao pontuar modificações na trajetória e na atualização do Boi da Manta.

O quinto período histórico, que denominamos ‘2025 em diante, ‘Porvir?’’, dividimos em três campos de informação. No primeiro deles apresentamos o que pudemos interpretar sobre como os participantes narradores disseram perceber o Boi de Confins quanto a seu presente e a seu porvir. Ainda, o que elas apontaram de gargalos a superar e de sugestões para a (re) construção de um contexto berço da manifestação do Boi da Manta. No segundo campo, citamos alguns exemplos de vozes narrativas que contestaram o presente do Boi da Manta, que pontuaram riscos e que deram alguma sugestão para (re) construir, no presente, o seu porvir. No terceiro campo, resumimos o que esta pesquisa apontou como dito nas margens do dito, no dito pelo não

dito; no dito pelas divergências internas e pelas contradições e incoerências fruto de incompatibilidades lógicas diante da história.

Abaixo de cada período histórico definido por nossa linha do tempo, situamos os atores sociais que estavam à época à frente da organização da manifestação, de acordo com o que foi possível obter de informação nas vozes desta pesquisa. Em alguns casos, apenas citamos nomes, pois não obtivemos a informação de datas precisas e nem nos foi possível entrevistar todos eles, devido à não adesão de alguns convidados ao nosso convite, para que nos concedessem entrevistas conforme já dito na sessão 6 do capítulo 4.

ENSAIANDO CONCLUSÕES

Com Pollak, concluímos que memória e identidade não podem ser compreendidas como essências de uma pessoa ou de um grupo”, pois podem ser negociadas; “(...) são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que o põem grupos políticos diversos. ” Pollak (1992)

Davi percorre os canteiros do jardim. Acaricia e revolve a terra com as mãos. No semblante, a singela curiosidade infantil. Toca, cheira e examina flores, pedras, folhas secas, sementes, insetos, moluscos. Alguns desses seres, merecem sua maior atenção. Esses, ele põe nos bolsos do abadá branco, e segue em seu turismo exploratório.

Observa e escuta os pássaros. Corre atrás de borboletas, até que uma delas voa por sobre o muro. Em segundos, sua expressão passa da decepção a surpreso encantamento. O que o arrebatava é uma pintura no muro. Em gestos delicados, assenta-se na grama em posição de lótus. De olhos fechados, permanece ali. A nova expressão é de adoração e reverência.

Alguns segundos se passam, enquanto eu, debruçada na janela da secretaria, tenho o pensamento dividido entre ficar ali envolta naquela áurea observando a cena ou correr em busca de um equipamento qualquer, para filmar o possível de ser captado em tudo aquilo.

Mas, é tarde! Quatro crianças, descem correndo, em feliz e sonora algazarra. Então, contrariada, me rendo: ‘a cena agora é outra, a cortina fechou.’

Enquanto meu juízo de adulta, assim controla minha ação, os garotos que vinham descendo, avistam, de outro ângulo, a mesma cena. De imediato emudecem e naturalmente integram-se a ela. Como se estivessem aguardando o sinal, a deixa, para entrar naquele palco. Dois deles, assentam-se ao lado de Davi, na mesma postura.

Os outros correm até o muro. Com mãos carregadas de afeto e olhares maravilhados, percorrem os contornos da alegoria de um Boi da Manta. A admiração é alternada com pequenos passos de dança, puxadas no rabo do boi e carinhos em seu chifre. Eles sorriem e trocam olhares matreiros.

Eu? Eu, só consigo observar, tão suspensa no tempo, quanto eles. Até que somos todos interrompidos, pelos toques do berimbau e do atabaque. As crianças atendem ao chamado dessa outra tradição. A aula de capoeira vai começar.

Desta vez eu entendo que a cortina não fechou: o boi segue no imaginário das crianças, e sua alegoria, sempre há de fazer brilhar sua ancestralidade por aí.

Ao narrarmos esta vivência, deveríamos tecer a narrativa do que pudemos considerar como conclusão desta pesquisa. O título já estava lá, no topo da página: ‘Ensaando conclusões’.

Mas nosso pensamento foi invadido por essa memória. E nossos dedos com ela pareciam sincronizados. Escrevemos como se num único teclar. Ao terminar, nos veio a pergunta: Para que serve a postura de lótus? Então, recorremos à contemporânea tradição virtual de “São Google”. Onde quem pergunta sempre obtém alguma resposta. E ela estava lá: “Entre outros benefícios, melhora o conhecimento, aumenta a memória, traz clareza.”. ‘Êba!!! Essa a ligação de nossa memória com as possíveis considerações finais deste trabalho! Pois esta pesquisa fez exatamente isso: melhorou nosso conhecimento, nossa memória e lançou alguma luz sobre alguns aspectos do patrimônio imaterial Boi da Manta de Confins. Dessa forma, ela cumpriu os objetivos a que se propôs. No processo de cumpri-los, nos permitiu pinçar alguns apontamentos, à moda de conclusão.

Entre eles, ficou evidente a necessidade de uma abordagem inovadora para a educação patrimonial incorporando metodologias participativas e narrativas comunitárias. Como proposta concreta, sugerimos um programa de oficinas intergeracionais que envolvam organizadores, ex-organizadores do boi da manta e crianças da comunidade, garantindo a continuidade da tradição de forma dinâmica e interativa.

O Boi da Manta já nasceu amado e valorizado, por adultos e notadamente por crianças e jovens. No presente contemporâneo a esta pesquisa, ele continuava assim amado, apesar de seu presente contestado e de seu futuro ter sido narrado como dolorosamente incerto.

As vozes narrativas desta pesquisa nos trouxeram a evidência de que o boi vem perdendo sua essência, em um processo de atualização que não o valoriza, ao introduzir mudanças que não (re) constroem um contexto do berço dessa memória. Essas mudanças provocaram, no entanto, um crescimento do alcance de público, por meio da contratação de bandas de palco com repertório musical sem lastro com a cultura do boi.

O contraponto positivo e revelador de esperança para o porvir foi a constatação de que as crianças são as maiores detentoras de seu imaginário, como nos exemplificou Davi e seus coleguinhas. Ou seja, elas foram unanimemente narradas como trazendo consigo esse imaginário e o amor pelo boi. E como aqueles meninos exemplificaram, toda criança o vivencia pelo afeto, pelo toque, pela experiência. Então concluímos facilmente que as crianças carecem apenas de espaços e de tempos para manter viva essa tradição, como bem simbolizou aquele muro em jardim e aquelas performances infantis.

Isso indica que a transmissão às novas gerações dos saberes e fazeres necessários à realização dessa manifestação deve ser feita por meio de vivências de educação patrimonial e não apenas de apreciação visual ou de relatos.

As vozes narrativas desta pesquisa quase não fizeram referências a investimentos na transmissão dos saberes e conhecimentos necessários a (re) construção da cultura do boi, exceto no período de realização do barracão e no âmbito restrito das famílias que estiveram à frente de sua organização, desde 1990.

Os participantes narradores integrantes do barracão, enquanto crianças e adolescentes, pontuaram que, ao criarem espaços e tempos para que as crianças vivenciassem a manifestação, as mulheres se fizeram protagonistas desse patrimônio cultural. Nosso pensamento narrativo concluiu, a partir disso, que nesse período, elas não estiveram na posição de espelho da atuação dos homens. Que se em uma analogia colocarmos essas mulheres protagonistas em posição de espelho, o que esse espelho refletiria seria o embalo do berço da cultura do boi. Essa foi a contribuição do barracão do boi, e das crianças que dele participaram, no período em que foi realizado.

A hipótese desta pesquisa foi confirmada: ‘esses dois atores sociais, mulheres organizadoras por trás da cena e crianças, somaram-se como protagonistas ao empreendedorismo dos líderes organizadores da manifestação, principalmente no período de realização do Barracão Infanto-juvenil Cerc/Voo Livre, exercendo ambos importantes papéis na construção e ressignificação desse patrimônio imaterial.’.

As características e atualizações constituidoras e (re) constituidoras do boi são as que os participantes narradores nos disseram desejar para seu porvir: a presença das marchinhas de carnaval e dos boizinhos durante sua manifestação; a preservação do tempo-espço público de convivência que ele proporciona; o conhecimento de sua história e de seus valores de tradição e de pertencimento, tais como o afeto, a liberdade de criatividade, a interação social, a alegria compartilhada.

Os sujeitos de fala diretamente envolvidos com a organização da manifestação e os integrantes do GFBMC apontaram, com unanimidade, a interferência da prefeitura (por meio de subsídios, e por meio da criação de regras para atender à segurança pública e garantir o fluir do trânsito de veículos), como agente responsável pela introdução de atualizações que impactaram de forma negativa a (re) constituição da essência do boi, numa relação direta de causa e efeito.

Nas décadas de 1990 e 2000, por exemplo, já existiam essas necessidades, mas o boi era ainda o dono da festa e havia liberdade de criar e de promover performances durante a manifestação.

Nossa análise narrativa não identificou nesse recorte uma relação de causalidade direta. Mas sim, uma relação perpassada por fatores que permitiram que o crescimento da manifestação se desse de cima para baixo, num movimento crescente de fortalecer a festa carnavalesca, sem o correspondente fortalecimento da cultura do boi.

A natureza das relações pessoais, políticas e de vínculo com o mercado de trabalho e com o poder público, vigente entre os envolvidos com a manifestação, não facilitou o enfrentamento da desvalorização da cultura do boi.

Entre as vozes narrativas com visão de dentro da organização do boi, há fortes nuances de um raciocínio que entende a sociedade civil em geral, como receptora de um bem cultural organizado, pensado e formulado de cima para baixo. Desta forma, isenta de responsabilidades quanto às atualizações desse patrimônio, tanto a sociedade em geral, com a própria associação responsável por sua organização. E toma essa associação como única detentora da prerrogativa de organizar esse patrimônio cultural imaterial do município. Esse raciocínio, ou posição ideológica, fica a serviço de práticas controladoras e pouco integradoras de participações mais espontâneas, tornando mais fácil a tomada de decisões de cima para baixo. A precariedade do crescimento do grupo de dentro para fora e a precariedade do fortalecimento da cultura do boi são consequências disso.

Um agravante dessa realidade foi que o Registro desse patrimônio junto ao IEPHA gerou mudanças sobre as quais os envolvidos com a organização da manifestação não têm clareza e dele evitam falar. O processo de patrimonialização do Boi da Manta de Confins contribuiu para o aumento das disputas internas entre os envolvidos na manifestação.

Cresceram interdiscursos inconsistentes quanto a ‘regras’ impostas pelo registro do boi da manta junto ao IEPHA, levando-se em conta que a circulação desses interdiscursos é facilitada por uma ainda precária educação patrimonial e pela ausência de uma política pública contínua. Um exemplo bem prático, foi o pontuado por participantes narradores de dentro do GFBMC, quanto ao fato de que a partir da Registro junto ao IEPHA, o grupo deixou de fazer a distribuição de camisas à população. Essa medida tem impacto negativo no embalo da cultura do boi, pois a camisa desenvolveu grande valor afetivo para os que historicamente sempre a receberam.

Dificuldades internas entre organizadores e dificuldades de regularização civil do grupo organizador do boi também facilitaram a tomada de medidas de cima para baixo, seja pelo poder público ou pelos serviços terceirizados para atender a ambos. Mesmo após o recente registro civil, o grupo ainda não obteve maior autonomia e transparência na relação com o poder público.

As bandas de palco, longe de fortalecerem o boi, o desvalorizaram, assim como iniciativas de carnaval de blocos de rua., embora ambos tenham utilizado o Boi da Manta como atrativo de

público para seus eventos, à moda de um garoto propaganda. De alguma forma e algumas vezes o fizeram espetáculo de apresentações num falsete de valorização.

Este trabalho concluiu como urgente que a sociedade civil e o poder público municipal debatam sobre como construir e (re) construir, no presente, o porvir do boi da manta de Confins. O debate aqui sugerido será mais rico e proficiente, se precedido do mesmo debate entre os membros do GFBMC.

Vozes narrativas apontaram como atualização de impacto positivo, no sentido de valorizar a cultura do boi, a introdução das barraquinhas de comida e bebida. Elas são narradas como anunciadoras do potencial gerador de renda da manifestação.

Outra importante conclusão, merecedora de amplo debate diz respeito à presença do Boi da Manta nas escolas, pontuada pelos participantes narradores como tendo sempre se dado de forma pontual, nas épocas do calendário da manifestação.

Nosso pensamento narrativo concluiu que, no presente (contemporâneo a esta pesquisa), as escolas do município correm o risco de se tornarem apenas cessionárias de espaço público, para o cumprimento de exigências institucionais de salvaguardas patrimoniais. Mas ela foi narrada pelos participantes narradores como espaço para um trabalho contínuo de educação patrimonial.

Esta pesquisa demonstrou que até o presente contemporâneo à sua realização, o município não estruturou uma Política Cultural capaz de contribuir para a construção de um contexto que embale a cultura do Boi.

Para além dessas considerações conclusivas, nossa condição de cidadã envolvida com a cultura local, em especial com a cultura do Boi da Manta, nos motivou e nos concedeu licença, para incluir, como complemento extra deste trabalho, ‘Sugestões de ações com vistas à (re) construção de um contexto berço do patrimônio imaterial Boi da Manta de Confins’, (APÊNDICE F).

As narrativas demonstraram como os processos de patrimonialização são vivenciados na prática, destacando contradições entre registros institucionais e a memória coletiva.

Uma inovação do estudo foi identificar como o discurso oficial sobre o Boi da Manta diverge da experiência dos moradores, sugerindo um espaço para políticas culturais mais inclusivas.

A pesquisa revelou como a oralidade e a multimodalidade da memória podem servir como ferramentas pedagógicas na educação patrimonial. Ela também contribuiu para articular o estudo da memória e do patrimônio imaterial com práticas de leitura, narrativa e produção textual; propôs reflexões sobre como a linguagem constrói e preserva a identidade cultural, fornecendo subsídios para práticas pedagógicas inovadoras no ensino de leitura e escrita.

Este trabalho resgatou, registrou e valorizou o Boi da Manta de Confins. A depender do espaço que viermos a construir para sua divulgação e, da abertura para o seu debate, que pudermos, em conjunto com toda a sociedade, instaurar, ele poderá também contribuir positivamente para um rico e proveitoso debate. Até porque, sendo apenas um retalho da diversa manta de memórias do Boi de Confins, não teve a pretensão de esgotar o tema e a discussão que estarão sempre na pauta da longa vida que desejamos a esta manifestação neste território.



Fonte: Acervo pessoal Bete Oliveira (foto ano 2017)

REFERÊNCIAS

ALBERNAZ, Lady Selma Ferreira. Mulheres e cultura popular: gênero, raça, classe e geração no Bumba Meu Boi do Maranhão. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2007, Porto Seguro. Anais [...]. Porto Seguro: ABA, 2007. Disponível em: <URL completa>. Acesso em: 04 julho. 2024.

ANDRADE, Mário de. O turista aprendiz / Mário de Andrade ; edição de texto apurado, anotada e acrescida de documentos por Telê Ancona Lopez, Tatiana Longo Figueiredo ; Leandro Raniero Fernandes, colaborador. – Brasília, DF : Iphan, 2015.

AKINRULIDD, Luana Carla Martins Campos. Educação para o patrimônio ou o patrimônio na educação? Inventário participativos sobre o centro histórico de João Pessoa/PB, Encontro Estadual de História – ANPUH-PB (2022): João Pessoa, PB) Anais Eletrônicos do **XX Encontro Estadual de História** – ANPUH-PB [recurso eletrônico]: “Independência, Revoluções e Modernismos”: de 30 de agosto a 02 de setembro de 2022/ANPUH-PB (realização). – João Pessoa: Editora do CCTA, 2022.

ARAGÃO, M. L. MEMÓRIAS LITERÁRIAS NA MODERNIDADE. *Letras*, [S. l.], n. 3, p. 41–52, 1992. DOI: 10.5902/2176148511423. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11423>. Acesso em: 16 jul. 2024.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, M. M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo, SP: Hucitec, 2006.

BARTHES, Roland. **Fragmentos de um discurso amoroso**. Trad. H. dos Santos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1981.

BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. Universidade de Barcelona, Espanha Tradução de João Wanderley Geraldi Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Linguística Revista Brasileira de Educação Jan/Fev/Mar/abr. 2002.

BENJAMIN, Walter. O Narrador. In: **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994

BENJAMIN, Walter. Apud Marilena Chaui na apresentação do Livro **Memória e Sociedade**, Ecléa Bosi, 1987

BENJAMIN, *Walter*. Escavando e recordando. In. **Rua de mão única**. Obras Escolhidas. São Paulo: Brasiliense, 1995. v. 2, p. 239.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos**. 2. ed. - São Paulo: T.A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

BOSI, Ecléa. **Velhos amigos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

CALAÇA, Agilberto. BEZERRA, Elvia M.. MOREIRA, Gilberto. PRADO, Gilza. “O touro e o Boi no folclore Brasileiro. In: A farra do Boi – Do sacrifício do touro na antiguidade à farra do boi catarinense. Publicação do Grupo de Estudos C.G. Jung. Coordenação: Dra. Nise da Silveira. 1 edição 1989. Numen Editora/Espaço Cultural. RJ.

CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Tradução de Diogo Mainardi. 9. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Marli Lopes da Costa e Ricardo Vieira Alves de *Estudos de Psicologia* 2008, 13(2), 125-131 Patrimônio Imaterial Nacional: preservando memórias ou construindo histórias? Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Confins além do aeroporto. Disponível em:

https://www.aeroportoconfins.net/turismo/confins-alem-do-aeroporto#google_vignette

Acesso em 25/09/2024

COUTINHO, Rogério Augusto Figueiredo. CARDOSO, Antônio Dimas. LESSA, Simone Narciso. **(Trans)Formação do Município de Confins e seu Planejamento Territorial**. Revista Cerrados (Unimontes) vol. 16 num. 1. 30 junho 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5769/576960999016/html/> . Acesso em: 03/03/2023.

EVANGELISTA, F.; LEAL, L.de F. V.; PAULA, C.D.G. In: Revista DisSol – Discurso, Sociedade e Linguagem. Dossiê **Educação, Conhecimento e Sociedade**. A Importância das Narrativas de professores para a formação docente. Pouso Alegre/MG, ano 9, n 20, jan-jun/2024, p.60-p.86.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Cortez, 1997

FREITAS, Danielle Gomes. Boi da Manta (ele não sabe que dia é hoje). Belo Horizonte: Guatiara, 2006.

MOREIRA, M.A. **Aprendizagem significativa**. Brasília: Editora da UnB,1999.

MYNIAO, Carlos Alberto. **Linguagem & Diálogo. As ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin**, Parábola Editorial, São Paulo, 2009.

HALBWACHS, M.A **Memória coletiva**. Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Traduzido do original francês La Memorie Collective (2 ed.) 1968.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**; Organização Liv Sovik; Tradução Adelaine La Guardia Resende ... et all. - Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). Patrimônio Cultural Imaterial :para saber mais / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; texto e revisão de,Natália Guerra Brayner. -- 3. ed. -- Brasília, DF : Iphan, 2012.

LEAL, Leiva de Figueiredo Viana. **Escrita e memória na formação inicial de professores**. Faculdade de Educação da UFMG. 2006

LEAL, Leiva de F. Viana. Historicidade, Memória e Permanência. IN: **O texto na sala de aula- Um clássico sobre ensino de Língua Portuguesa**, IN: SILVA, Lilian Lopes Martin da, FERREIRA, Norma Sandra de Almeida, MORTATTI, Maria do Rosário Longo, organizadoras. – Campinas, SP: Autores Associados, 2014. – (Coleção formação de professores).
., p. 161

LEAL, Leiva de Figueiredo Viana Leal. Memória, escrita de si e constutividade: entre o desejado e o possível. Uma análise à luz da différance. **Palestra CEFET – MG**, 2015.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990, p. 477.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As Formas do Silêncio**. Campinas: Ed. UNICAMP, 1992.

ORNELAS, Gabriela V. B. e Pereira, Doralice B. Patrimônio Cultural Imaterial: Contradições e Reflexões no Âmbito da Cultura Popular. In: **Revista CPC**, São Paulo, n.4, p.40-71, maio/out.2007.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

POLLAK. Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: vol. 2, n. 3, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade social. In: Revista **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p.02 (Tradução: Monique Augras edição Dora Rocha)

PORTELLI, Alessandro. “História Oral e Memórias”: entrevista com Alessandro Portelli. [Entrevista cedida a] Paulo Roberto de Almeida e Yara Aun Koury, Universidade Federal de Uberlândia. Instituto de História. Tradução: Noemi Campos Freitas Vieira. Revisão Técnica e notas: Leandro José Nunes. **História e Perspectivas**, Uberlândia (50):197-226, jan./jun. 2014.

RIESSMAN, C. K. **Narrative analysis**. Sage Publications, 1993

ROSA, Guimarães. Tutaméia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001

SÁ, Alessandro de. Atlas Geográfico de Confins. 1º ed. Ativa Editora. 2018.

SOUSA, Lito. **O Aeroporto que fica 63% numa cidade e 37% em outra - Confins/ EP.1196**. Data não informada. 1 vídeo (26 min 16 s). Publicado pelo canal Aviões e Música com Lito Sousa. Disponível em: <https://youtu.be/5W-K7t8DCF0?feature=shared> Acesso em: 23/02/24.

TODOROV, I. **As estruturas narrativas**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Qual o seu nome e idade? Onde você nasceu? O que você faz? (Trabalho, participação em grupos, associações, etc). Se nasceu fora de Confins, quando e porque veio morar aqui?

2. Seus pais e avós nasceram ou viveram aqui? Fale deles e de como participavam da comunidade de Confins. (O que eles faziam - nomes, profissões, envolvimento com a comunidade. Estão vivos?) Seus pais e avós participavam do Boi? Me conte o que eles falavam dele.

3. Fale sobre sua infância, adolescência e juventude em Confins. Em qual parte da cidade você morava, como era a vida na cidade naquela época? O que havia de infraestrutura de serviços, comercio, políticas públicas de educação, cultura, saúde? E para diversão e cultura?

4. Quando e como você começou () a apoiar, () ou participar () ou coordenar a manifestação do Boi da Manta? Foi uma iniciativa sua ou você atendeu a pedido de alguém? Quem? Conte o que essa pessoa falou sobre a Manifestação do Boi? E você participou como? Vestia alguma fantasia ou tinha alguma função na organização do desfile?

4.1. Conte como era a manifestação do Boi naquela época?

5. Se você já foi o líder responsável pela organização da manifestação do Boi, ou já teve alguma função em algum ano, fale sobre essa experiência (quando foi, o que fazia, se era pago para isto e por quem). Quem pagava as despesas da manifestação?

5.1. O povo só assistia? Participava de alguma forma?

5.2. Em qual rua ou lugar era realizado o desfile?

5.3. E os instrumentos, quais eram, quem tocava?

5.4. Que tipo de música tocavam? Quem desfilava também cantava?

5.5. Havia algum tipo de brincadeira?

5.6. Quem eram os organizadores do Boi da Manta nesta época?

5.7. E os organizadores de antes, quem eram eles? Você os conheceu?

6. Depois que viu ou participou do desfile do boi pela primeira vez, você continuou participando nos outros anos?

.6.1 Você já desfilou usando a armação do Boi da Manta?

- 6.2.** Você sabe fazer um boi? De que tipo? Já fez um? Como aprendeu?
- 7.** A Manifestação do Boi da Manta sofreu mudanças ao longo dos anos? Quais?
Você gostou das mudanças? Por que gostou? Por que não gostou? Você tem saudade de como era o Boi da Manta antigamente? De que você sente mais falta? Conte como era antes.
- 8.** Na escola você aprendeu sobre o Boi da Manta em Confins? E sobre a História do Boi da Manta no Brasil? Como foi este aprendizado?
- 8.1.** Você tem conhecimento da existência de alguma oficina que em alguma época ensinava a fazer bois da manta? Ou participou de alguma oficina com esta finalidade?
- 8.2.** Você participou do Barracão infanto-juvenil do Boi da Manta – oficina do CERC/Voo Livre?
Fale como foi esta sua experiência.
- 8.3.** Você considera importante que as crianças aprendam sobre a história do Boi da Manta e a fazer Bois?
- 9.** Na sua opinião as mulheres e as crianças e os adolescentes tem ou tiveram em alguma época um papel na manifestação do Boi da Manta? Qual? Como se dá, ou se deu esta participação?
- 10.** Você acha que o Boi da Manta é importante para a cidade? Porque?
- 10.1.** Que benefícios ele traz para a cidade?
- 10.2.** O Boi que as cidades mantêm hoje, tem dificuldades para manter sua agenda de manifestações? Quais? O que pode ser melhorado?
- 10.3.** Qual o Boi você quer que permaneça na vida de seus filhos e netos, das gerações futuras?
- 11.** O que mudou no Boi da Manta depois do Registro no Livro das Celebrações/IEPHA, que o reconhece como Patrimônio Imaterial do município?
- 11.1.** Depois do registro quem é o responsável pelas ações de salvaguarda?
- 11.2.** Quais são hoje as fontes de subsídio/patrocínio das manifestações? e das ações de salvaguarda?
- 11.3.** Você participou de alguma qualificação sobre patrimônio cultural? Quem ofereceu? Onde? Foi aberta ao público?
- 11.4.** Essa qualificação modificou sua visão sobre o Boi? Como? Em que sentido? O que te acrescentou?

12. O que você achou de gravar esta entrevista, de falar sobre a história do Boi da Manta aqui na cidade?
13. Você gostaria de contar mais alguma coisa sobre a manifestação do Boi da Manta.

APÊNDICE B - ORIENTAÇÃO AO ENTREVISTADO

Depois que te entrevistar eu vou montar um vídeo, cortando dele a minha voz. Por isto vou te fazer algumas perguntas e peço que você me dê respostas completas como se estivesse se apresentando diante do vídeo sem ser perguntado.

Por exemplo, eu pergunto: Onde você nasceu? E você responde: Eu nasci em tal lugar. Uma dica pra facilitar é você começar a resposta transformando minha pergunta em uma afirmação e seguir dando a resposta. Pode ser com suas palavras, sem repetir as minhas. Veja outro exemplo: Desde quando você mora aqui? Eu moro aqui ... Ou eu me mudei para esta cidade.... Ou eu moro em Confins desde

Mas não se preocupe em atender este pedido se em alguma pergunta isto for difícil de fazer.

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA (VISÃO DE FORA)

1. Qual o valor formativo do Boi para a reconstrução da cultura local e regional?
2. De que modo enxerga a viabilidade do Boi crescer em um projeto que alargue mais a participação social e cultural dos moradores da região?
3. Podemos reconhecer nas relações com a cultura do BOI uma ação política, pensando aqui a política com um bem democrático?
4. Governos centrados neles mesmos tendem a não valorizar a cultura popular como um patrimônio imaterial e, em muitas vezes, até os deixam morrer, ou desaparecer, como disse um entrevistado. Qual sua opinião sobre esse lado da questão?

APÊNDICE D – UMA “FUTURA CASA DE CULTURA” INAUGURADA SEM A PRESENÇA DO ÚNICO BEM IMATERIAL DO MUNICÍPIO

Em 29 de julho de 2024, revíamos o texto deste trabalho, enquanto a administração municipal **inaugurava**, na casa antiga cujo quintal abriga o sítio arqueológico Lapa do Galinheiro, recentemente inventariado pelo município como patrimônio material, o que a postagem de divulgação chamou de “**futura** Casa de Cultura de Confins”, também ela, inventariada pelo município. (Grifos nossos).

A denúncia da desvalorização por que passa o caminhar do boi, “fervor da alma de Confins”, estava lá, estampada e gritada no vazio e no silêncio de sua ausência. Ou seja, na nomeada “**futura**” Casa de Cultura de Confins, não havia, no dia de sua inauguração, nenhuma referência à caminhada do boi. Nada!... Nem nas falas oficiais, nem nos poucos objetos expostos, nem na única apresentação de um artista, contratado para executar parte do hino nacional. Absolutamente nada.

APÊNDICE E – MINUTOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Um evento intitulado “Minutos do Patrimônio Cultural”, acontecido no dia 16 de julho de 2024, foi divulgado pela Secretaria Municipal de Cultura, no pequeno grupo de WhatsApp dos artistas locais, cadastrados nessa secretaria por ocasião da publicação de edital da Lei Paulo Gustavo¹. O grupo conta com 26 artistas, dois deles já não residentes no município. Entre eles, apenas nós e dois outros - anfitriões do Centro Cultural localizado no bairro Lagoa dos Mares, onde a reunião foi realizada - estivemos presentes. A reunião, coordenada pela Secretaria de Cultura, além de nós três, contou com a presença de três de seus funcionários, dois vereadores, três ou quatro membros do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural (CMPC), membros da associação de vizinhos do bairro Balneário Lagoa dos Mares, dois ou três pré-candidatos à eleição municipal, um assessor de deputado, três ou quatro oficinairos/membros do Ponto de Cultura onde a reunião foi realizada. A programação constou da exibição de dois vídeos sobre os patrimônios **materiais** da cidade, e alguns minutos de exposição da representante da empresa Monumentum, assessora da prefeitura na área do patrimônio cultural, apresentando a relação dos bens móveis e imóveis inventariados e a relação dos tombados e abordou questões gerais referentes à pontuação do município no Imposto Sobre a Circulação de Mercadoria (ICMS) Patrimônio Cultural².

O debate começou a partir da pergunta de um participante sobre haver obrigatoriedade de uso do ICMS Patrimônio Cultural como rubrica de uso exclusivo do patrimônio cultural. Como a discussão seguia sempre em torno dos bens materiais tombados e os inventariados, nos apresentamos falando desta pesquisa e puxando o debate para a questão do ICMS.

¹ **Lei Paulo Gustavo:** instituída pela Lei Complementar nº 195/2022, e sua execução foi regulamentada e ajustada em 18/12/2023, pela Lei Complementar nº 202; execução em todo o território nacional, até 31/12/2024. A lei garantiu repasses a estados, municípios e ao Distrito Federal. Música, dança, pintura, escultura, cinema, fotografia, artes digitais foram contempladas na ampla proposta de fomento cultural promovida pelo Governo Federal, de modo a popularizar e impulsionar a diversidade de manifestações culturais e artísticas. (Fonte: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/12/lei-paulo-gustavo-tem-prazo-de-execucao-prorrogado-ate-31-de-dezembro-de-2024>)

²**ICMS Patrimonio Cultural:** “O ICMS Patrimonio Cultural é um programa de incentivo à preservação do patrimônio cultural do Estado. Ele funciona por meio de repasse dos recursos aos municípios que preservam seu patrimônio e suas referências culturais, através de políticas públicas relevantes. O programa estimula as ações de salvaguarda dos bens protegidos pelos municípios por meio do fortalecimento dos setores responsáveis pelo patrimônio das cidades e de seus respectivos conselhos em uma ação conjunta com as comunidades locais. (fonte: <https://iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoas/icms-patrimonio-cultural>)

Patrimônio Cultural pontuado pelo Boi da Manta e outras formas de subsídio municipal a sua salvaguarda. Na discussão que se seguiu, interpretamos haver uma confusão e/ou desconhecimento e/ou entendimento pelo interdiscurso vigente nas administrações municipais na linha do tempo e/ou interesse político ideológico, de que os subsídios ao carnaval são a mesma coisa que subsídios para o Boi da Manta. Com a consideração apresentada por um representante da secretaria municipal de cultura, de que o Boi custa caro, mas citando valores referentes a gastos com contratação de bandas carnavalescas e estruturas de palco e iluminação, entre outras também referentes a gastos com o carnaval. Foi lembrado por um participante que do carnaval o município não pode abrir mão.

A seguir, um membro do CMPC elogiou o trabalho de educação patrimonial realizado pelo CERC/Voo Livre, em 2018 e pediu que o narrássemos ao grupo. Houve algumas considerações sobre a importância da educação patrimonial para as novas gerações e respondemos à pergunta de um funcionário da Secretaria Municipal de Cultura sobre como conseguimos realizar esse trabalho de educação patrimonial, tendo à época, curto prazo para seu planejamento, além de reduzidos recursos. Respondemos que graças às atividades prévias que desenvolvemos ao longo dos nove anos anteriores e das crianças que cresceram nessas atividades e já eram jovens à essa época e à equipe que nos acompanhou nesses anos todos.

Durante toda a reunião, após nossas falas que buscaram em experiências passadas referências para exemplificação e/ou para apontar questões e debater no sentido de restabelecer a memória como berço da cultura do boi, um membro do CMPC, reiteradamente pontuou que precisamos seguir em frente e deixar lá atrás, o passado. A isso talvez possamos interpretar como uma posição ideológica definida. Ou, quem sabe, como inconsciência do papel do passado como norte do presente e do futuro e quanto ao legado cultural desse patrimônio e sua influência na identidade sociocultural do município. E, mais ainda, como uma perigosa conduta, afoita no construir o presente à revelia do passado.

De toda forma, o que esse fato nos reiterou, foi a urgência de instauração de um projeto de educação patrimonial que prime pelo entendimento dos bens imateriais, como atualizados a partir do que nos trazem do passado, e no presente mantêm vivo, prospectando o futuro.

Ao final do debate em torno do patrimônio imaterial, que ainda seguiu, embora muito por nós instigado, um participante alertou que não seria adequado dispendir tanta atenção ao Boi da Manta, quando há tanto o que fazer quanto ao que importa ao município: o

patrimônio material, notadamente as grutas, que podem vir a incrementar o turismo e a renda. A reunião foi encerrada logo após nossa resposta a essa colocação, no sentido de que o boi representa, por um lado, o ser, os valores, os afetos, o pertencimento e, por outro lado, os patrimônios materiais representam, em maior medida, o ter. Buscar um equilíbrio e integração entre o investimento na preservação dos bens materiais e de nosso único bem imaterial, pode ser um caminho possível. A partir da exploração do imaginário, do significado do boi, do que ele oferece de oportunidades de desenvolvimento da criatividade, de descoberta e aprimoramento de talentos, de valorização do pertencimento, nossas crianças e jovens certamente experimentarão vivências formativas e de pertencimento de que tanto são carentes no atual contexto social. Inclusive, sendo interessante que esse trabalho de educação patrimonial busque nas escolas uma parceria, a nosso ver, produtiva a ela, também por ser fomentadora de melhores relações entre docentes e discentes. Também expressamos nossa opinião de que as rubricas para o carnaval não deveriam ser computadas como rubricas para o Boi da Manta.

O teor desse debate, somado à ausência na reunião de membros do GFBMC e ao fato dos vídeos exibidos no início da reunião fazerem única e rápida citação do único patrimônio imaterial da cidade, impediu o avanço do debate. Nos dias anteriores a essa reunião, o fato de terem sido esses mesmos vídeos utilizados em ação patrimonial nas escolas nos reforçou a percepção e interpretação de que o interesse político vigente, vem tomando e/ou deixando de tomar medidas que possam garantir um contexto de memória como berço cultural do boi.

Para além disso, a partir de uma fala final, aludindo ao fato de não sermos nós – eu e minha esposa nascidas em Confins – observamos, por nossa vez, a ausência, na reunião, de pessoas nascidas em Confins ou que fossem descendentes de nascidos em Confins. Entre os presentes, talvez um ou dois. Essa ausência temos notado se repetir em muitos eventos e espaços, sendo talvez interessante tema para pesquisas sobre como veem se dando essa relação entre a população originária/descendente de originários do lugar e pessoas/grupos ‘de fora’ detentores de algum grau de influência, seja por suas atuações e/ou relações de poder político e relações econômicas construídas, com ou sem a participação dos primeiros.

Somou-se também a tudo isso, a leitura do dossiê de Registro da Manifestação junto ao IEPHA, a que só após essa reunião, tivemos acesso. Na fase de pré-produção dessa pesquisa, a Secretaria de Cultura nos disponibilizou apenas uma cópia do Relatório de Implementação das Ações e de Execução do Plano de Salvaguarda dos Bens protegidos por Registro na Esfera Municipal- Ano de Exercício: 2021, informando que teria que localizar o

dossiê. Só durante essa reunião, após o solicitarmos em uma de nossas falas, nos foi enviado por WhatsApp, ainda durante a reunião um PDF desse documento.

A leitura desse dossiê, nos despertou, no entanto, a reflexão do quanto sua análise podia e ainda pode ser base para uma análise crítica, em recorte quanto a alguns itens de seu plano de salvaguarda que, embora teoricamente ditos como importantes à valorização da tradição cultural do boi, foram introduzidos a partir de subsídios criados pela própria Secretaria de Cultura, porém, visando muito mais o incentivo à cultura do carnaval de rua. Nesse sentido é uma medida que desvaloriza a cultura do boi, ou, no mínimo, a relega a segundo plano.

Também identificamos, nesse dossiê, duas informações incorretas, a saber: que o Sr. João de Paulo não era de Confins e que morava em Pedro Leopoldo. Transcrevemos a narrativa de sua filha, acompanhante de sua mãe, entrevistada de nossa pesquisa, informando o contrário: *“É meu pai, ele é de Confins, o terceiro filho da família, né. Dos Pereira.”*. E de sua esposa, ao narrar porque ele deixou de organizar o boi, anos depois, devido à mudança da família para Pedro Leopoldo: *“É porque a gente mudava sabe. Nós tava construindo um barracão aqui, quando acabou de fazê, aí a gente ficava vindo aqui, prá fazer as coisas, tinha noite que a gente até dormia aqui.”*. (***Registramos que essa entrevista foi concedida em Pedro Leopoldo, onde a família voltou a residir, depois de ter, por alguns anos, novamente residido em Confins.**)

Nesse dia pudemos novamente interpretar um fato, por nós vivenciado, como confirmador dos resultados desta pesquisa e quanto ao postulado por Pollak, na epígrafe do capítulo 6: *Com Pollak, concluímos, que memória e identidade, não podem ser compreendidas como essências de uma pessoa ou de um grupo. ”, pois podem ser negociadas; “(...) são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos. ”* Pollak (1992).

No dia seguinte à reunião, acima descrita, e após a leitura desse dossiê, a pergunta e o sentimento que nos ficou foi: ‘Memórias do boi de Confins, para quê?’. Em outras palavras, para além do obvio registro histórico, para que poderão ser úteis os resultados desta pesquisa, diante de contextos tão adversos, como os apontados pelas vozes narrativas desta pesquisa; e por nós vivenciados enquanto agente cultural e durante a realização desta pesquisa?

A resposta que nos invadia o pensamento foi crescendo em propostas de ações de fomento ao memoriar e vivenciar a cultura do boi, algumas dessas ações citadas neste trabalho.

APÊNDICE F - SUGESTÕES DE AÇÕES COM VISTAS À (RE) CONSTRUÇÃO DE UM CONTEXTO BERÇO DO PATRIMÔNIO IMATERIAL BOI DA MANTA DE CONFINS

1. Adotar uma abordagem inovadora para a educação patrimonial incorporando metodologias participativas e narrativas comunitárias em um programa de oficinas intergeracionais que envolvam organizadores, ex-organizadores do boi da manta e crianças da comunidade, garantindo a continuidade da tradição de forma dinâmica e interativa;
2. Realização de uma modalidade de Barracão infanto-juvenil itinerante, em variados pontos públicos da cidade e/ou territórios de vizinhança, definidos de forma a mapear microrregiões em toda a cidade;
3. Definição e execução de formas de implementação do potencial de atração turística e geração de renda do boi, durante sua agenda de manifestação e ao longo de todo o ano, por meio de ações em si mesmas fortalecedoras da memória como berço de sua cultura, como por exemplo:
 - 3.1 - o desenvolvimento de produtos comercializáveis agregados do valor dessa característica e oficinas multi-linguagens para público visitante;
 - 3.2 - a implantação de ações de valorização do boi no contexto de sua relação com o carnaval, preservando o espaço que lhe é devido, em termos de investimento, duração, performances, repertório musical ancorado em marchinhas carnavalescas, etc;
 - 3.3— a definição e execução de formas de explorar o potencial turístico do boi na interação com a exploração turística dos patrimônios materiais do município;
 - 3.4 – a instalação de painéis artísticos alusivos à cultura do boi, de forma a criar um roteiro de seu caminhar, que contemple personagens, espaços, folguedos de sua memória;
4. Realização de um debate público, com vistas a elencar, como as formas de atualização e patrimonialização do boi estão impactando positiva e negativamente o seu porvir;
5. Elaboração de uma proposta de qualificação para os membros da Grupo Folclórico Boi da Manta de Confins (GFBMC), ocupantes ou não de cargos de diretoria, abrangendo discussões sobre:

- o conceito de patrimônio, a legislação de patrimonialização, seus possíveis efeitos no grupo de manifestantes e, nas formas de atualização da manifestação;
- as possibilidades de preservação de algum grau de autonomia na tomada de decisões na relação com a legislação e o poder público;
- como se dão suas relações com outras entidades culturais e da sociedade civil em geral, sobre a natureza pública de um patrimônio imaterial;
- como implementar melhorias na qualidade das inter-relações, no grau de democracia e na fluidez de disseminação de informações nas relações internas do grupo.

APÊNDICE G - FATORES DIFICULTADORES DA (RE) CONSTRUÇÃO NO PRESENTE CONTEMPORÂNEO, DE UM CONTEXTO BERÇO DO PORVIR DO BOI DA MANTA DE CONFINS

- Precário grau de democracia no seio da manifestação, ou seja, na forma como ela acontece enquanto espaço democrático ou não;
- ampliação do alcance da manifestação, feito de cima para baixo, seja por meio da contratação de bandas ou do investimento em blocos e bloquinhos carnavalescos, que aumentam o público sem a correspondente valorização da cultura do boi;
- precário grau de democracia e transparência na relação das administrações públicas municipais com os organizadores da manifestação, e demais atores culturais;
- a forma como vem sendo feito o processo de patrimonialização, a partir do Registro junto ao IEPHA, sem investimento na socialização de informações e no treinamento adequado: de todos os envolvidos na organização e na participação na manifestação; dos demais agentes culturais e educacionais; da população em geral e em todas as faixas etárias;
- a precariedade e/ou falta de informações, e discussão entre os organizadores da manifestação, sobre o que caracteriza um patrimônio cultural imaterial, seu Registro e a quem cabe as atribuições de responsabilidades na definição de ações de salvaguarda;
- a fragilidade da negociação e definição no âmbito do município, dos papéis atribuídos, ao poder público, aos organizadores da manifestação e à sociedade civil em geral, notadamente a partir do processo de patrimonialização;
- integração à memória coletiva de fragmentos de um interdiscurso pautado em desinformação e precário debate sobre o processo de patrimonialização;
- precário nível de discussão quanto à influência das atualizações inseridas na manifestação na identidade social do município;
- visão e/ou interesse político econômico por parte de muitos agentes culturais, turísticos e políticos de que a cultura da memória e da tradição do boi seja entendida como empecilho à cultura do carnaval e como fator de diminuição das verbas subsidiárias ao carnaval;

- a espetacularização do Boi da Manta, seja como performance durante a manifestação pré-carnavalesca, ou nas apresentações em outros eventos de natureza cultural ou não;
- ausência desde 2019, de um projeto de educação patrimonial junto a crianças e adolescentes, que lhes proporcionem o conhecimento sobre os saberes e fazeres, a história, os valores, repertório musical e as performances da cultura do boi, a sua vivência, em cortejo específico para essa faixa etária, e ainda, suas integração a um calendário pré-carnavalesco apto a integrar a participação de todas as faixas etárias;
- ausência de bois e boizinhos e menor participação de crianças durante a manifestação pré-carnavalesca;
- precária reflexão e reconhecimento histórico do papel das mulheres no embalo do berço da cultura do boi;
- redução da participação feminina como protagonista da manifestação a partir da não realização do barracão infanto-juvenil notadamente a partir da não realização de cortejo específico para essa faixa etária;
- inexistência, ou precariedade na abordagem do tema Boi da Manta no contexto escolar, sob risco da escola fazer-se apenas cessionária de público e espaço para o cumprimento de salvaguardas patrimoniais, que espetacularizam a manifestação e se distanciam da (re)construção da memória como berço da cultura do boi;
- ausência ou precariedade de práticas pedagógicas que tragam para o ambiente escolar as vivências e memórias do imaginário do boi, pertencentes aos alunos e seus familiares.